



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FÁBIO SANTANA NUNES

**A DISPENSA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO MÉDIO: LEGALIDADE E LEGITIMIDADE**

SALVADOR

2007

FÁBIO SANTANA NUNES

**A DISPENSA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO MÉDIO: LEGALIDADE E LEGITIMIDADE**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de
Educação da Universidade
Federal da Bahia, como requisito
parcial para a obtenção do título
de Mestre em Educação.**

**Orientador: Prof. Dr. Augusto
César Rios Leiro**

SALVADOR

2007

Ficha Catalográfica

Nunes, Fábio Santana

N925d A dispensa nas aulas de Educação Física no ensino médio: legalidade e legitimidade / Fábio Santana Nunes. – Salvador, 2007.
129 f. : il.

Orientador: Augusto Cesar Rios Leiro

Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Bahia, 2007.

1. Educação. 2. Educação Física. 3. Dispensa em Educação Física. 4. Ensino médio. I. Leiro, Augusto Cesar Rios. II. Universidade Federal da Bahia. III. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDU: 371

FÁBIO SANTANA NUNES

**A DISPENSA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO MÉDIO: LEGALIDADE E LEGITIMIDADE**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro (UFBA/UNEB)

Prof. Dr. Pedro Rodolpho Jungers Abib (UFBA)

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

SALVADOR

2007

Termo de Aprovação

FÁBIO SANTANA NUNES

**A DISPENSA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO:
LEGALIDADE E LEGITIMIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Educação**, defendida e aprovada, no dia 21 de junho de 2007, pela banca de avaliadores constituída pelos professores doutores:

Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro
Doutor pela UFBA
Docente da UFBA e UNEB

Prof. Dr. Pedro Rodolpho Jungers Abib
Doutor pela Unicamp
Docente da UFBA

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago
Doutor pelo USP
Docente da UFMG

*Essa dissertação é dedicada a todos aqueles
que lutam todos os dias por uma Educação
Física escolar como direito de todos!*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, César Leiro, pelas orientações para definirmos a problemática, o campo empírico e o percurso metodológico e pela compreensão nos momentos de minhas ausências. Uma pessoa que já fez e faz muito pela Educação Física na Bahia e que admiro muito.

As amigas Martha Benevides e Graça Simões; e aos amigos Gilmar Mercês, João Danilo de Oliveira, Paulo Lima pelo apoio fundamental à conclusão desse trabalho e a Vitor Castro pelos incentivos para a conclusão do mesmo.

A Universidade Federal da Bahia, em especial a FACED por proporcionar a continuidade de meus estudos em nível de mestrado. Um mestrado em Educação, meu sonho!

Ao Grupo MEL, na figura de seus coordenadores, membros, enfim, amigos, pela acolhida e crescimento acadêmico.

As escolas que participaram da pesquisa, seus coordenadores, professores, funcionários, alunos e direções. Sem vocês nada disso teria acontecido.

À UNEB, pela primeira experiência de formação continuada que tive no curso de Especialização em Metodologia da Educação Física e Esporte, em especial, ao Departamento Ciências Humanas do Campus IV e Colegiado de Educação Física por terem apoiado esse estudo cedendo algumas horas de meu labor.

Aos meus irmãos: Gabriela e Sinval Junior e em especial minha mãe Altamira e meu pai Sinval pelo incentivo aos estudos, dedicação e amor durante toda minha vida.

A minha filha Janaina, pelo amor que já possuo, e a Manoela, minha companheira pela ajuda durante a pesquisa e por dividirmos uma vida com amor.

A todos que contribuíram de algumas forma com esse trabalho e com minha vida profissional.

*Os que lutam
Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito
bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são
muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são
os imprescindíveis.*

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O presente estudo, que trata da temática das dispensas dos alunos nas aulas de Educação Física escolar, configura-se uma dissertação, fruto de pesquisa realizada no município de Feira de Santana. A Educação Física é um componente curricular obrigatório na Educação Básica, no entanto, muitas pesquisas evidenciaram uma elevação da dispensa de alunos no ensino médio. Como problemática central, questiona-se os motivos que levam as escolas a dispensarem os alunos das aulas de Educação Física. Os objetivos da pesquisa foram: levantar a quantidade de alunos dispensados das aulas de Educação Física no ensino médio nas escolas pesquisadas; identificar as causas das dispensas dos alunos da Educação Física Escolar; e analisar as conseqüências pedagógicas da dispensa dos alunos das aulas de Educação Física Escolar. Fez-se uso das seguintes técnicas de coleta de dados para atender aos objetivos da pesquisa: análise documental; questionário aplicado aos alunos do ensino médio das escolas; entrevistas com coordenadores pedagógicos. A análise dos dados seguiu o método dialético hermenêutico (MINAYO, 2004). No referencial teórico, buscou-se a legislação e as diretrizes vigentes na época (LDB, Diretrizes Curriculares) e o debate acumulado entorno da Educação Física ser Atividade ou Componente Curricular, num segundo momento trouxe o acúmulo de pesquisas e reflexões sobre o tema específico do estudo. Identificou-se diversos motivos que levaram às dispensas dos alunos das aulas de Educação Física, a preocupação dos alunos com o vestibular; a própria cultura instituída de se aceitar as dispensas dos alunos; o desconhecimento da legislação atual por parte dos coordenadores; a concepção, ao meu ver, equivocada dos professores sobre o que viria a ser a Educação Física dentro da escola muitas vezes confundido-a com uma atividade e não como um componente curricular; e também, um dos motivos, é o próprio sistema capitalista. Nas considerações finais faço uma síntese do trabalho apontando os achados da pesquisa, levantando proposições para a mudança do quadro atual que se encontram escolas frente a essa problemática.

Palavras-Chave: Educação; Educação Física; Dispensa em Educação Física, Ensino Médio

ABSTRACT

The present research deals with the thematic one of the dismissals of the pupils in the lessons of pertaining to school Physical Education. It configures a dissertação, fruit of research carried through in the Feira de Santana city. The Physical Education is an obligator curricular component in the Basic Education however many research had evidenced a rise of the dismissal of pupils in High School. The central problematic questions the reasons that take the schools to dismiss the pupils of the lessons of Physical Education. The objectives of the research had been: to know the amount of pupils excused from the lessons of Physical Education in High School in the searched schools; to identify the causes of the dismissals of the pupils of the pertaining to school Physical Education; e to analyze the pedagogical consequences of the dismissal of the pupils of the lessons of pertaining to school Physical Education. The following techniques of collection of data are used in order to take care of to the objectives of the research: documentary analysis; questionnaire applied to the pupils of the High School; interviews with pedagogical coordinators. The analysis of the data followed the hermeneutic dialético method (MINAYO, 2004). The effective legislation, lines of direction at the time (LDB, Curricular Lines of direction) and the debate around of the Physical Education to be Curricular or Component Activity had been searched in the theoretical referencial. The work brought the accumulation of research and reflections on the specific subject of the study, in the second moment. Diverse reasons that had led to the dismissals of the pupils of the lessons of Physical Education had been identified such as: the concern of the pupils with the vestibular contest; the proper culture instituted of if accepting the dismissals of the pupils; the unfamiliarity of the current legislation on the part of the coordinators; the conception, to mine to see, maken a mistake of the professors on what it would inside come to be the Physical Education of the school many times confused it with an activity and not as a curricular component; e also, one of the reasons, is the proper capitalist system. In the final considerations I make a synthesis of the work pointing the findings of the research, identifying proposals to the change of the current scenery that if find schools front to this problematic one.

Key-words: Education; Physical education; Dismissal in Physical Education, High School.

SUMÁRIO

1	DIZ PENSA: UMA INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	16
2.1	EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	16
2.2	HISTÓRICO E ORDENAMENTO LEGAL	19
2.3	A EDUCAÇÃO FÍSICA, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CURRÍCULO	25
2.3.1	A “Nova” LDB e a Educação Física	26
2.3.2	O Projeto Político-pedagógico da Escola	27
3	CURRÍCULO E EDUCAÇÃO FÍSICA	30
3.1	CURRÍCULO	30
3.2	A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	33
3.3	ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO	39
3.4	<i>EDUCAÇÃO FÍSICA E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA</i>	43
3.4.1	Caminhando para uma prática pedagógica compartilhada	45
4	DISPENSA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	47
5	PESQUISA DE CAMPO: ASPECTOS METODOLÓGICOS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLHIDAS	65
5.1	A NATUREZA DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	65
5.2	CONTEXTO DA PESQUISA	66
5.3	UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA	67
5.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	71
5.4.1	Análise Documental	72
5.4.2	Questionário	73
5.4.3	Entrevistas	74
5.5	INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	77
5.6	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	78
5.6.1	A Educação Física nas Escolas: dados sobre a dispensa dos alunos	79

5.6.2	A Educação Física nas Escolas: teorizações, elaborações e legitimação da dispensa aos alunos, na ótica dos professores	84
5.7	ANÁLISE DOS DADOS	97
5.7.1	A Educação Física significada pelos sujeitos: Concepção Papel e Legitimidade	97
5.7.2	A Educação Física no Ensino Médio	100
5.7.2.1	Organização Curricular	100
5.7.2.2	Conhecimento Tratado	103
5.7.2.3	Finalidades da Educação Física	106
5.7.3	Ter ou não ter dispensa, eis a questão! O que legitima a dispensa	107
5.7.3.1	Os Atestados: Acatamentos e Resistências	107
5.7.4	Os “Lugares Vazios” nas Aulas de Educação Física do Ensino Médio	109
5.7.4.1	Atividade ou Componente Curricular	109
5.7.4.2	Cultura Imutável: A Tradição da Dispensa	111
5.7.4.3	“A Bola da Vez”, O Vestibular	113
5.7.4.4	O “Deus” Mercado	114
5.7.4.5	O Desconhecimento do Ordenamento Legal da Educação Física ou sua má interpretação	115
6	CONSIDERAÇÕES “FINAIS”: SÍNTESES E PROPOSIÇÕES	117
6.1	OS ACHADOS DA PESQUISA	117
6.2	PROPOSIÇÕES	118
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR	125
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS COORDENADORES	126
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PILOTO APLICADO AOS ESTUDANTES	127
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DEFINITIVO APLICADO AOS ESTUDANTES	128
	ANEXO A - LEI Nº 10.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003E.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003	129

1 Diz Pensa¹: uma introdução

O presente estudo trata da temática das dispensas dos alunos nas aulas de Educação Física escolar, configura-se em uma dissertação, fruto de pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

O que inspira a escrita desse trabalho, e anterior a ela, a própria elaboração e pesquisa de campo, é minha aproximação com o tema. O envolvimento com essa temática é de duas ordens: uma acadêmica e outra pessoal.

A acadêmica vem dos estudos e formulações realizadas na graduação e em duas especializações: onde aprofundi estudos sobre a terceirização da Educação Física escolar e sobre a organização de projetos político-pedagógicos das instituições escolares.

Na graduação, na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, realizei um estudo de caso em uma escola que havia terceirizado a Educação Física, ou seja, passado o planejamento, execução e avaliação das aulas de Educação Física para um terceiro, empresa do ramo de atividade física.

Já na especialização, realizada na Universidade do Estado da Bahia em Metodologia da Educação Física e Esporte, aprofundi o debate sobre a legalidade ou não do processo de terceirização. Durante essa pesquisa fiz um levantamento sobre a quantidade de escolas que aceitavam atestado de participação dos alunos em atividades física extra-escolares e permitiam, aos mesmos, serem dispensados das aulas de Educação Física, os achados me deixaram muito preocupado, visto que uma grande maioria das escolas de 5^a a 8^a série aceitavam os atestados. Já na especialização em Supervisão Escolar realizada, na UEFS, pesquisei sobre como se dá na prática a construção de um projeto político-pedagógico de uma escola. Essas pesquisas forjaram a minha aproximação com a temática.

O envolvimento de ordem pessoal com a temática, parte da experiência acumulada durante quase 10 anos de trabalhos realizados na área de Educação Física escolar. Primeiro como estagiário e depois como professor inserido na própria

¹ Sobre o termo “Diz Pensa”: dizer e pensar são ações que buscam o início de qualquer diálogo - o que pretendo fazer a partir de agora - e ao mesmo tempo representam simbolicamente a palavra “Dispensa”, porém o diálogo só é possível no encontro de seres humanos, o que não acontece na dispensa.

realidade do campo empírico desta pesquisa. Vimos nesse tempo o quanto a Educação Física vem sofrendo mudanças e a forma como ela tem perdido espaço na escola.

Desde o início dos anos 1980 muitos pesquisadores vêm debatendo o lugar da Educação Física na escola. Nesse processo, diferentes abordagens foram elaboradas e são objetos de acirrado debate nessa área de conhecimento. Cada uma dessas abordagens possui justificativas do porquê a Educação Física é fundamental e imprescindível nas escolas. O fato é que a Educação Física é um componente curricular obrigatório na Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, no entanto, a obrigatoriedade não garante a legitimidade da área.

Assim, o que vem ocorrendo em muitas escolas, tanto particulares quanto públicas, é a gradativa retirada da Educação Física do currículo escolar, algumas vezes de forma explícita, outras de forma velada.

Muitas pesquisas (DARIDO et al 1999; DARIDO, 2004, ZONTA et al 2000) evidenciaram uma elevação da dispensa de alunos no ensino médio. A partir desses estudos surgem questões como: quem dispensa da Educação Física? A legislação finalmente permite a dispensa das aulas? Qual a proposta pedagógica da escola em relação a esse componente curricular? O que a Educação Física tem a oferecer e o que perde o aluno com a dispensa?

Segundo Minayo (2004, p. 17), “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.” Como problemática central, questiona-se: Por que as escolas vêm dispensando os alunos das aulas de Educação Física?

Neste sentido, os objetivos de pesquisa foram os seguintes: levantar a quantidade de alunos dispensados das aulas de Educação Física no ensino médio nas escolas pesquisadas; identificar as causas das dispensas dos alunos da Educação Física Escolar; e analisar as conseqüências pedagógicas da dispensa dos alunos das aulas de Educação Física Escolar.

Entendendo ser necessário delimitar a problemática de pesquisa, visto a abrangência dessa temática, fiz opção em realizar investigação em algumas escolas do ensino médio, na cidade de Feira de Santana – Bahia, acreditando ser um trabalho relevante, na medida que, busca discutir a dispensa dos alunos da Educação Física Escolar levantando e analisando informações indispensáveis para

compreensão da questão. Algo fundamental para buscar soluções de curto, médio e longo prazo.

Entendo que a Educação Física é uma disciplina que tem sua importância no contexto escolar, pois trabalha com conhecimentos da cultura corporal², e deve ser valorizada como qualquer outra disciplina.

Acredito também que a problemática da dispensa dos alunos das aulas de Educação Física deve ser melhor estudada e compreendida, pois apesar de não ser uma prática recente dentro do contexto escolar, poucas referências foram encontradas na literatura e só através do entendimento da realidade que nos cerca é que poderemos enfrentar os problemas e propor soluções.

A presente pesquisa visa à ampliação do debate teórico sobre a temática “dispensa em aulas de Educação Física” e também almeja oferecer caminhos no sentido de proposições e estratégias de ação que possam contribuir na solução da problemática em questão.

O presente texto conta com seis capítulos. No primeiro capítulo, com nome inspirado na temática do estudo, **Diz pensa: uma introdução** consta-se a contextualização da pesquisa, a implicação do pesquisador com o tema, a problemática, objetivos, justificativa e uma breve apresentação dos capítulos.

No segundo capítulo, denominado, **Educação Física escolar**, inicia-se com a discussão sobre o contexto econômico em que a Educação e a Educação Física estão imersas, depois dialogamos sobre o histórico da Educação Física, sempre relacionando a legislação e as diretrizes vigentes na época.

No terceiro capítulo, aborda-se **A Educação Física como componente curricular**, anunciando o debate acumulado sobre currículo, posteriormente refletindo sobre possíveis caminhos que possam fundamentar a Educação Física nas escolas, nos dias atuais, como componente curricular no ensino médio.

No quarto capítulo, **Dispensa em Educação Física Escolar**, busca-se trazer as pesquisas realizadas sobre a temática estabelecendo-se um diálogo. Como pouco foi publicado sobre esse tema, busquei, então, fazer inferências e trazer

² “A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, (...) jogos, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo” (SOARES *et al*, 1992, p. 61-p.62).

outros interlocutores que não debatem de forma explícita essa questão, mas que contribuem com a análise.

No quinto capítulo, **Pesquisa de campo: aspectos metodológicos, apresentação e análise das informações colhidas**, procura-se justificar o porquê de uma pesquisa de natureza qualitativa e suas técnicas de colheita de informações.

Apresentam-se as informações obtidas no campo de pesquisa e realiza-se a análise dos “dados”³, buscando responder a problemática central da pesquisa.

No sexto capítulo apresentam-se as **Considerações “finais”: sínteses e proposições**, realiza-se uma síntese do trabalho, indicando os achados da pesquisa e levantando algumas proposições no sentido de apontar pistas que contribuam com a superação da realidade atual.

Por fim, indicam-se as referências que serviram de base para dissertação, os apêndices e os anexos.

³ Colocamos a palavra “dados” entre aspas, pois concordamos com Minayo (2004) quando afirma que não existe nada dado. As informações colhidas são produzidas a partir da realidade e não retiradas como objetos dela.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

No segundo capítulo dialoga-se sobre a Educação e a relação com a globalização, posteriormente sobre o histórico e ordenamento legal percebendo o percurso cronológico e processual das concepções da Educação Física e das normatizações legais e por fim um diálogo envolvendo o projeto político-pedagógico da escola.

2.1 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Pensar a educação nos tempos atuais requer, antes de tudo, um exercício de reflexão e análise das bases teóricas para as mudanças tanto estruturais quanto ideológicas. Faz-se necessário localizar esse movimento dentro de um contexto de crise do capital, neoliberalismo e globalização.

A crise do capitalismo real é “[...] uma crise que está demarcada por uma especificidade que se explicita nos planos econômico-social, ideológico, ético-político e educacional, cuja análise fica mutilada pela crise teórica”. (FRIGOTTO, 2000, p. 79). E segue dizendo: como o “[...] ideário neoliberal, sob as categorias de qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilização, participação, autonomia e descentralização está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar” (FRIGOTTO, 2000, p. 79). O neoliberalismo desde o final de século XX é uma alternativa política, econômica, ideológica e educacional à crise do capital.

Na esfera econômica, o que vivemos hoje é a crise do padrão de acumulação e de regulação social que sustentou a exploração capitalista nos últimos 50 anos. É o Estado de bem-estar social que incorporou teses socialistas como: direitos sociais a educação, saúde, transporte, moradia, garantias de emprego e seguro desemprego. Segundo Petra (1999) a pergunta que os críticos do neoliberalismo deveriam fazer as pessoas que fazem a defesa é: por que o neoliberalismo entra em crise mais profunda a cada nova maré de ajuste? Por que os ajustes não conduzem a um crescimento econômico e à prosperidade? E continua:

A redução do custo da força de trabalho não é apenas um chamariz para a entrada de capitais, mas uma condição expressa e indiscutível para um investimento capitalista “normal”. Assim, o sacrifício da classe trabalhadora não é uma pré-condição de curto prazo para a prosperidade geral, mas uma condição estrutural de longo prazo para a concentração da renda. (PETRA, 1999, p. 111).

Para reforçar a afirmação anterior, Frigotto (2002) afirma que a dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho - síndrome do desemprego estrutural - precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada à abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. E aponta uma causa, dizendo que este processo ocorre pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia.

A globalização, segundo (FRIGOTTO, 2002, p. 42):

[...] é a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), sob a égide da força desigual do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e pela hegemonia do capital-financeiro (capital-dinheiro), que circulam como uma nuvem, de um pólo a outro do planeta, facilitado pelas redes de informação, sob a tecnologia microeletrônica, em busca de valorização.

Dessa maneira, o capital vem desmobilizando e acabando com a organização e o poder sindical, que se vê forçado a negociar direitos conquistados por uma garantia mínima de emprego, ampliando-se, assim, a possibilidade de superexploração do trabalhador. Porém, essa superexploração ocorre de forma segmentada, já que os mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo não são homogêneos.

Torre (2000) fala sobre quatro grandes níveis de mercado: um respondendo ao capitalismo monopolista, às vezes altamente transnacionalizado; um outro respondendo a um capitalismo não monopolista (representando o mercado de trabalho secundário), um terceiro correspondente ao setor público e, o último, um mercado marginal, subterrâneo.

Nesse contexto, ainda conforme o mesmo autor, mudam as próprias relações de trabalho e de pagamento do trabalhador. Mas as transformações não se dão apenas no plano do trabalho. Todos os aspectos que envolvem a vida dos sujeitos

são modificados. O indivíduo e a cidadania passam a ser definidos pela capacidade de consumo e a cultura também é globalizada.

Quando falamos da globalização é necessário pontuar que todo o processo de naturalização de uma dada forma social dá-se pelo domínio no plano cultural. É nesse processo que os modelos educacionais se estabelecem e são explicitamente vinculados aos interesses de mercado. Ou seja, são fruto dessa reestruturação produtiva a partir da queda do modelo fordista de produção e ascensão do modelo pós-fordista.

O modo de regulação **fordista** transcende o âmbito econômico e se constitui como parte da cultura vinculada aos ideais da modernidade. Portanto, centra-se nas idéias de produção em massa, consumo de massa, busca do pleno emprego e diminuição das desigualdades.

Enquanto o modo de produção **pós-fordista** caracteriza-se por uma mudança na estrutura de qualificações da empresa, tanto para velhas como para novas funções no mercado de trabalho; uma redefinição dos modos produtivo-organizacionais; a modificação dos padrões de disciplinamento da força de trabalho e de reordenamento hierárquico na própria empresa.

Dentro desse contexto é que a Educação e a Educação Física se inserem. Uma Educação/Educação Física que cada vez mais deixa de ser direito e passa a ser mercadoria. Mercadoria que pode ser consumida mesmo fora dos muros escolares, abrindo espaço para as dispensas das aulas de Educação Física por alunos que querem ou precisam⁴ consumir essas ditas mercadorias (esporte, ginástica dança, luta, capoeira, entre outras) em academias, clubes, escolinhas de esporte, e demais espaços possíveis de compra e venda de atividades físicas. Não devemos esquecer que, para além de produtos, e muito antes de sê-los, essas práticas são bens culturais que possuem uma história e que foram em muitos casos absorvidas pela instituição escolar através da Educação Física e que são fundamentais para os seres humanos no sentido de torná-los mais humanos.

A seguir apresentarei elementos da história da Educação Física escolar como contexto para apresentar a legislação pertinente de cada época citada, indispensáveis para compreender os avanços e retrocessos dessa área de conhecimento.

⁴ Digo “precisam”, pois muitas pessoas procuram uma atividade física fora da escola por questões médicas: problemas de coluna, asma, obesidade, entre outras.

2.2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: HISTÓRIA E ORDENAMENTO LEGAL

Traçarei um paralelo entre a legislação educacional e a história da Educação Física chegando até os dias atuais, com a inserção da mesma, no projeto político pedagógico da escola, esse conhecimento visto de forma conjunta foi a estratégia utilizada para compreendermos o estágio atual da Educação Física nas escolas e a problemática da dispensa das aulas de Educação Física.

Segundo Soares e outros (1992), os exercícios físicos, no âmbito escolar, nas suas distintas modalidades: jogo, dança, ginástica, equitação, surgem na Europa em meados do século XVIII e início do século XIX. Foi durante esse período que se construiu e se consolidou a sociedade capitalista.

A Educação Física teria um papel de destaque, pois para “essa nova sociedade, tornava-se necessário ‘construir’ um novo homem: mais forte, mais ágil, mais empreendedor” (SOARES et al, 1992, p. 51).

Segundo Castellani Filho (1988, p. 39), a Educação Física sofreu influência dos médicos que agiam calcados nos princípios da medicina social de índole Higiénica. E para tanto, “os higienistas lançaram mão da Educação Física, definindo-lhe um papel de substancial importância, qual seja, o de criar o corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente”. (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 43). É a chamada Educação Física Higienista, o exercício físico visto sob uma ótica simplista de cuidados com o corpo, exclusivamente como fator higiênico.

Soares e outros (1992), afirma que desde o século XVIII existe uma preocupação referente à inclusão dos exercícios físicos nos currículos escolares, afirma isso, com base nas reflexões de pensadores da época como J.J. Rousseau, Guths Muths, J.B. Basedow e Pestalozzi. As Escolas de Ginástica alemãs contribuíram muito para essa inclusão, pois se difundiram por países da Europa e da América e pressionavam a inclusão da ginástica nas escolas, esta entendida enquanto Educação Física.

Porém a ginástica realizada por estas escolas alemãs não era própria para estudantes, e foram então criados os Métodos Ginásticos: o Suéco, o Francês e o Alemão. De acordo com Soares e outros (1992), a partir da criação desses métodos, a Educação Física começou a garantir um espaço de respeito e consideração perante os demais componentes curriculares. Estes Métodos tinham sua base

científica apoiada nas ciências biológicas, vemos isso claramente na elaboração das séries dos exercícios, no seu tempo de duração e no descanso que é dado após seu término.

O Método Alemão foi introduzido no Brasil em 1860, posteriormente, o método foi substituído pelo Método Francês, adotado como método oficial de ginástica, trazido pela Missão militar Francesa, responsável pela função, em 1907, esse método foi considerado pelo Ministério da Guerra, órgão que centralizava, coordenava e fiscalizava todas as atividades referentes aos desportos e à Educação Física no país (CASTELLANI FILHO, 1988).

As aulas de Educação Física eram ministradas por homens do exército, que traziam consigo todo o rigor, disciplina e hierarquia das instituições militares. Percebemos uma forte influência na Educação Física Brasileira desses métodos ginásticos, na primeira metade do século passado e também influência da Instituição Militar.

Segundo Soares e outros (1992, p. 53), a Educação Física era entendida nesse período:

como atividade exclusivamente prática, fato este que contribuiu para não diferenciá-la da instrução física militar. Certamente, também não houve uma ação teórico-prática de crítica ao quadro apontado, no sentido de desenvolver um corpo de conhecimento científico que pudesse imprimir uma identidade pedagógica à Educação Física no currículo escolar.

Até o início dos anos 40, os professores de Educação Física que trabalhavam nas escolas eram formados por instituições militares. Somente em 1939 foi criada a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física pelo Decreto-lei nº 1212, de 17 de abril de 1939. (CASTELLANI FILHO, 1988).

Podemos resumir essa primeira metade do século XX com o seguinte parágrafo dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (BRASIL, 1998, p. 21):

No século XX, a Educação Física escolar sofreu, no Brasil, influências de correntes de pensamento filosófico, tendências políticas, científicas e pedagógicas. Assim, até a década de 50, a Educação Física ora sofreu influências provenientes da filosofia positivista, da área médica (por exemplo, o higienismo), de interesses militares (nacionalismo, instrução pré-militar), ora acompanhou as mudanças no próprio pensamento pedagógico (por exemplo, a vertente escola-novista na década de 50).

Após a Segunda Guerra Mundial, os métodos ginásticos começaram a perder espaço nas escolas para o Método Desportivo Generalizada, visto que esse, ao contrário do anterior, não possuía movimentos uniformes, fechados, “calistênicos”, sendo dessa maneira mais motivante a sua prática. Proliferou-se por todos os países, sob influência da cultura europeia como elemento predominante nas práticas corporais. Podemos creditar esse fato a Guerra Fria, pois igualmente os países do Bloco Socialista e do Bloco Capitalista começaram a investir mais no Esporte, acreditando ser, este, um meio de demonstrar a superioridade de um sistema sobre o outro.

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 em seu artigo 22º afirmava que era obrigatória a prática da Educação Física nos cursos primário e médio até a idade de 18 anos (CASTELLANI FILHO, 2002).

Fala-se, nesse documento, em “prática da Educação Física”, pois ela estava subordinada a aptidão física e centrava sua ação pedagógica na atividade física e o limite de idade era 18 anos porque se entendia que até aquela idade acontecia o processo de instrução escolar.

Dez anos mais tarde é produzida a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, conhecida como a reforma educacional do ensino de 1º e 2º graus. No que tange a Educação Física, em seu artigo 7º deixava de fazer referência ao limite de idade de obrigatoriedade de sua prática, porém posteriormente é criado o Decreto nº69.450, regulamentador da Educação Física nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) que trás no seu artigo 6º, quatro incisos que facultam a prática da Educação Física: ao aluno que comprovadamente trabalhasse mais de seis horas/dia e estudasse a noite (condição logo estendida a todos que atestassem o vínculo empregatício, independente do turno de estudo) ao aluno maior de 30 anos; ao aluno que estivesse prestando serviço militar e ao aluno que estivesse fisicamente incapacitado. (CASTELLANI FILHO, 2002).

Nessa época, “a Educação Física era considerada uma mera atividade extra-curricular, o que fez com que ela fosse vista durante muito tempo, principalmente após a década de 1980, como um elemento sem nenhum comprometimento formativo educacional” (DARIDO, 2005, p. 55).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (BRASIL, 1998, p. 21): pode-se ilustrar bem esse período:

Mais recentemente, na década de 70, a Educação Física sofreu, mais uma vez, influências importantes no aspecto político. O governo militar investiu nessa disciplina em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração (entre os Estados) e na segurança nacionais, objetivando tanto a formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como a desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas também foram consideradas importantes na melhoria da força de trabalho para “o milagre econômico brasileiro”. Nesse período, estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um bom exemplo é o uso que se fez da campanha da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970.

Busca-se então a eficiência e eficácia no esporte, através do aperfeiçoamento do gesto motor, denominada de pedagogia tecnicista, que imperou durante o período pós-70.

Segundo Soares e outros (1992, p. 55 - 56), nas décadas de 70 e 80 emergem movimentos “renovadores” na Educação Física como a Psicomotricidade, a pedagogia humanista e um movimento chamado EPT (Esporte Para Todos). A psicomotricidade privilegia o estímulo ao desenvolvimento psicomotor, a estruturação do esquema corporal e as aptidões motoras. Na pedagogia humanista, o conteúdo passa a ser meio para promover relações interpessoais e facilitar o desenvolvimento da natureza, “em si boa”, da criança. E no EPT, a antropologia serve de base, colocando a autonomia do ser humano no centro.

Na década de 80 a Educação Física entra em crise, traduzem bem essa crise, livros como: “A Educação Física cuida do corpo e ‘mente’”, do prof. João Paulo S. Medina e “O que é Educação Física?” do prof. Vitor Marinho. CASTELLANI FILHO (1998) aponta que também dentro do movimento estudantil de Educação Física – MEEF, existia uma preocupação em debater essa crise, exemplo disso é o V ENEEF – Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física, realizado em Florianópolis em 1984 que teve como tema central: Educação Física, ou a Arte de Adestrar Seres Humanos?

Segundo Sousa e Vago (1997) nesse período houve muitos questionamentos quanto às influências médicas e militares; quanto a articulação da Educação Física com as teorias reprodutivistas; questionou-se a sua submissão ao esporte de rendimento, entre outros questionamentos.

No plano educacional mais geral, nessa mesma década, ocorreu a democratização do país sendo necessário e urgente um novo Parlamento e uma nova Constituição, a Carta de 1988 que contemplava a educação em um tópico

próprio, citando que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação é mencionada na Constituição também em outros momentos como no tópico que fala dos direitos e garantias fundamentais, a educação junto com saúde, lazer, trabalho, segurança, previdência social, proteção à infância e a maternidade e assistência aos desamparados (Artigo 6º). Também é citada no capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, pois afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação (GHIRALDELLI JR., 2003).

Porém a própria Constituição não podia legislar no campo mais específico da educação e para tal ela própria determinava que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Essa nova LDB resultou de uma intensa luta parlamentar e extraparlamentar. Entidades da sociedade, com interesses diversos, porém convergentes em relação à defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em diversos momentos no (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública), criando versões de uma LDB de seu agrado. Contudo a LDB resultante não foi a expressa popularmente nem a do projeto do Senador Darcy Ribeiro, afinado com o governo Collor e com os interesses dos empresários do ensino. No entanto esse último se sobressaiu ao primeiro pelo caráter conservador do Congresso. (GHIRALDELLI JR., 2003, p.206-207).

A Nova LDB - Lei 9.394 é aprovada em dezembro de 1996, depois desse longo período (1988-1996) de conflitos ideológicos quanto à educação desejada pelas classes antagônicas. Segundo Brito (1997, p.114) as marcas desse conflito podem ser vistas nas duas concepções: a centralização e a flexibilização:

As interpretações enfatizam ora uma, ora outra concepção, mas na verdade, a política educacional em vigor tem utilizado tanto a extrema centralização presente nas avaliações nacionais e na elaboração das diretrizes curriculares como também enfatiza, no plano teórico, a necessidade de participação e projeto flexível para cada unidade escolar.

Isso reflete, de forma mais específica na Educação física no seu artigo 26, 3º inciso: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. Darido

(2005, p. 55) afirma que com a LDB “o *status* da Educação Física mudou, pois passou a ser considerada um componente curricular como qualquer outro”.

A Educação Básica é constituída de três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo assim a educação física deveria perpassar por todas estas etapas. E Brito (1997, p.115) levanta uma questão: “Como assegurar a formação básica sem pensar na formação do corpo?”.

O que percebemos com essa “formação do corpo”, uma metáfora na verdade, pois o corpo aqui é entendido como esse ser humano de forma integral, é que na “prática”, no currículo escolar da esfera pública, essa formação, só existe de forma universalizada na segunda metade do ensino fundamental e no ensino médio, sendo que na educação infantil e nas series iniciais do ensino fundamental, não é algo freqüente nos sistemas de ensino.

Segundo Castellani Filho (2002), o Parecer nº 5/97 não permite dúvidas quanto à facultatividade no turno da noite, podendo ser evocada pelos alunos como pela própria instituição. Quase sempre, no Brasil, o que “é facultativo” é o mesmo que “não é para fazer”. Aproveitando dessa brecha na lei foi feito um decreto estadual aqui na Bahia retirando a educação física do turno da noite.

A facultatividade que era conferida, a Educação Física nos cursos noturnos era, ao mesmo tempo, a explicitação de sua obrigatoriedade nos cursos diurnos. Não bastasse isso, o Conselho Nacional de Educação, em duas oportunidades, neste ano de 1997, manifestou-se ratificando o teor do parágrafo 3º do artigo 26 da Lei nº9.394/96. Primeiro aprovou o Parecer nº 5 em 7 de maio, no qual expressa a compreensão de devermos somá-la aos componentes curriculares da base comum nacional e depois, em 11 de junho, imprimiu o Parecer nº 376, no qual reforça sua condição de componente curricular da Educação Básica. (CASTELLANI FILHO, 2002).

Ainda no ano de 1998 foi aprovado parecer sobre o ensino médio da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, formulando assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

E para dirimir qualquer dúvida sobre a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica é criada a Lei nº 10.328 de 12 de dezembro de 2001, que insere a palavra ‘obrigatória’ no parágrafo 3º, do art. 26 da LDB. Porém até esse momento não existiam normalizações sobre as dispensas nas aulas de Educação Física, pois o Decreto nº 69.450, já mencionado, e que trazia os casos de dispensa de alunos foi

revogado a partir da LDB de 1996, ficando até o dia 1º de dezembro de 2003 sem regulamentação quanto a essa questão, pois nessa data foi sancionada a Lei nº 10.793. Que retomava o Decreto nº 69450, os caso de dispensa dos trabalhadores com jornada superior a seis horas; mulheres com prole; maiores de 30 anos; pertencentes ao serviço militar; portadores de deficiência. Isso é um grande retrocesso histórico!

Após ter percorrido este passeio histórico pela Educação Física e visto a construção do arcabouço legal dessa disciplina, tenho que salientar que devido a todo esse processo de construção da área e também a professores incompetentes, com posturas inadequadas pedagógica, metodológica e politicamente, é que a Educação Física passou a ter esse descrédito.

Por ser, ainda, considerada disciplina meramente prática, desprovida de uma teoria, considerada não intelectual e pela pesquisa nesse campo de conhecimento, através da pós-graduação, ter-se instalado, no Brasil, somente a pouco mais de 20 anos, a Educação Física vem perdendo cada vez mais espaço no sistema de ensino nas escolas públicas, em alguns casos se tornou essencialmente teórica e nas particulares está surgindo esse processo de dispensa dos alunos.

Seguiremos nosso percurso de pesquisa buscando entender a Educação Física apresentando mais elementos sobre a LDB, refletindo sobre o que é um projeto-político-pedagógico.

2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Discutirei aqui aspectos de ordem legal sobre a inserção da Educação Física no currículo escolar, inicialmente trago algumas informações gerais sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96 (LDB) e o que ela apresenta sobre Educação Física. Além disso, estabelecerei um diálogo sobre projeto político-pedagógico da escola.

2.3.1 A “Nova” LDB e a Educação Física

A Educação Física durante muito tempo foi vista como apêndice escolar, como atividade física, e não como componente curricular provido de saberes necessários aos educandos. Tal perspectiva estruturou-se no próprio processo histórico da Educação Física e o modo como se delinearam as práticas escolares reforçou essa perspectiva.

No entanto, há um movimento, que pode dizer ser geral, nessa área de conhecimento, no sentido de transformar a educação física na escola. É daí que surgem as diversas abordagens teórico-metodológicas para a educação física escolar. É nesse percurso que são conquistadas algumas garantias, entre as quais, a presença da Educação Física na LDB.

O Artigo 23, no parágrafo 3º diz que a “educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica [...]”, sendo a prática facultada ao aluno que tenha trabalho igual ou superior a seis horas; maiores de trinta anos; que tenha prole; que seja uma pessoa com deficiência física ou que esteja prestando serviço militar. Vale a pena ressaltar que esse parágrafo já foi modificado duas vezes. Primeiro em 1998, acrescentando a palavra “obrigatório”. E depois, em 2003, retirando a facultatividade das aulas no ensino noturno por parte da escola, deixando-a para o alunado nas condições supracitadas.

Compreendendo o currículo como “um artefato histórico”, entendo que o Estado Brasileiro retrocedeu 30 anos na legislação educacional, pois se a Educação Física faz parte do núcleo comum, os estudantes deveriam recebê-la nas escolas, principalmente nas escolas públicas, talvez o único lugar onde eles possam ter acesso garantido a cultura corporal de forma ampla.

A Educação Básica é formada por três níveis de ensino: Infantil, Fundamental e Médio. Será que a partir dessa lei realmente a Educação Física passou a estar na escola? E integrada à sua proposta pedagógica? Como se dá, nas escolas, essa integração?

Levantei tais questionamentos por dois motivos: primeiro, porque a legalidade não garante a legitimidade da Educação Física nas escolas; segundo, porque conforme Sacristán e Gomes (2000) os projetos de modificações e inovação curriculares não necessariamente garantem transformações no plano escolar.

No sentido de aprofundar essa análise, adentremos ao debate sobre projeto político-pedagógico da escola.

2.3.2 O Projeto Político-pedagógico da Escola

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim, *project*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Fica claro, a partir do termo, que o Projeto político-pedagógico (PPP) é um dos elementos que constitui o planejamento escolar.

É a partir de diferentes olhares para o planejamento, que Vasconcellos (1995), discute o PPP e a sua concretização no âmbito escolar. A ação de planejar, segundo pesquisa realizada pelo autor, é considerada pelos professores, impossível e desnecessária. Isto se explica a partir de dois vieses: 1) o professor está alienado do seu trabalho e não tem consciência de sua função social; 2) na história da educação brasileira, o planejamento foi tomado como ato técnico ou para dar satisfação à supervisão da escola. Desse modo, realmente planejar não faz sentido.

No entanto, se entendermos como Vasquez (1977) que o planejamento é a projeção ideal de um resultado cujas ações serão executadas deliberadamente para alcançar um resultado real o mais próximo possível do idealizado, o ato de planejar configura-se de outro modo. E, então, o PPP assume outra dimensão.

Nessa outra perspectiva, os objetivos traçados no PPP estão vinculados a uma concepção de mundo, de educação e de homem que se almeje. Além disso, são resultados de uma submissão e leitura da realidade para buscar as necessidades de transformação. Assume-se mesmo o compromisso com uma práxis revolucionária, nos termos do próprio Vasquez (1977).

É nesse sentido, que Vasconcellos (2000) estabelece a analogia entre barcos e escolas. Um barco à deriva corresponde a uma escola sem PPP, que não conhece o rumo de suas ações. É como se diz popularmente, para quem não sabe para onde vai, qualquer lugar serve. Já uma escola com PPP elaborado a partir de uma leitura da comunidade que a compõe corresponde a um barco cujos remadores sabem exatamente para que lado remar. Assim, o PPP constitui-se o guia de todas as ações escolares (VASCONCELLOS, 2000).

Pensando dessa maneira, a Educação Física poderá estar inserida em um projeto político-pedagógico de caráter crítico, onde cada disciplina e cada professor tem papel fundamental na formação dos alunos. Para tanto, o professor de Educação Física deve participar das reuniões pedagógicas, pois são nessas reuniões que são traçados planejamentos que darão o direcionamento que os professores devem seguir. Podemos afirmar empiricamente, que a participação dos professores de Educação Física nessas reuniões não é uma prática comum nas escolas.

Definir o que é a proposta pedagógica da escola é uma tarefa da ação educativa, não é tarefa legal. Certamente há nesta concepção um espaço aberto para se construir uma identidade própria a cada unidade escolar, construção sedimentada no compromisso pedagógico e na autonomia. Mas autonomia não significa soberania e nem significa cada uma fazer o que quer. (BRITO, 1997).

Para Soares e outros (1992, p. 25):

Um projeto político-pedagógico representa uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações.

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição, é a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza no caminhar, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. (VASCONCELLOS, 1995).

Todo educador deve ter em mente o projeto político-pedagógico que deseja. Esta definição orienta a sua prática no nível da sala de aula: a relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar, bem como os valores que desenvolve nos alunos. (SOARES et al 1992).

Alguns questionamentos são levantados por Soares e outros (1992, p. 26) que devem vir antes da formulação do projeto político-pedagógico:

É preciso que cada educador (e cada escola) tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade?

Darido (2005) aponta que um grande problema na construção dos projetos político-pedagógicos das escolas é que muitas escolas não têm se preocupado em elaborar o documento e apenas utilizam modelos produzidos por órgão superiores. Isso ao meu ver é muito danoso, pois cada escola possui uma realidade, sua história de vida, professores, funcionários, direção, coordenação e estudantes singulares.

Normalmente dentro do projeto político-pedagógico da escola a Educação Física se encontra na área denominada **Código e Linguagem** que abarcaria as linguagens: verbal, icônica, sonora e corporal, aí localizando-se a justificativa para sua presença. Se compreendida como disciplina responsável pelo trato do movimento humano enquanto forma de expressão e/ou linguagem. O autor afirma a pertinência de vê-la na área de conhecimento **Sociedade e Cultura** se a percebermos como disciplina que trata pedagogicamente dos temas constitutivos da Cultura Corporal. (CASTELLANI FILHO, 2002).

O que percebo nas escolas, no entanto, é a elaboração, na maioria das vezes, do projeto pedagógico apenas para constar que foi feito para ser encaminhado para secretaria de educação. Muitas vezes os professores nem são chamados para essa elaboração, ficando a responsabilidade para o coordenador pedagógico, quando esse cargo existe na escola, ou mesmo para a direção. E esse material produzido não chega às mãos dos professores, de modo que estes não o conhecem e perpetua-se um fazer escolar fragmentado, alienado, alienante e sem sentido.

3. O CURRÍCULO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Para debater sobre a Educação Física como componente curricular de uma escolarização farei o percurso de entender primeiro o próprio currículo, depois refletirei a Educação Física como componente da educação escolar básica e o papel da coordenação pedagógica no processo de gestão desse conhecimento.

3.1 CURRÍCULO

O termo provém da palavra latina *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado. Segundo Sacristán e Gomes (2000, p. 125) a “escolaridade é um percurso para os alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu processo pela escolaridade.”

Segundo Silva (2005, p.15):

Se quisermos recorrer à etimologia da palavra “currículo”, que vem do latim *curriculum*, “pista de corrida”, podemos dizer que no curso dessa “corrida” que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade.

Segundo Corrêa e Moro (2004, p. 81), o currículo pode ser configurado por “unidades didáticas, centros de interesses, projetos de aprendizagem, núcleos interdisciplinares, módulos curriculares, etc.” Corrêa e Moro (2004, p. 81) continuam:

[...] isto é, entre outras formas, os conteúdos podem ser trabalhados: linearmente, seguindo uma seqüência hierárquica do mais simples ao mais complexo; por módulos, em que os conteúdos possuem significados independentes e não são relacionados aos outros conteúdos, e podem ser trabalhados ciclicamente, sempre retomando o conteúdo passado, procurando aprofundar a sua análise.

Para Saviani (1998), alguns dos fatores para o desenvolvimento do currículo, seriam, a evolução das disciplinas, os interesses dos grupos dominantes e a forma como vêm o papel e a importância da educação. Porém existem outros fatores determinantes como emergência de grupos de liderança, surgimento de centros acadêmicos de formação de profissionais, as associações de profissionais, as associações científicas e a política editorial na área.

As concepções de currículo que se estabeleceram no Brasil durante muito tempo permaneceram associadas a questões técnicas e metodológicas e tinham como função o controle da formação cultural da sociedade, estabelecendo currículos com características de ordem, racionalidade e eficiência.

O currículo é um artefato social e cultural, uma construção humana, não cabe a busca por formulação ideal a ser alcançada, mas percebê-lo como um conjunto opções e decisões intencionais dos diversos sujeitos envolvidos no processo de elaboração em certo momento histórico.

Segundo Moreira (1999) o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão do conhecimento social, tem implicações com as relações de poder, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares, ele não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história.

Para Moreira e Silva (1995, p. 28), reforçando essa idéia:

[...] currículo não é o veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura [...] política cultural, na qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

Trata-se, portanto, de perceber que nas relações que se estabelecem no interior das instituições educativas, entre professores, alunos, funcionários, pedagogos, diretores, etc., e entre a escola e a sociedade, incluindo aí as relações com os sistemas de ensino, há divergências no momento de decidir sobre experiências e conhecimentos que devem ou não ser escolhidos para compor o currículo. As relações de poder, as questões ideológicas e o fortalecimento desta ou daquela cultura determinam como a seleção dos conteúdos, as formas de aprendizagem e a avaliação do conhecimento no processo de elaboração curricular.

Para dar conseqüência a formação do cidadão crítico em uma perspectiva superadora, faz-se necessário uma formulação curricular que instrumentalize esse ser humano para a compreensão do mundo e das formas de nele atuar.

Para tanto é preciso utilizar, na plenitude, a autonomia didática, e da flexibilidade estrutural e pedagógica conquistadas, no sentido de realizar uma organização curricular que: capte o que é central na especificidade de cada área do conhecimento/prática de trabalho; compreenda os processos de assimilação/apropriação dos conhecimentos e estabeleça a mediação entre os conhecimentos e os processos de sua assimilação/apropriação, apontando para caminhos que superem as práticas educativas disciplinares e produzam a possibilidade de construção interdisciplinar do conhecimento.

No caso específico da Educação Física, as propostas de inserção no currículo escolar, assim como de organização do conhecimento, são diversas porque, como já foi dito, a partir da necessidade de transformar a Educação Física escolar algumas perspectivas se estabeleceram e também nesse campo os embates acontecem.

Na proposta de Soares e outros (1992), trabalha-se com a perspectiva do currículo ampliado, ou seja, entende-se que a escola deve tratar o conhecimento a partir do que seja cotidiano para seus alunos, aproximando-os dos conhecimentos sistematizados acumulados pela humanidade no campo da cultura corporal.

Ainda nessa perspectiva, entende-se que o PPP pressupõe um posicionamento diante do mundo e que os conhecimentos devem ser tratados de forma espiralada e não fragmentada. Propõe-se, então, que o percurso escolar organiza-se em quatro ciclos: o primeiro ciclo vai da pré-escola até a 3ª série é o ciclo de organização da identidade dos dados da realidade; o segundo ciclo vai da 4ª à 6ª série é o ciclo de iniciação à sistematização do conhecimento; o terceiro ciclo vai da 7ª à 8ª série, onde acontece a ampliação da sistematização do conhecimento e por fim o quarto ciclo que ocorre na 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio e acontece o aprofundamento da sistematização do conhecimento.

Já na perspectiva que Freire (1989), entende-se que os conhecimentos tratados na escola compõem três blocos: o conhecimento de si mesmo, que está relacionado à consciência corporal; a compreensão das possibilidades e limites do próprio corpo; o conhecimento do meio, articulado aos desafios corporais que envolvem aparelhos e o próprio ambiente; e a cultura da educação física, constituída pelos jogos e brincadeiras prioritariamente. Seguindo essa trilha, Freire e Scaglia

(2003) pontuam que a Educação Física está organizada em blocos de conteúdos. Esses autores desenvolveram um quadro de conteúdos para serem aplicados da 1ª a 8ª série, nesse caso, a escola, e a Educação Física nela inserida, têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento social, cognitivo e motor dos educandos.

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Refletindo sobre os caminhos a percorrer, a Educação Física deve ser compreendida enquanto componente curricular da escola, que possui saberes e conhecimentos, devendo ser valorizada como qualquer outra disciplina.

Citarei rapidamente as concepções de Educação Física Escolar que são veiculadas pela literatura, porém não farei comentários, pois esse não é o objetivo do trabalho.

CONCEPÇÕES NÃO-PROPOSITIVAS	CONCEPÇÕES PROPOSITIVAS	
	NÃO-SISTEMATIZADAS	SISTEMATIZADAS
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem Fenomenológica (Silvino Santin e Wagner Wey Moreira) • Abordagem “Sociológica” (Mauro Betti) • Abordagem Cultural (Jocimar Daolio) 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção Desenvolvimentista (Go Tani) • Concepção Construtivista (João Batista Freire) • Educação Física “Plural” (Jocimar Daolio) • Concepção de “Aulas Abertas” (Reiner Hildebrant) • Concepção Crítica-Emancipatória (Elenor Kunz) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aptidão Física • Crítico-superadora (Coletivo de Autores)

Quadro 1 - Teorias da Educação Física, segundo Castellani Filho (2002)

Quanto às não-propositivas, Castellani Filho (2002) afirma que essas teorias abordam a Educação Física escolar sem estabelecerem metodologias de ensino. As propositivas não sistematizadas “apontam para uma configuração de Educação Física escolar, sem todavia sistematizarem-na metodologicamente” (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 65).

Por ser considerada uma proposição sistematizada trarei elementos da concepção Crítico-Superadora. Segundo Darido (2003) essa pedagogia levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação. Afirma que essa concepção não debate sobre questões de como ensinar, apenas, mas também como adquirir estes conhecimentos, valorizando a questão da contextualização dos fatos e do resgate histórico.

Quando discuti sobre a legitimidade da Educação Física na escola, Bracht (1999, p. s/p)⁵: comenta:

[...] a hegemonia do conhecimento científico na escola precisa permitir outros saberes, e é nisso, só na medida em que se reconhece outros saberes que não saberes de caráter conceitual, de caráter intelectual, é que nós temos uma chance de nos afirmarmos lá no currículo escolar.

Esses “outros saberes” de que fala Bracht (1999) é o conhecimento que trata a Educação Física, a Cultura Corporal, Soares e outras, (1992, p. 38) afirma que, são “[...] formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismos, mímica e outros [...]”.

Então, Educação Física é uma prática pedagógica, que na escola, busca refletir sobre a cultura corporal, que são as expressões corporais anteriormente citadas: jogos, esportes, ginástica, dança, entre outras, buscando assim contribuir para a autonomia e criticidade dos educandos.

Porém, muitas escolas estão utilizando o conhecimento da cultura corporal de forma fragmentado. Oferecendo aulas de voleibol, futebol, handebol, basquete, ginástica, dança. Onde muitas vezes o aluno passa o ano todo apenas vendo um conteúdo da educação física, quando não os quatro anos do 3º e 4º ciclos.

Muitas vezes essa Cultura Corporal é apreendida fora do âmbito escolar, a própria LDB nos diz no seu Artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

⁵ Legitimidade da Educação Física II: o retorno, esse texto foi base para uma intervenção no Congresso Espírito-Santense de Educação Física realizado em Vitória/ ES em Dezembro de 1999, em mesa redonda que discutiu o tema “Saber e Fazer Pedagógicos: a Educação Física como componente curricular”.

&1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Segundo Jamil Cury (2000, p. 64), “[...] nossas Constituições sempre reconheceram a organização da educação nacional em torno da distinção entre dois grandes gêneros de escola: a livre e a regular”.

A escola livre não é normatizada pela LDB. São exemplos: escolas de línguas, escolas de informática, escolas de teatro, pintura plástica, música, etc. E mais especificamente na área de Educação Física, escolinhas de futebol, escolas de dança, natação, artes marciais, lutas, capoeira, entre outras atividades corporais. Os certificados que elas fornecem não possuem valor oficial, mas podem ter valor no mercado de trabalho. (CURY, 2000). Segundo o mesmo autor as escolas livres se apóiam no art. 5º, XIII, da Constituição de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

A escola regular, nas palavras de Cury (2000), é aquela que se submete ao conjunto das diretrizes e bases da educação nacional tendo que, para funcionarem, ter autorização de órgãos públicos destinados para esses fins com o objetivo de expedição de diplomas e certificados válidos.

Como especifica o Art. 209 da Constituição de 1988: o ensino é livre à iniciativa privada, desde que sejam atendidas algumas condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Será que as escolas livres atendem aos itens citados anteriormente? Que avaliação é feita com esse aluno ou aluna? Será só a presença?

Para responder essas questões, Cury (2000, p.24) faz a seguinte afirmação:

O ensino fundamental, embora determinante na rede de relações próprias de uma sociedade complexa como a nossa, não precisa se dar obrigatoriamente em instituições escolares. Ele pode ser dado em espaços escolares ou extra-escolares. O importante é que seja dado e, na hipótese de ser extra-escolar, deve haver notificação das autoridades competentes

para efeito de controle e avaliação. [...] O importante é a capacitação verificada e avaliada do estudante, observadas as regras comuns e imperativas dos sistemas de ensino. Mas nunca será demais repetir que tal não é a via organizacional comum da educação nacional e nem ela é capaz de responder à complexidade da sociedade e dos problemas educacionais brasileiros. É preciso insistir na importância e na necessidade do caráter obrigatório e imprescindível do ensino organizacional em instituições escolares na faixa de sete a quatorze anos.

Retomando a discussão sobre a cultura corporal na Educação Física Escolar nota-se que ela busca também a análise sobre valores morais como solidariedade e cooperação. Acredito que esses valores podem perpassar os jogos esportivos, as brincadeiras de roda, enfim, as atividades corporais como um todo e devem ser plenamente trabalhados durante as aulas, pois vivemos num mundo em que os valores como o individualismo e a competição exacerbada imperam, devendo ser combatidos dentro do ambiente escolar.

Esse tipo de reflexão que a cultura corporal traz para análise contribui para que o aluno possua a noção de identidade de classe, pois apresenta valores contrários aos do sistema capitalista. Saber que esses conhecimentos foram produzidos e compartilhados pelos próprios homens, entendendo seus contextos de criação “como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas” (SOARES et al, 1992, p. 39). É fundamental para que o aluno entenda o seu papel como sujeito histórico capaz de mudar a realidade vivida.

Nessa abordagem, o professor entende que esse homem brinca, dança, pula, não como indivíduo estanque, separado das relações sócio-culturais, mas como ser em contínua evolução, que outrora vivera outras brincadeiras, outras danças, outros movimentos e traz consigo todo esse conhecimento, não devendo ser desprezado. Freire (2000, p. 55) cita que a franquia dele diante dos outros e do mundo “é a maneira radical como se experimenta enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento.”

Tem-se, também, que olhar seu aluno por inteiro “ser uno” e não dicotomizá-lo - corpo e mente. Deve olhar para além das qualidades física e ver o ser humano socialmente constituído.

Discutindo sobre as influências, tendências, dificuldades e possibilidades da Educação Física Escolar, Suraya Darido (2001, p. 06), começa seu artigo tratando do conceito de conteúdo e diz que gostaria de esclarecê-lo, “uma vez que este termo é tão utilizado quanto mal compreendido”. Cita alguns autores de renome, como

Libânio, Coll e Zabala, que entendem que conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida. E conclui que quando falamos em conteúdos estamos englobando conceitos, idéias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognoscitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho, de lazer e de convivência social, valores, convicções e atitudes. Darido (2001, p. 06) afirma:

O fato é que o termo conteúdos foi, e ainda é, utilizado para expressar o que se deve aprender, numa relação quase que exclusiva aos conhecimentos das disciplinas referentes a nomes, conceitos e princípios. É comum observamos os alunos afirmando que tal disciplina tem 'muito conteúdo', sinalizando o excesso de informações conceituais.

Afirma, ainda, que existe atualmente “uma tentativa” de ampliar o conceito de conteúdo e passar a referenciá-lo como, tudo quanto se tem que aprender, abrangem para além das capacidades cognitivas, as demais capacidades apresentando três questões balizadoras dos objetivos educacionais: "o que se deve saber?", "o que se deve saber fazer?", e "como se deve ser?"

A autora afirma que considerar os procedimentos, os fatos e conceitos, as atitudes e os valores como conteúdos, todos no mesmo nível de importância, é fundamental. Levanta a questão de quais conteúdos os alunos deveriam adquirir sobre da Educação Física para se tornarem aptos para “enfrentar as exigências da vida social, exercício da cidadania, e nas lutas pela melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer?” (DARIDO, 2001, p. 07)

Sobre a importância da diversidade dos conteúdos, Darido (2001) comenta que alguns autores têm condenado a prática da Educação Física vinculada apenas a uma parcela da cultura corporal, os esportes coletivos, especialmente aqueles mais praticados no Brasil: futebol, voleibol e basquetebol. A autora questiona os currículos das escolas de Educação Física, afirmando que incluem disciplinas como dança, capoeira, judô, atividades expressivas, ginástica, folclore e outras, mas existe pouca utilização destes conteúdos na prática escolar. Pondera que poderia ser a falta de espaço, de motivação, de material, comodismo, falta de aceitação destes conteúdos pela sociedade ou falta de embasamento e procedimentos pelos professores.

Darido (2001) comenta que ampliar as práticas corporais na escola tem sido preocupação de diversos estudos, cita alguns deles como "O futebol feminino nas aulas de Educação Física escolar" (SOUZA Jr., 1991), "Atividades rítmicas e expressivas para alunas do magistério" (De ÁVILA, 1995), "O judô nas aulas de Educação Física escolar" (MATHIAS, 1995; NORA, 2000), "A prática da ginástica aeróbia nas turmas mistas" (VENTURA, 1996), "As práticas corporais alternativas na escola" (FERREIRA, 2000).

Em seguida, Darido (2001, p. 20) afirma que "[...] falta à Educação Física tradição no encaminhamento de estudos e propostas de intervenção que caminhem no sentido de observar a disciplina de fato integrada à proposta pedagógica da escola [...]". Quando expõe o seu pensamento sobre o papel da Educação Física, indica que:

[...] o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual). (DARIDO, 2001, p. 20)

Seria importante, segundo Darido (2001), para facilitar a adesão dos alunos às práticas corporais diversificar as vivências experimentadas nas aulas, para além dos esportes tradicionais (futebol, voleibol ou basquetebol), incluir vivências de ginásticas, jogos, brincadeiras, lutas e danças aumentando assim, segundo a autora, as possibilidades de uma possível identificação. Ainda argumenta que todos os alunos devem ser incluídos nos conteúdos propostos nas aulas, adotando para isto estratégias adequadas. Adverte: "Não se pode mais tolerar a exclusão que historicamente tem caracterizado a Educação Física na escola. Todos os alunos têm direito a ter acesso ao conhecimento produzido pela cultura corporal" (DARIDO, 2001, p. 21).

3.3 ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

O título dessa parte do texto é o mesmo do documento elaborado e divulgado pelo Ministério da Educação em 2006. Busca-se a partir do texto, uma síntese do pensamento atual e dos debates contemporâneos sobre as orientações curriculares da Educação Física no ensino médio.

Na introdução do documento apresentam-se as justificativas para sua elaboração, falando que partiu dos encontros e debates com gestores da Educação Estadual e com os pesquisadores das disciplinas escolares. Afirma o documento que a demanda era:

[...] pela retomada da discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, não só no sentido de aprofundar a compreensão sobre pontos que mereciam esclarecimentos, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender as necessidades e as expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o ensino médio. (BRASIL, 2006, p. 08)

O documento afirma que a elaboração das reflexões que ele traz iniciou-se em 2004, foi montado um grupo de trabalho multidisciplinar com professores que atuavam em linhas de pesquisa voltadas para o ensino para elaborar documento preliminar sobre os conteúdos e procedimentos didático-pedagógicos de ensino médio nas diferentes disciplinas do currículo. A partir daí, foram realizados cinco seminários regionais e um nacional tratando do currículo do ensino médio, que contaram com representantes das equipes técnicas das Secretarias Estaduais de Educação, com professores de cada Estado participante e alunos. A partir das análises desenvolvidas sobre as considerações levantadas nos debates, o material recebeu leitura crítica de professores-pesquisadores, chegando-se ao texto final. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio estão divididas em 3 (três) partes, **Volume 1:**Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; **Volume 2:**Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e **Volume 3:**Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O primeiro volume apresenta, respectivamente, os seguintes conhecimentos: Conhecimentos de Língua Portuguesa, Conhecimentos de Literatura,

Conhecimentos de Línguas Estrangeiras, Conhecimentos de Espanhol, Conhecimentos de Arte e Conhecimentos de Educação Física.

Quanto aos conhecimentos de Educação Física o documento em sua introdução coloca, primeiramente, o desafio que é escrever para professores da educação básica em um país de dimensões culturais e territoriais como o Brasil, depois traz elementos da evolução do campo acadêmico da Educação Física durante a presença da Educação Física nas escolas brasileiras afirmando que até os anos 80 do século passado “prevaleceu a idéia do manual como elemento metodológico” (BRASIL, 2006, p. 213). Finaliza a introdução afirmando que esse texto tem como objetivo refletir o que está em debate sobre a prática da Educação Física Escolar e que espera que outros textos sejam produzidos nas redes de ensino das diferentes regiões, municípios e escolas pensando nas possibilidades, particularidades e experiências.

Sobre o aspecto legal, o documento afirma que apesar de existir uma legislação atual que versa sobre a Educação Física, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), “muitos membros da comunidade escolar desconhecem a atual condição de obrigatoriedade da Educação Física na escola”. Afirma-se que fazer esse debate não é o objetivo do texto, mas que esse assunto foi recorrente nos seminários realizados em 2004. Por conta disso, apresenta o que dispõe a Lei nº 9.394/96, no Artigo 26, § 3º que em seu conteúdo trata a Educação Física como um componente curricular que deve estar integrada a proposta pedagógica da escola e ajustada as faixas etárias e as condições dos educandos, sendo facultativa nos cursos noturnos. Posteriormente, o texto comenta sobre o Decreto-Lei nº 10.793/03 que:

[...] isenta da pratica da Educação Física vários alunos e alunas julgados ora como incapazes, ora como privilegiados. Entre os alunos “dispensados” encontram-se os trabalhadores com jornada superior a seis horas; mulheres com prole; maiores de 30 anos; pertencentes ao serviço militar; portadores de deficiência. O Decreto em questão pressupõe um padrão que exclui justamente a diversidade de trajetórias de vida dos alunos que freqüentam a escola. (BRASIL, 2006, p. 215)

Por fim o documento apresenta alguns valores e princípios apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CEB nº 03, de 26 de junho de 1998). Valores como democracia, respeito aos direitos e deveres dos cidadãos, solidariedade humana, tolerância mútua e os valores que fortaleçam os

vínculos com de família. E princípios, estéticos, políticos e éticos. Os autores explicam o que seria cada um desses princípios e contrapõem com o Decreto-Lei nº 10.793/03 formulando os seguintes questionamentos:

Como pensar uma “Política da Igualdade” que deixa a margem do processo pedagógico deficientes, trabalhadores, adultos com mais de 30 anos, mulheres com filhos, etc.?

Como pensar uma “Estética da Sensibilidade”, na qual as praticas corporais da Educação Física podem ser uma fonte riquíssima de formas “lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo”, se essas praticas são ensinadas para poucos em uma lógica excludente?

Como pensar uma “Ética da Identidade” em uma pratica pedagógica que determina quem pode e quem não pode ter acesso a esse saber, definindo sujeitos “dispensáveis” dessa pratica pedagógica? (BRASIL, 2006, p. 216)

Concordo com o texto quando cita que a legislação educacional não deixa dúvidas da garantia ao aluno da oferta do componente curricular, Educação Física, contudo afirma que:

[...] quem deve garantir o tempo e o espaço adequados a ele são os professores a partir de sua perspectiva de trabalho pedagógico, dos registros de suas experiências, de sua participação política e pedagógica na comunidade escolar, de suas experiências nos meios científicos e acadêmicos, e principalmente de seu planejamento e de sua proposta político-pedagógica específica no interior do projeto da escola. (BRASIL, 2006, p. 217)

O texto ao discutir Educação Física como componente curricular afirma que a identidade de qualquer disciplina é constituída a partir de concepções, perspectivas e valores negociados e disputados entre os professores de mesma área de conhecimento, mas também recebe influência dos professores das outras áreas, diretores, coordenadores pedagógicos, pais e alunos.

[...] todos esses sujeitos entendem o papel do ensino médio para a formação dos alunos e, por consequência, o papel da Educação Física nesse grande projeto de formação. Longe de ter se tornado um consenso, a Educação Física foi e é, ao longo da historia da educação brasileira, palco de debates, conflitos e negociações acerca do seu papel na escola. (BRASIL, 2006, p. 217)

O texto busca localizar o lugar das praticas corporais no processo educativo apontando-as como formas de leitura da realidade, ou como o documento cita, “chaves de leitura de mundo”, se tornado mais uma forma de linguagem, “nem melhor nem pior do que as outras na leitura do real, apenas diferente e com métodos

e técnicas particulares”. (BRASIL, 2006, p. 218). Afirma ainda, que em uma perspectiva ampla de formação existem diferentes formas de apreender e intervir no mundo, a Educação Física é uma delas e deve ser valorizada na escola como as demais formas.

Quando o documento reflete sobre a escola como espaço sócio-cultural e da diversidade afirma que a mesma não é neutra e homogênea. Cada escola possui suas peculiaridades, seus valores. É lugar de produção, criação e reprodução de cultura, lugar de encontros, conflitos e preconceitos, “cada espaço e cada tempo na escola constituem uma linguagem a dizer as pessoas/sujeitos ali presentes o que elas devem ser e fazer” (BRASIL, 2006, p. 219). Aponta que um dos desafios dos educadores é:

[...] pensar que a cultura é algo que se move, que se transforma, tanto dentro como fora da escola, pela ação dos sujeitos concretos, professores e alunos: pessoas de ‘carne e osso’ que constroem seu dia-a-dia e interferem na vida social a partir do seu cotidiano. (BRASIL, 2006, p. 220)

Referente aos sujeitos do ensino médio o documento aponta que as condições de pertencimento (gênero, etnia, classe social, entre outras) auxiliam na construção dos alunos como sujeitos sócio-culturais, o que permite, segundo o texto, afirmar que não existe juventude, mas sim juventudes.

As formas como cada um dos jovens enxerga a escola e suas possibilidades de exercícios de práticas corporais como: “[...] forma de ascensão social; como espaço de encontro, local de expressão e troca de afetos; como lugar de tédio e de rotinas sem sentido, entre outros”. (BRASIL, 2006, p. 220). O documento reforça que as aulas de Educação Física “[...] não acontecem em um local abstrato. Acontecem e são realizadas por sujeitos concretos, reais, possuidores de histórias de vida e, sobretudo, de um corpo.” (BRASIL, 2006, p. 220)

O papel da Educação Física, segundo o documento, é compreender e discutir com os jovens os valores e significados que estão por trás dessas práticas corporais.

Dessa forma, a Educação Física, no currículo escolar do ensino médio, deve garantir a esses jovens:

- acúmulo cultural no que tange a oportunizarão de vivência das práticas corporais;
- participação efetiva no mundo do trabalho no que se refere a compreensão do papel do corpo no mundo da produção, no que tange ao controle sobre o

próprio esforço e do direito ao repouso e ao lazer;

- iniciativa pessoal nas articulações coletivas relativas as praticas corporais comunitárias;
- iniciativa pessoal para criar, planejar ou buscar orientação para suas próprias praticas corporais;
- intervenção política sobre as iniciativas publicas de esporte, lazer e organização da comunidade nas manifestações, vivencia e na produção de cultura. (BRASIL, 2006, p. 225)

O texto, ainda aborda o lugar da Educação Física no ensino médio, afirmando que a disciplina no contexto escolar “possui uma particularidade” em relação aos demais componentes curriculares. Trata-se, segundo os autores, de um componente que contribui para a formação para a cidadania “com instrumentos e conhecimentos” diferenciados daqueles chamados tradicionais no mundo escolar e que “[...] a estrutura física vai além dos muros das escolas, com a disciplina interagindo com a comunidade escolar, podendo explorar espaços para além dos espaços escolares, como ruas, rios, praias, praças públicas, cachoeiras, montanhas, etc” (BRASIL, 2006, p. 224). O documento afirma que se espera que os estudantes tenham a oportunidade de vivenciarem o maior número de práticas corporais possíveis.

3.4 EDUCAÇÃO FÍSICA E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O fato das escolas públicas e particulares do ensino fundamental da Bahia ofertarem a disciplina Educação Física parece relevante para uma área que historicamente tem lutado para ocupar um espaço no cenário educacional. No que diz respeito ao acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo professor, o pressuposto é de que é da competência do supervisor/coordenador pedagógico, por isso é ilustrativo destacar a configuração do quadro desses profissionais nas respectivas redes.

Quanto às escolas privadas a presença desses profissionais é uma constante, pelo menos é o que pode ser deduzido a partir da afirmação de Atta (2002, p. 27), segunda a autora, as:

[...] escolas privadas baianas, no entanto, vêm mantendo o serviço de coordenação pedagógica, algumas desenvolvendo trabalhos a partir, dos saberes do aluno e usando, entre outros, o método de projeto para superar tanto quanto possível, a fragmentação do currículo.

Por outro lado, na esfera pública, uma pesquisa de 1997, indicava a ausência da figura do supervisor em 89% das escolas estaduais e municipais de 1ª a 4ª série. Outra pesquisa realizada em 1999 nos apresentou um percentual de 64% de escolas sem coordenação, sendo que 80% dos professores entrevistados reclamavam a presença contínua de um coordenador pedagógico no interior da escola, como membro do grupo (ATTA, 2002).

Importa destacar que muitos são os problemas a serem enfrentados pelo coordenador pedagógico: a) professores não-graduados em Educação Física (dentre estes: amigos da escola, professores com formação em outra disciplina que completam carga horária e os contratados de plantão⁶, que não possuem nenhuma relação efetiva, e muitas vezes, afetiva com a educação, b) esportivização da Educação Física, ou seja, utilização apenas do conteúdo esporte nas aulas, c) professores graduados na área, mas com pouco embasamento teórico e prático e d) sem postura profissional (ausência de planejamento, baixa frequência em reuniões pedagógicas, absenteísmo, entre outras).

Aproximar-se dessa temática possibilita uma compreensão mais ampla da importância do coordenador pedagógico no processo de validação da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório.

Traçarei uma rápida linha do tempo das ações do coordenador pedagógico dentro da escola. Inicialmente "[...] foi pensado para ser o mediador entre as políticas educacionais oficiais e sua efetiva implementação na unidade escolar" (FONTES, 2003, p. 58). Enquadrado, perfeitamente, a lógica de alienação dos sujeitos e submissão ao poder central.

Posteriormente, o supervisor deixou de ser fiscal do processo pedagógico e passou a ser concebido como o articulador desse mesmo processo.

Deve pensar, refletir e investigar a sua prática, através de pesquisa, que deve acompanhar o ensino, apontando caminhos, criando atalhos, produzindo outras ações, reformulando concepções, produzindo rupturas e continuidades na prática pedagógica. (FONTES, 2003, p. 58)

⁶ Aqui na Bahia, para burlar a Constituição Federal, que exige servidores públicos ingressados por concurso, foi criado um Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, que opera seleções e muitas vezes indicações de cargos públicos, entre estes, o de professores, por conta disso é que utilizamos o termo “contratados e plantão”.

Na contemporaneidade, a ação supervisora se encaminha para continuar no sentido progressista adotado a partir dos anos 80, porém ainda encontra resistência, se confrontado com idéias de uma supervisão tecnoburocrática de tempos passados, agindo "[...] como um intelectual orgânico tradicional, por mais 'inovadoras' que sejam suas práticas" (BUENO, 2000, p. 45).

3.4.1 Caminhando para uma prática pedagógica compartilhada

Acredito que uma prática compartilhada entre Educação Física e a Coordenação Pedagógica, de qualquer escola, acontecerá quando a Educação Física for entendida, por todos os atores da escola: diretores, funcionários, alunos, supervisores e professores, como um componente curricular, que tem sua importância na formação humana.

O coordenador educacional precisa ter uma postura crítica quanto à problemática dos professores não-graduados em Educação Física, e exigir que se faça respeitada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, no que se refere ao professor ter formação específica para a disciplina a ser ministrada.

Outro importante momento para uma prática compartilhada é a formação continuada dos professores de Educação Física no próprio local de trabalho. Fusari (2002) avalia que existe um exagero da formação contínua, durante anos, ter centrado suas atividades na retirada dos educandos de seu local de trabalho, principalmente da escola afirmando "uma forte tendência" em valorizar a escola como o "lócus da formação contínua".

Para uma formação continuada dentro da própria escola, são necessárias: a presença dos professores de Educação Física dentro das reuniões pedagógicas e os supervisores possuírem saber disciplinares sobre Educação Física.

Quanto à presença dos professores nas reuniões (que empiricamente afirmamos não ser muito freqüente), é uma condição necessária para que aconteçam processos interdisciplinares, buscando-se relações com as disciplinas da área de conhecimento códigos e linguagem, a qual a Educação Física pertence - português, línguas estrangeiras, informática e educação artística - além das outras áreas de conhecimento. A participação nas reuniões é importante, também, para o

planejamento conjunto, com outros professores de Educação Física, dos projetos, objetivos e conteúdos que serão desenvolvidos durante o ano letivo.

Quanto aos supervisores possuírem saber disciplinares Vasconcellos (2002) nos afirma que o supervisor deve ter uma sólida formação em termos de uma concepção de educação e de seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos, aliada a um conhecimento dos conceitos fundamentais de cada área do saber, bem como a uma cultura que lhe permite ter uma visão geral da prática educativa.

O “conhecimento dos conceitos fundamentais” da Educação Física instrumentalizará os coordenadores pedagógicos a orientar os professores a não utilizarem apenas o esporte como único conteúdo de ensino, ou mesmo, só entreguem a bola para que os meninos joguem. Sim, meninos! Pois a maioria das meninas fica sentada assistindo o jogo acontecer.

A tarefa do coordenador, entre outras, deve ser de auxiliar os professores no aprofundamento teórico-prático dessas questões da vida escolar.

4 DISPENSA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as pesquisas e ensaios encontrados em periódicos e anais de congressos que abordam a temática “dispensa dos alunos nas aulas de Educação Física” como temática principal ou que fazem alguma referência sobre o assunto, visitando também trabalhos monográficos e uma tese de doutorado. Fiz essa escolha para ampliarmos o debate, visto que existe, como se pode observar logo em seguida, pouca literatura sobre o assunto. Acredito que com essa síntese seja possível localizar o debate atual e aproximar-se da fronteira do acúmulo de conhecimento sobre o tema, bem como de suas lacunas.

Em um estudo de caso, realizado por Mauro Betti juntamente com Ana Zonta e Luciano Liz (2000), numa escola particular no interior de São Paulo, abordando essa temática tendo como problemática da pesquisa: o porquê dos alunos solicitarem dispensa das aulas de Educação Física. As justificativas legais não foram o foco da pesquisa. Nesse estudo foram entrevistadas 7 (sete) alunas da 1º e 2º ano do ensino médio. Os autores introduzem o texto afirmando que “A dispensa de alunos das aulas de Educação Física é um fenômeno preocupante no Brasil. Em geral a discussão desse problema parte de, ou leva a questões legais, e pouca importância se atribui à perspectiva dos próprios alunos”(ZONTA et al, 2000, p. 245). Os resultados encontrados na pesquisa indicam que os principais motivos alegados pelas alunas são: a falta de tempo gerada pela “priorização de outras atividades, inclusive atividades físicas (‘faço capoeira... faço piano, canto no coral daqui’)” (ZONTA et al, 2000, p. 245); e o descontentamento com o conteúdo propriamente dito, em especial o esporte, e com as estratégias de ensino desses conhecimentos. Zonta e outros (2000) afirma, no entanto, que a maioria dos jovens pratica atividades físicas fora da escola.

Segundo os autores a diversificação e o aprofundamento dos conteúdos; a opcionalidade de conteúdos; e a alocação das aulas no mesmo período das demais disciplinas, são ações que possivelmente “conquistariam o retorno” desses jovens às aulas de Educação Física.

Os autores finalizam o artigo afirmando que os resultados “coincidem em parte com a escassa literatura disponível” e que também existiram diferenças em

relação a estudos realizados em escolas públicas, em que o trabalho é uma das causas principais das dispensas das aulas de Educação Física.

Estar no mesmo turno das demais disciplinas - em uma escolarização longe de ser em tempo integral - é fundamental para ser considerada componente curricular e não mera atividade escolar. Da mesma forma é necessário buscar diversificar os conhecimentos da cultura corporal tendo em vista que possuímos uma infinidade de elementos da cultura a serem trabalhados pelos jovens e que na maioria das vezes são esquecidos pelas escolas em prol de um tradicionalismo europeu e norte-americano nos esportes, visto os conteúdos tratados serem basicamente o voleibol, futebol, handebol e basquetebol, quando não apenas a entrega de bola para jogar, algo já denunciado por uma vasta literatura da nossa área. É preciso também, concordando com os autores, aprofundar esses mesmos conhecimentos/conteúdos, pois o desafio de aprender algo novo é indispensável para uma educação significativa. Será que ao ensinar, por exemplo: voleibol, o aluno apenas precise saber manter a bola no ar ou pode aprender sobre a história do esporte, todas suas regras, técnicas além das táticas de jogo?

Porém não concordo com os autores quando afirmam a “opcionalidade de conteúdos” como uma medida para a redução das dispensas, estes citam como exemplo a seguinte frase de uma aluna, “você não é obrigado a fazer uma coisa que você não gosta” (ZONTA et al, 2000, p. 245), Vejo essa solução incoerente com a função educacional da escola, visto que uma das funções da escola é socializar os conhecimentos que historicamente foram construídos pela humanidade, não podemos concordar que um aluno, em uma aula de matemática, não aprenda as quatro operações, pois não é obrigado! Ou mesmo, em Português, o aluno dizer que adora literatura e redação, mas que não vai aprender gramática, pois odeia gramática! Não estamos tirando o direito de, num futuro próximo, o aluno optar a não utilizar os conhecimentos adquiridos, porém a escola não pode se furtar ao dever de socializar esses conhecimentos, inclusive os da cultura corporal.

Um outro estudo realizado por Suraya Darido e outros (1999), analisou os aspectos relativos ao ensino da Educação Física no ensino médio. Neste estudo os autores trabalharam com a análise de três variáveis, são elas: o horário da disciplina dentro do currículo da escola, as dificuldades enfrentadas pelos professores e os pedidos de dispensas das aulas.

No sentido de atingir tais propósitos, os autores aplicaram um questionário para 30 professores da rede pública estadual de ensino, que trabalhavam nas cidades de Americana, Campinas, Rio Claro, Piracicaba, Jundiaí e Limeira responderam um questionário. Além da aplicação do questionário, para levantar dados sobre os pedidos de dispensa das aulas de Educação Física foram feitas consultas aos arquivos das secretarias e dos professores no sentido de verificar o número total de alunos dispensados e o total de alunos da escola. Isso ocorreu em 20 escolas do ensino médio. Segundo os autores os dados foram coletados em 1997, logo após a Secretaria Estadual de Educação apoiar o retorno da Educação Física durante o mesmo período das demais disciplinas.

Darido e outros (1999), no tópico 3.3 do artigo “A DISPENSA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA”, comentam sobre os aspectos legais, apresenta os estudos anteriores referentes a essa temática e analisa o resultado da sua pesquisa.

Quanto aos aspectos legais, Darido e outros (1999), comentam que apesar da obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis de ensino, foram abertas exceções que acabaram, segundo a autora, influenciando enormemente a prática da Educação Física na escola. Cita o Art. 1º sobre a facultatividade da prática da Educação Física em todos os graus de ensino. O artigo trazia os seguintes casos de dispensa: a) ao aluno do curso noturno ou diurno que comprove exercer atividade profissional remunerada com jornada superior a 6 horas, mediante a apresentação de carteira profissional ou funcional devidamente assinada ou atestado de trabalho com firma reconhecida em cartório; b) ao aluno maior de 30 anos; c) ao aluno que esteja prestando serviço militar; d) aos alunos doentes, mediante laudo do médico; e) ao aluno do curso de pós graduação; f) a aluna que tenha prole.

Darido e outros (1999) trazem em seu texto uma nota informando que com aprovação da nova LDB (9394/96) ficaram revogadas as disposições anteriores, inclusive os casos de dispensas e que ainda não há uma regulamentação específica. Porém em 1º de dezembro de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.793 que restabeleceu todos os casos de dispensa falados a poucos instantes.

Atualmente tenho conhecimentos de poucos Estados brasileiros possuidores de Educação Física no noturno. Quanto a nossa realidade, aqui na Bahia, sabemos que não existe Educação Física no ensino público noturno promovido pelo Estado. Isso acaba por se tornar uma dispensa coletiva dos alunos. Dispensa forçada! Por

que forçada? Porque, caso algum aluno venha a reivindicar seu direito de tê-la não será atendido.

A legislação federal que promovia a dispensa dos alunos que trabalham seis horas diárias ou mais praticamente esvaziou a Educação Física no noturno. Seus pressupostos são questionáveis porque vinculam a área a um suposto gasto energético que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar. Tal conclusão reflete uma concepção ultrapassada de Educação Física, baseada em parâmetros energéticos e fisiológicos, e desconhece a possibilidade da adequação de conteúdos e estratégias às características e necessidades dos alunos dos cursos noturnos que trabalham, bem como a inclusão de conteúdos específicos (por exemplo, aspectos ergonômicos dos movimentos e posturas de trabalho, exercícios de relaxamento e compensação muscular, etc.), (CEE/97). (DARIDO et al, 1999, p. 143)

Quanto aos estudos anteriores, Darido e outros (1999) citam o trabalho conduzido por Galvão (1993) “Educação Física escolar. Razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados”⁷. Ele analisou a opinião apenas dos alunos do ensino fundamental que haviam solicitado dispensa referente a trabalho ou a saúde, sendo investigadas três escolas no ano de 1992, num total de 935 alunos, 140 solicitaram dispensa, perfazendo um total de 17%. Para a maioria dos alunos entrevistados (78%) a Educação Física não cumpre o seu papel porque transmite pouco ou nenhum conhecimento, o que segundo os autores estimulavam os alunos a requisitarem dispensa. Pelo fato das aulas serem sempre iguais, sem continuidade, 42% dos alunos se afastavam. E 50% dos alunos reclamavam que os alunos mais habilidosos eram privilegiados pelos professores.

Analisando os resultados da pesquisa podemos afirmar que a escola, de maneira geral, não compreende e não faz seus alunos compreenderem que o conhecimento vai muito além do lógico-matemático ou da apreensão dos códigos da linguagem escrita. João Batista Freire (1989) afirma que quando uma criança é matriculada na escola para além da cabeça, é matriculado o corpo inteiro. Outra questão é a mesmice nas aulas, fator gerado também pela falta de um planejamento dos conteúdos e de uma seqüência didática de ensino.

Referente a privilegiar os mais habilidosos, percebo que a Educação Física nesse sentido, vai na “contramão” da escola, que ao perceber um aluno com dificuldade em alguma outra disciplina indica aulas de reforço escolar, no caso da

⁷ Monografia de Especialização realizada na UNICAMP - Faculdade de Educação Física.

Educação Física quem não sabe, fica sem saber, “vai pro banco”, não os bancos escolares, mas o banco entendido no sentido de exclusão da atividade e do conhecimento da cultura corporal. Tudo isso ajuda em muito a questão do aumento dos pedidos de dispensa dos alunos das aulas de Educação Física na escola.

Um outro trabalho analisado por Darido e outros (1999) e que se aproxima de nossa pesquisa, por se tratar de alunos do ensino médio é o de Gambini (1995), “Motivos da desistência em aulas de Educação Física no segundo grau”⁸, ele também procurou verificar a opinião dos alunos dispensados sobre a Educação Física na escola. Os resultados são alarmantes, pois “a maioria dos alunos não participam das aulas e pedem dispensa por motivos de trabalho; em seguida os alunos apontam para a falta de material e o desinteresse dos professores; a minoria afirma se afastar das aulas por problemas de saúde” (DARIDO et al, 1999, p. 143).

E a autora segue apresentando os dados coletados, em que, entre estes alunos dispensados “37,5% realizam atividade física em clubes ou academias. Um outro resultado desta pesquisa chama atenção, 93% dos alunos dispensados afirmaram que retornariam as aulas caso elas fossem realizadas no mesmo período das demais disciplinas”.

Darido e outros (1999) por fim cita o trabalho de Santos (1996)⁹, com o título “Educação Física: o paradoxo da sua negação” procurou-se conhecer os motivos pelas quais alguns alunos do curso de graduação em Educação Física, paradoxalmente, pediram dispensa das aulas de Educação Física durante o ensino médio.

Os resultados mostraram que estes alunos requisitavam dispensa por diferentes razões: a) participavam de equipes de treinamento, b) não gostavam da aula e do professor, c) pela distância da escola e outros. São dados alarmantes que mostram a ineficiência do ensino formal em manter a motivação dos alunos. Os alunos ainda afirmam que as aulas deveriam ser diferentes e “necessitam de variações (música, outros esportes, etc.)” (DARIDO et al, 1999, p. 144). O resultado da pesquisa realizada nas 20 escolas mostrou que há um total de 6% de alunos dispensados, porém o artigo não cita os motivos das dispensas.

⁸ Monografia de Graduação, Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, UNESP-Rio Claro.

⁹ Monografia de Graduação no Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, UNESP – Rio Claro.

Em uma pesquisa mais recente, realizada por Andréa Soares Moraes e Silvana Martins de Araújo (2005), em 14 escolas da rede particular de ensino fundamental da cidade de São Luís-Maranhão, que tinha como objetivo analisar as diferentes maneiras de organizar o ensino da Educação Física, através da aplicação de questionários a coordenadores e 54 professores de Educação Física, foram encontrados os seguintes achados quanto às dispensas dos alunos. Segundo os autores, 21,42% dos diretores/coordenadores afirmaram não liberar seus alunos das aulas de Educação Física, sendo a frequência obrigatória e a grande maioria, 78,57%, dispensam das aulas de Educação Física os alunos que praticam modalidades esportivas pagas dentro da própria escola, ou em clubes, academias e empresas conveniadas com as escolas.

Quanto à “Dispensa de alunos das aulas”: 68,51% dos alunos realizarem modalidades esportivas pagas, 55,55% entregam atestado médico e 53,70% são dispensadas por realizarem modalidades fora da escola através de convênios. As autoras colocam a palavra “motivos” entre aspas, entendendo essa decisão e concordo com ela quando logo em seguida argumentam que os motivos para essas dispensas “não justificam e contrariam a LDB e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”, que em seus textos não referem sobre dispensa específica para esta disciplina [...] “ (MORAES;ARAÚJO, 2005, p. 2193)

Analisando o “Turno das aulas” afirmam, que as aulas ocorrem no mesmo turno das suas matrículas escolares, porém 57,14% das escolas pesquisadas os horários são concomitantes à prática de modalidades esportivas, “ocorrendo uma divisão da turma, ou seja, um grupo de alunos faz aula de Educação Física, enquanto o outro, que corresponde à maioria, frequenta modalidades esportivas pagas, substituindo a sua presença nas aulas” (MORAES; ARAÚJO, 2005, p. 2191)

Um questionamento é formulado ainda por Moraes; Araújo (2005, p. 2191) para refletir esse achado da pesquisa, elas indagam como os múltiplos conhecimentos dessa disciplina podem ser assimilados “se somente alguns alunos participam das aulas e tem a oportunidade de vivenciar conteúdos, como: dança, jogos, esporte, ginástica, lutas, enquanto a maioria pratica uma modalidade esportiva paga ao invés de vivenciá-las nas aulas de Educação Física?”.

A questão, ao meu ver, é que ainda hoje, nas escolas, o conteúdo predominante, e às vezes único, ainda é o esporte, por mais que tenha sido debatida nos últimos anos e a literatura apontado a necessidade de se trabalhar os conteúdos

da Educação Física de maneira geral. Ainda estamos em muitos casos, tratando de uma Educação Física que não existe na prática e que ainda está no plano das idéias. Carmem Lúcia Soares (1996, p.11) reforça o questionamento trazido Moraes e Araújo (2005) ao afirmar sobre a escolha do conteúdo:

O aluno “escolhe” Vôlei e passa sete anos na escola “jogando” Vôlei. Ou então o professor “escolhe” Handebol e o aluno passa anos “jogando” Handebol. Imaginemos o professor de Língua Portuguesa, por exemplo “escolher” “análise sintática” e trabalhar somente com análise sintática, ou o aluno “escolher” “redação”. Se estamos na escola, devemos dar um tratamento escolar ao conteúdo e, sobretudo dar lugar a abrangência que ele possa ter.

Concordo com Soares (1996), não é possível o aluno chegar ao final da educação básica e não ter vivenciado uma cortada ou saque de voleibol, uma cesta de basquete, um arremesso de handebol, alguns movimentos de capoeira, de danças e de ginásticas. Está sendo negado pela escola o direito desses jovens poderem através de diversas práticas corporais se agrupar socialmente e terem acesso a esses bens culturais produzidos pela humanidade.

Porém o que se observa nas aulas de Educação Física, segundo Darido (2004) é que apenas uma parcela dos alunos - em geral os mais habilidosos - estão efetivamente engajados nas atividades e os professores influenciados pela perspectiva esportivista, continuam a valorizar apenas os alunos que apresentam maior nível de habilidade, o que acaba afastando os que mais precisam de incentivo para a atividade física. Os resultados imediatos são; um grande número de alunos dispensados das aulas e muitos que simplesmente não participam dela.

O que confirma a necessidade da aula ser de fato, um lugar de aprender coisas e não apenas o lugar onde aqueles que dominam técnicas rudimentares de um determinado esporte vão “praticar” o que já sabem, enquanto aqueles que não sabem continuam no mesmo lugar. (SOARES, 1996, p.11)

Ou melhor dizendo, os que não sabem, vão para outros lugares como as academias de ginásticas/musculação, as escolas de dança, natação, futebol, artes marciais, entre outras escolas livres que atuam com práticas da cultura corporal. Ou mesmo vão para lugares com atividade que, de forma direta, não têm a ver com a Educação Física – cursos de inglês, música e informática - e mesmo assim, em

algumas escolas, os alunos recebem dispensa das aulas por chocarem o horário destes cursos com o de Educação Física.

Voltando a pesquisa de Moraes e Araújo (2005) analisando a “Terceirização esportiva”, constataram que 64,28% das escolas estabelecem convênios/contratos com clubes, academias e empresas, realizados dentro ou fora das instituições de ensino, terceirizando modalidades esportivas, e que 50% das escolas mantêm contrato com empresas para oferecer práticas esportivas fora do ambiente escolar através de convênios com clubes e academias sendo essas práticas substitutas das aulas de Educação Física. E 14,28% das escolas contratam empresas internamente que se responsabilizam pela manutenção do espaço físico, aquisição de materiais esportivos e pela contratação de professores. E pergunta: se outras disciplinas necessitam de espaços para realizar as aulas que não seja a escola, tendo seus conteúdos substituídos por práticas realizadas fora do ambiente escolar. O problema não é serem realizadas fora do ambiente escolar ou dentro deste, a questão é ser ministrada por professores contratados pelas escolas e que ela, a Educação Física, esteja ligada ao projeto político-pedagógico.

No momento em que discutem a “Oferta/organização do esporte” denunciam que as escolas transformaram um dos conteúdos da Educação Física – esporte - “em subproduto”, pois 85,71% das escolas oferecem o esporte com diferentes modalidades esportivas pagas. Dessa forma, existe uma dupla cobrança, paga-se a mensalidade considerando que todas as disciplinas estão inclusas . Ainda afirmam, 57,14% das escolas mantêm convênios com clubes e academias, onde as práticas esportivas realizadas substituem as aulas de Educação Física, quando na verdade, “deveria ser garantido o acesso a todos os conteúdos da cultura corporal e não apenas a prática exclusiva de uma modalidade esportiva, o que descaracteriza a dimensão pedagógica da Educação Física” (MORAES; ARAÚJO, 2005, p. 2192). Valter Bracht (2000, p.14) adverte sobre o tema:

[...] a EF(escolar) passa por um momento em que sua existência encontra-se ameaçada e isto na medida em que foi abandonada pelo projeto neoliberal de educação e pelo próprio sistema esportivo que dela pode prescindir para o seu desenvolvimento, pois as escolinhas esportivas substituem com “vantagens” a EF.

Nas considerações finais Moraes e Araújo (2005) afirmam que o movimento de terceirização esportiva é uma nova maneira de organização escolar existente nas

escolas particulares, prevalecendo o interesse econômico. Afirmam que essa prática “desencadeia o risco de perda de identidade da Educação Física como disciplina curricular, desviculando-a do projeto pedagógico das escolas, quando transfere suas próprias responsabilidades para empresas prestadoras de serviço” (MORAES; ARAÚJO, 2005, p. 2194).

As autoras colocam que o principal desafio para a Educação Física é a conquista da legitimidade como um componente curricular transcendendo a visão do esporte como único conteúdo importante da instituição escolar. Aponta-se ainda, a possibilidade de denúncias e ações judiciais contra os processos de terceirização esportiva fraudulenta que vêm ocorrendo nas escolas.

Em mais um estudo realizado por Darido (2004), que teve como objetivo verificar as origens e as razões pelas quais os alunos se afastam da prática da atividade física regular analisando o universo da Educação Física na escola. Entre os objetivos específicos estava: levantar o número de dispensados das aulas de Educação Física na escola. Foi aplicado um questionário contendo 14 questões a 1.172 alunos divididos entre a 5ª e 7ª série do Ensino Fundamental e 1o. ano do Ensino Médio da rede pública estadual de Rio Claro.

Indagado os estudantes se atualmente participavam ou era dispensados das aulas de Educação Física, 99% dos alunos afirmavam participar das aulas de Educação Física, tanto na 5ª série quanto na 7ª série. Já no 1º ano do ensino médio, que é o nosso foco de pesquisa, os resultados mostram que 79,7% dos alunos participavam das aulas de Educação Física e 20,3% não participavam das aulas.

Quanto ao resultado Darido (2004, p. 72) reflete:

[...] é preciso considerar que muitas escolas oferecem a disciplina de Educação Física em período contrário ao das demais disciplinas, prejudicando os alunos que não têm condições de voltar à escola ou aos alunos trabalhadores (DARIDO, GALVÃO, FERREIRA & FIORIN, 1999)”. Algo que infelizmente ainda ocorre, embora não haja mais amparo legal que justifique tais procedimentos. Pode-se especular que esses 20% dos alunos perderiam ótimas oportunidades de terem acesso aos conhecimentos da cultura corporal, [...]

Perguntado aos estudantes se praticam algum esporte ou atividade física fora da escola, no 1º ano do ensino médio 48,2% dos alunos, praticam algum esporte ou atividade física fora da escola - 24,3% informaram que realizam esta prática apenas

às vezes e 27,5% dos alunos informaram que não praticam esporte ou atividade física fora da escola. (DARIDO, 2004).

Acredito que para uma melhor análise das duas questões, apresentadas anteriormente da pesquisa (sobre a participação nas aulas de Educação Física e sobre a prática de atividade física fora da escola), os resultados deveriam ser vistos no conjunto, pois não sabemos a quantidade de jovens que pedem dispensa das aulas de Educação Física na escola, mas que fazem alguma atividade física fora da escola, por outro lado, também não sabemos se os jovens que não praticam atividades físicas fora da escola, também não praticam Educação Física. No entanto não estou querendo tratar Educação Física e atividade física como sinônimos apenas apontar que são práticas sociais que trazem conhecimentos sobre a cultura corporal e que podem estar sendo negadas aos jovens.

A autora reflete os resultados afirmando que a grande participação dos alunos em práticas de atividades físicas fora da escola pode ser analisada de diferentes formas. Afirma que de um lado os alunos podem gostar tanto de Educação Física que procuram outras práticas fora da escola ou pelo contrário a Educação Física da escola não “[...] absorve os interesses dos alunos, ou seja, dar aos alunos outras opções de atividades extra-curriculares, como por exemplo: turmas de treinamento, danças, lutas, tardes esportivas, etc.” (DARIDO, 2004, p.76)

A questão que ela não analisa, é que na verdade essas atividades “extra-curriculares”, na maioria das escolas, se configura enquanto a própria “Educação Física”. Abordaremos a seguir sobre essa afirmação e sobre as aspas na palavra Educação Física.

Suraya Darido acaba por afirmar de forma, ao meu ver, equivocada, que a Educação Física deveria ser a promotora de atividades extra-curriculares, acredito que essas atividades extra-curriculares devem partir de um projeto maior da escola vinculado ao projeto-político-pedagógico, não é papel da Educação Física, pode até ser, e é, em parte função do professores de Educação Física pensar uma escola em movimento, mas também pode ser do professor de dança, do mestre de capoeira, do professor de artes marciais, dos professores, da direção e dos próprios alunos.

Lembro quando ensinava em uma escola pública municipal, do interior da Bahia, que os alunos organizaram, de forma autônoma, um campeonato de futsal utilizando o horário do intervalo/recreio. Todo dia ocorria uma única partida de 15

minutos, dois tempos de 7 minutos e meio. O campeonato durou umas duas semanas.

Por outro lado, a autora aponta a dança, as lutas como algo extra-curricular e que aumentaria o interesse dos alunos pela Educação Física, porém compreendemos que essas atividades já deveriam fazer parte dos programas de Educação Física das escolas, se tornando com isso curriculares e não “extras”.

Nas considerações finais Darido (2004, p.76 -77) reflete:

Os resultados em relação a estas questões mostraram que em torno de 20% dos alunos do 1o. ano do Ensino Médio são dispensados das aulas de Educação Física na escola, um número bastante expressivo, considerando que todos os indivíduos devem ter acesso à cultura corporal e beneficiar-se de suas práticas. Um outro aspecto das dispensas no interior da escola, é que ela é, no mínimo discutível, do ponto de vista legal, dentro do que está disposto na LDB/ 96. Este é um fato que precisa ser mais discutido pela categoria de professores, no sentido de esclarecer aos membros da comunidade escolar, sobre os aspectos que dizem respeito à ilegalidade das solicitações de dispensas e, sobretudo sua ilegitimidade.

Em um artigo de Aneleyce Rodrigues e outros autores, que foi constituído a partir de um Parecer Consultivo encaminhado ao Conselho Estadual de Educação de Goiás, no último tópico do texto, cujo título é “NOSSO POSICIONAMENTO”, argumentam:

Cabe-nos reafirmar que o procedimento de substituir esta prática por outra seria, no mínimo, um absurdo metodológico, uma atitude aética e um tremendo equívoco por parte dos professores de educação física, dos diretores e coordenadores pedagógicos.

[...] tais iniciativas são procedimentos impróprios e ambíguos, uma vez que a escola não é a família e nem pode substituí-la, não é a Igreja e nem pode substituí-la, não é o clube esportivo e nem pode substituí-lo e nem é a academia de ginástica, não podendo, do mesmo modo, também substituí-la. (RODRIGUES et al, 1999, p. 132)

Os autores reforçam com outro argumento, afirmando que a substituição dos conteúdos e procedimentos da educação física escolar por outras atividades “é perder a centralidade da formação educativa e prestigiar conteúdos restritos, exclusivistas e particulares”.(RODRIGUES et al, 1999, p. 132) expondo os alunos a experiências, que a autora chama, entre aspas, “educativas” e que segundo a mesma apontariam para “[...] rumos totalmente contrários ao que preconizam a educação, a escola e a própria educação física” (RODRIGUES et al, 1999, p. 132). Os autores listam os vários espaços onde os alunos poderiam ter essas

experiências: academias, clubes, instituições recreativas e/ou instituições de natureza privada.

Os autores seguem apontando que ao fazerem as críticas não estão desmerecendo as atividades extraclases ou extra-escolares, porém reduzem essas atividades relacionando-as apenas as áreas de lazer e saúde. Concordo com os autores quando afirmam, logo em seguida, que os objetivos dessas atividades diferenciam-se da proposta da escola. Apenas discordo do argumento utilizado, pois para os autores, essas atividades realizadas fora da escola não integram os conhecimentos “[...] desenvolvidos pelo homem/sociedade aos demais conhecimentos científicos e nem estão articulados aos verdadeiros fins da educação e da formação da cidadania social” (RODRIGUES et al, 1999, p. 132).

Vejo isso como um (pre)conceito, nada garante que na Educação Física dentro da escola os conhecimentos sejam tratados de forma integrada a outros conhecimentos. E o que garante que nas escolas livres os conhecimentos da cultura corporal não estão integrados a outros conhecimentos? Quais são “os verdadeiros fins da Educação e da formação da cidadania social”? Será que não existe uma educação e uma cidadania sendo forjadas nas escolinhas de danças, esportes, lutas, capoeira, entre outras? Sei que muitas vezes esses espaços preconizam uma educação que não acreditamos, uma educação que exclui, que mata aos poucos o que há de humano em nós, que está baseada em princípios de um capitalismo doentio: competição exacerbada, individualismo, alienação. Porém questiona-se: será que todas as escolinhas de práticas de atividades físicas são assim? Se está sendo repensada a Educação Física Escolar precisa-se repensar as práticas extra-escolares também! A escola precisa ser farol, não espelho. Como diz Tarcísio Mauro Vago (1996), é preciso pensar no esporte **da** escola, acrescentaria também, os outros conteúdos da cultura corporal para além dos muros escolares.

Realizei pesquisa, na cidade de Feira de Santana, em 21 escolas da rede particular de ensino de pequeno, médio e grande porte - 62% das escolas de ensino fundamental que possuíam de 5ª a 8ª série, Nunes (2003, p. 54), constatei que “um quarto das escolas possuem em média 30% de alunos que entregam atestado que fazem algumas atividade física. Somado com os dados da tabela seguinte que consta que 95% das escolas aceitam atestado de participação em outra atividade”.

Na época do estudo, entendia que a dispensa em Educação Física seria uma forma de terceirização da Educação Física pelo fato dos alunos entregarem

atestados de participação em atividades físicas promovidas por terceiros, academias, clubes, etc. Hoje percebo que na verdade o que acontecia era a substituição da **Educação Física** da escola por **práticas corporais** que são conteúdos da Educação Física também, mas apenas quando vistos do âmbito escolar, pois concordo com Hajime Nozaki (2004, p.143), quando trás melhor esses termos conceituando-os:

Na linha adotada por este estudo, a educação física caracteriza-se como *“uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”* (Coletivo de Autores, op. cit., p.50). Seguimos, portanto, a definição, segundo Valter Bracht (1992), de educação física no sentido restrito do termo, ou seja, aquela que abrange o conteúdo da cultura corporal no interior da escola. Foi desta forma que a educação física se formou historicamente. Já os temas ou conteúdos da cultura corporal – esporte, ginástica, dança, jogos, entre outros – [...] aqui tratadas como práticas ou manifestações corporais ou culturais, não têm a mesma gênese, sob o ponto de vista histórico, e possuem, portanto, identidade diferenciada da educação física. Assim, as práticas corporais que ocorrem no meio não-escolar, efetivadas, pois, em academias, clubes, condomínios, espaços de lazer, das quais a atividade física é apenas uma de suas expressões, não são, para fins deste estudo, considerados como educação física.

Em um ensaio sobre, com o título “Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola”, Tarcísio Mauro Vago (1999, p. 41), segue essa mesma linha de pensamento fazendo diferenciação entre Educação Física e práticas corporais:

[...] há iniciativas no sentido de aceitar que práticas corporais realizadas fora do ambiente escolar (em academias e clubes, por exemplo) sejam consideradas substitutas do ensino de educação física realizado na escola. Nesse caso, as escolas estariam desobrigando-se da tarefa de realizar o ensino de educação física, num movimento de terceirização de serviços. Ora, isso seria uma sentença de morte para o caráter educativo da educação física como prática escolar, que no limite provocaria o seu desenraizamento escolar, isto é, sua exclusão do ambiente escolar.

Ele considera o aceite dessas práticas como uma radicalização do movimento de descaracterização da Educação Física. Concordo com o autor quando afirma sobre a sentença de morte e o conseqüente desenraizamento escolar da Educação Física. Nesse estudo tentei evidenciar, no cotidiano escolar, essas mudanças.

Sobre esses termos é importante resgatar alguns elementos do ensaio, que podem contribuir para o entendimento: no primeiro momento do texto, Vago (1999)

argumenta sobre como foi enraizada a Educação Física em Minas Gerais, como se deu o processo de entrada da Educação Física como conhecimento escolar - veja que o autor não está falando aqui de disciplina curricular.

Num segundo momento do ensaio apresenta, o que chamou de, “desenraizamento”, começa a argumentar sobre isso levantando a seguinte questão “[...] a educação física permanecerá enraizada nas novas maneiras de organização escolar que estão sendo praticadas? (VAGO, 1999, p. 39). Imediatamente responde: “Depende”. Argumenta que a LDB de 1996 estabelece a obrigatoriedade da presença da educação física nas práticas escolares na educação básica porém não definiu critérios para a organização do seu ensino, estabelecendo que a Educação Física deve estar “integrada à proposta pedagógica da escola”, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar (art. 26). A entrada em vigor dessa lei, segundo Vago (1999, p 40):

[...] possibilitou o aparecimento de maneiras diferentes de realizar o ensino de educação física. A falta de critérios permitiu que se configurasse quase um “vale-tudo” em sua organização escolar. Interesses econômicos têm marcado interpretações da LDB sobre a educação física, sobressaindo-se a idéia de redução de despesas com professores e materiais. Mesmo com dados precários, já é possível dizer que sua presença nas práticas escolares, sobretudo em escolas particulares, tem sido reduzida ao mínimo indispensável para configurar obediência à lei.

O autor identifica usos irresponsáveis da lei, como a descaracterização do ensino curricular de Educação Física, provocando o seu esvaziamento como disciplina do programa, no mesmo patamar que as demais. Exemplificando cita o treinamento esportivo, gerando assim a perda de sua identidade como disciplina curricular inviabilizando sua participação na formação dos alunos tornando-se “um tempo *à parte*, um apêndice, ou um produto que a escola oferece aos alunos para atraí-los. A educação física continuaria *figurando* no currículo da escola, mas *desfigurada* de seu caráter de área do conhecimento” (VAGO, 1999, p.40). Reflete, ainda, que é preocupante a desqualificação de uma possível intervenção de caráter amplo e educativo do ensino da educação física sobre os educandos em favor de uma intervenção especializada e seletiva do treinamento esportivo na escola. Comungo dessa mesma preocupação, pois o que percebo é que cada vez mais esses espaços, são locais, destinados para a minoria dos alunos.

Não concordo que as aulas de Educação Física se tornem treinamentos, mas acredito que podem, nas escolas, existir lugares que possibilitem a todos que queiram ter experiências de aprofundamento em algum esporte, dança, luta, entre outros. Inclusive na lógica de um treinamento, porém não podemos trazer a lógica do rendimento máximo e individual, e sim do rendimento possível e coletivo, pois do contrário muitos não terão a oportunidade de vivenciar essas possibilidades corporais.

Existem, segundo Vago (1999, p. 41), ao menos duas possibilidades de análise. Na primeira a presença da Educação Física está garantida, no entanto, de forma descaracterizada, pois a escola, “em vez de desenvolver e praticar uma linha de pensamento, oferece aos alunos uma linha de produtos - a Educação Física é organizada para ser um desses produtos, repartindo-se seu conhecimento em várias modalidades de subprodutos”. Essa forma é mais voltada às escolas particulares, porém, segundo o autor, possível também em instituições escolares públicas.

No segundo viés de análise, Vago (1999, p. 41) afirma que a presença da Educação Física não está garantida, tendo a possibilidade de ser excluída das práticas escolares, “desenraizada”. O autor argumenta, “Ora, em uma escola que se orienta pelas idéias de eficiência, eficácia, produtividade, utilidade, não há que se perder tempo com o ensino de práticas corporais da cultura, como os esportes, as danças, os jogos, a ginástica”. E segue afirmando que quando se organiza o currículo objetivando o ingresso no mercado de trabalho o conhecimento ofertado pela Educação Física não teria muito a contribuir, sendo, pois, “descartável”.

Hajime Nozaki (2004, p.147) cita um estudo que Jaber (1996) investigou os mecanismos do cotidiano escolar que produzem a “inferiorização” dessa disciplina, realizando pesquisa em 03 escolas da rede municipal, de 5ª a 8ª série, de Belo Horizonte (MG). Encontrou “elementos particulares das aulas de educação física, que as diferenciam das demais disciplinas, no sentido de caracterizar a sua secundarização no cotidiano pedagógico. Entre eles, destaca-se o caráter facultativo da participação dos alunos, [...]”. Comentando sobre a Educação Física, Oliveira (2006, p. 93), de alguma forma reforça o debate sobre a secundarização, questionando: “Dispensa de aulas? O que é isso? Alguém é dispensado de aulas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História, Física, Química, Ciências...? A Educação Física é menos importante que esses outros componentes curriculares?”

Em nota de rodapé, Nozaki (2004, p.147) acrescenta outros dados da pesquisa feita por Jaber (1996), que:

[...] ressalta que muitos alunos trazem atestados médicos para dispensa das aulas, porém, fora do horário escolar, freqüentam academias de ginástica. Não são raros outros exemplos em que a dispensa das aulas são dadas àqueles que praticam determinada modalidade desportiva. Tal aspecto evidencia que as aulas de educação física são tratadas na perspectiva da aptidão física, [...]

Nozaki (2004, p. 153) conclui que a Educação Física é tratada como um “artigo de luxo” e valorizada, no projeto pedagógico dominante, na perspectiva da aptidão física e se coloca “num plano secundário”, para a maior parte das camadas populares.

Em outro estudo, Estevan Arruda e Luiz Gonçalves Junior (2000), que teve como foco as aulas de Educação Física Escolar de estabelecimentos de ensino particular, situados na cidade de Araraquara - interior do estado de São Paulo - que realizam convênios com academias poliesportivas, ao que os autores chamaram de “terceirização”. Explicam que consideram Educação Física Escolar “terceirizada”: aquela praticada em academias poliesportivas, onde os alunos freqüentam uma modalidade esportiva de sua escolha, como: natação, musculação, ginástica, dança, etc, com professores contratados pela academia ao invés de ocorrerem em escolas com professores do quadro do próprio estabelecimento escolar.

Na realidade, as aspas deveriam estar não na palavra terceirização e sim na palavra Educação Física, pois o que deveria ser questionado, não é se o que é realizado é uma atividade terceirizada ou não, mas com base no que apresentei a poucos instantes no texto, as aspas seriam para levantar a dúvida se essas atividades praticadas dentro desses espaços extra-escolares configurariam na verdade aulas de Educação Física.

O objetivo desta pesquisa é identificar a forma como se estabelecem e se desenvolvem estes convênios e, ainda, qual a visão de educação física escolar dos coordenadores pedagógicos das escolas conveniadas. Foram entrevistadas as coordenadoras pedagógicas das duas escolas particulares da cidade de Araraquara que possuíam convênios de "terceirização" das aulas de Educação Física, nesse caso, com a mesma academia poliesportiva, fazendo uma análise fenomenológica,

sendo perguntado: qual a compreensão das coordenadoras sobre a Educação Física escolar.

Os resultados da pesquisa afirmam que existe na fala das coordenadoras uma visão dicotômica do ser humano no binômio mente e corpo, as coordenadoras afirmam também que a Educação Física é indispensável no currículo escolar, entretanto os autores refletem:

Porém, se a Educação Física continuar sendo "terceirizada" seguindo o rumo atual, sem a ocorrência de amplas discussões nas delegacias de ensino de cada região e particularmente em cada escola para formulação do projeto pedagógico, pode-se configurar o mero rapasse das responsabilidades da escola para outras instituições, e ainda, as academias poliesportivas assumirem o ensino do esporte praticamente como única possibilidade, prejudicando muito a Educação Física Escolar, especialmente ao privar os alunos do contato com uma variabilidade de conteúdos necessários ao seu pleno desenvolvimento. (ARRUDA; GONÇALVES JUNIOR, 2000)

Os autores afirmam que a Educação Física deve visar o desenvolvimento do homem de forma integral, abrangendo as possibilidades de emancipação dos seus atributos humanos, e a sua integração na vida social. E provocam, "será possível considerar tais aspectos nas aulas de Educação Física 'terceirizada' em academias poliesportivas, na qual os alunos optam por um dado esporte?" (ARRUDA; GONÇALVES JUNIOR, 2000)

Afirmam ainda que a flexibilização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação abre opções das escolas estarem

[...] adaptando sua proposta pedagógica e ampliando o conteúdo do seu currículo, através dos convênios com as academias poliesportivas, por exemplo, pois, possibilitam o uso de um espaço físico para a realização das aulas de Educação Física que algumas escolas não possuem como: salão de danças e piscinas. (ARRUDA; GONÇALVES JUNIOR, 2000)

Por outro lado Arruda e Gonçalves Junior (2000) afirmam que "corre-se o risco dos alunos freqüentarem as aulas de um único esporte ao longo de sua 'vida escolar', o que, em certa medida, já vem infelizmente ocorrendo no seio das escolas" (Mimeo)

Concluindo referindo-se aos convênios estudados especificamente, os autores, entendem que é possível que eles venham a ajudar a valorizar um pouco mais o professor de Educação Física, a partir do momento em que as academias

poliesportivas necessitem de mão-de-obra especializada, como diferencial contra a concorrência. Afirmam, por fim, que o processo de “terceirização”, no trabalho em academias, deveria ser planejado e discutido entre todos os envolvidos: professores de Educação Física, professores em geral, pais, alunos, coordenadores pedagógicos e coordenadores das academias e visto como ampliação e complementação, nunca como única atividade da Educação Física Escolar.

Depois de trazer as produções teóricas sobre a temática da dispensa dos alunos das aulas de Educação Física e ter dialogado com a mesma, resta partir para o capítulo do trabalho de campo e poder constatar e reafirmar alguns resultados das pesquisas expostas até aqui, porém compreendo que a pesquisa caminha no sentido de complementar e ampliar a compreensão da realidade escolar frente a problemática das dispensas visto que não busca, como algumas pesquisas expostas, falar sobre o aspecto legal; sobre um determinado segmento escolar (públicas ou privadas); e nem abrange a questão centralmente sobre a visão do aluno. Acredito que o diferencial de nosso trabalho é compreender a Educação Física no cotidiano escolar pela ótica da gestão do conhecimento nas escolas, na ótica dos coordenadores pedagógicos.

5 PESQUISA DE CAMPO: ASPECTOS METODOLÓGICOS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Esse para mim é o momento que considero um dos mais importantes de um estudo, falar sobre a Pesquisa de Campo. Nesse capítulo, identifico os aspectos metodológicos pertinente a pesquisa, em seguida, apresento as informações colhidas a partir das entrevistas e dos questionários e por fim faço a análise do material.

5.1 A NATUREZA DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A pesquisa ora apresentada tem como característica ser uma pesquisa de natureza qualitativa. Entendo que uma pesquisa qualitativa é fundamental, pois ampliará as possibilidades de compreensão do fenômeno proposto. Ela se configura como uma pesquisa de nível descritivo, as pesquisas desse tipo segundo Gil (2006, p. 44) “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” buscando levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Procurando delinear melhor a pesquisa, realizei um Estudo de Caso que, segundo Gil (2006, p.72), “[...] é caracterizado pelo estudo aprofundado e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. Segundo Yin (1981, p. 23 citado por GIL, 2006, p. 73) “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”. Tem, segundo Gil (2006), diferentes propósitos às pesquisas: explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamento e experimentos. Ainda segundo Gil (2006) os propósitos desse tipo de estudo “são expandir ou generalizar proposições teóricas” (p.73) sobre a temática

estudada, nesse caso, as dispensas das aulas de Educação Física.

[...] é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. (MINAYO, 2004, p. 15)

Minayo, (2004, p. 13), ainda explica que a pesquisa Social “é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos”

5.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A Secretaria Estadual da Educação possui 33 sedes regionais, denominadas Diretorias Regionais da Educação (Direc). Dotadas de recursos humanos e instalações físicas próprias, representam a Secretaria na administração de processos, como a Matrícula, a Programação de Carga Horária e o Censo Escolar.

A pesquisa de campo foi realizada em escolas da cidade de Feira de Santana¹⁰, no Estado da Bahia. Feira de Santana compõe a Direc 02 que é formada pelos municípios de: Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Candeal, Capela do Alto Alegre, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Gavião, Ichu, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Nova Fátima, Pe de Serra, Pintadas, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Santa Barbara, Santanópolis, Santo Estevão, Sao Goncalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho (BAHIA, 2007).

¹⁰ Feira de Santana possuía uma população estimada em 2006 de 535.820 pessoas, o município possui uma área territorial de 1.363 km², segundo fontes do IGBE (2007)

5.3 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

No sentido de delimitar o universo da pesquisa, fizemos a investigação em escolas particulares e públicas que possuíam o ensino médio – independentemente de possuírem outros níveis de escolaridade. A matrícula inicial de alunos no ensino médio no município de Feira de Santana em 2006 foi, de acordo com o quadro 2, a seguir:

ESCOLAS DE FEIRA DE SANTANA	ENSINO MÉDIO
Estadual	23.197 ¹¹
Particular	3.173
Total	26.370

Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/AlunosPorMunicipio2006.pdf>

Quadro 1 – Quantidade de alunos do Ensino Médio em escolas estaduais e particulares no município de Feira de Santana.

Buscamos através do Site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia o cadastro atualizado (Censo 2006) das escolas particulares de ensino médio localizadas no município de Feira de Santana. Totalizando o número de 20 Escolas Particulares, como ilustrado no quadro 3:

¹¹ Ainda existem mais 11.008 alunos que frequentam as aulas, no turno noturno, e que são excluídas da prática da Educação Física no que chamamos de “dispensa generalizada”, visto que o Estado não faz cumprir a **Lei nº 10.793, de 1º de Dezembro de 2003.**, a qual já debatemos no primeiro capítulo.

Escolas:	
29093643	C. DE ASS. SOC DA ORD. DOS CAPUCHINHOS
29093376	CENTRO EDUCACIONAL DO FUTURO OBJETIVO
29437261	COLEGIO ACESSO
29093490	COLÉGIO ANISIO TEIXEIRA
29382335	COLÉGIO FUTURO
29342872	COLEGIO GENESIS
29342880	COLEGIO HELYOS
29441730	COLEGIO INTELECTO
29411408	COLEGIO LIMITE
29093619	COLEGIO NOBRE DE FEIRA DE SANTANA
29093627	COLEGIO PE OVIDIO
29093635	COLEGIO COM FRANCISCO DE ASSIS
29365791	COLEGIO SUPER STAR
29422191	COLEGIO VISAO
29422183	COOPERESCOLA
29094836	ESC SUMMERHILL
29094046	ESCOLA CASTRO ALVES
29387701	ESCOLA MÉTODO
29344166	GRUPO FENIX DE ENSINO LTDA
29447208	UNIDADE CRIATIVA DE ENSINO MÉDIO- UNICEM

Fonte: http://www.sec.ba.gov.br/escolas/consulta_escolas.htm

Quadro 3 - Escolas Particulares de Ensino Médio do Município de Feira de Santana

Buscamos também, através do mesmo sítio virtual, o cadastro atualizado (Censo 2006) das escolas estaduais de ensino médio localizadas no município de Feira de Santana. Totalizando o número de 47 Escolas Estaduais, como demonstrado no Quadro 4:

Escolas:	
29093295	CENTRO DE E C CULTURA DR EDUARDO F MOTTA
29093341	CENTRO ED CENECISTA CONEGO CUPERTINO DE LACERDA
29093457	CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO ASSIS CHATEAUBRIAND
29093520	COLEGIO ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
29093317	COLEGIO DA POLÍCIA MILITAR- COM DIVA PORTELA
29093511	COLEGIO ESTADUAL EDITH MACHADO BOAVENTURA
29441633	COLEGIO ESTADUAL DE JAGUARA
29443768	COLEGIO ESTADUAL DR JAIR SANTOS SILVA
29093660	COLEGIO ESTADUAL DURVALINA CARNEIRO
29093252	COLEGIO ESTADUAL EDITH MENDES DA GAMA E ABREU
29096847	COLEGIO ESTADUAL EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
29095158	COLEGIO ESTADUAL ERALDO TINOCO DE MELLO
29094194	COLEGIO ESTADUAL ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO
29093260	COLEGIO ESTADUAL GENERAL OSORIO
29095026	COLEGIO ESTADUAL GENERAL SAMPAIO
29094143	COLEGIO ESTADUAL GEORGINA DE MELO ERISMANN
29093279	COLEGIO ESTADUAL GOVERNADOR LUIZ VIANA FILHO
29387728	COLÉGIO ESTADUAL HELENA ASSIS SUZART
29095140	COLEGIO ESTADUAL HILDA CARNEIRO
29094429	COLEGIO ESTADUAL JOAO BARBOSA DE CARVALHO
29094437	COLEGIO ESTADUAL JOAO DURVAL CARNEIRO
29093546	COLEGIO ESTADUAL JOSE FERREIRA PINTO
29094178	COLEGIO ESTADUAL JOSEFA CLEMENTINO
29093554	COLEGIO ESTADUAL JUIZ JORGE FARIA GOES
29093350	COLÉGIO ESTADUAL ODORICO TAVARES
29096596	COLEGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE A BORGES
29094100	COLEGIO ESTADUAL PAULO VI
29094712	COLEGIO ESTADUAL POLIVALENTE DE FEIRA DE SANTANA
29093732	COLEGIO ESTADUAL SANTA ISABEL
29097665	COLEGIO ESTADUAL TEOTONIO VILELA
29095166	COLÉGIO ESTADUAL UYARA PORTUGAL
29093570	COLEGIO ESTADUAL YEDA BARRADAS CARNEIRO
29387736	COLÉGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHÃES
29094798	COLEGIO ROTARY
29095999	COLEGIO SIM
29097703	COLGIO ESTADUAL PROFª MARIA JOSE DE LIMA SILVEIRA
29097509	ESCOLA AGROTECNICA DR FRANCISCO M DA SILVA
29093473	ESCOLA COOPERATIVA DE ENSINO FÊNIX
29094976	ESCOLA CORIOLANO CARVALHO
29094070	ESCOLA DA ASSOC DE PROTECAO A INFANCIA
29094216	ESCOLA DO CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL STO ANTONIO
29387019	ESCOLA ESTADUAL CARMEM ANDRADE LIMA
29095190	ESCOLA GEORGINA SOARES NASCIMENTO
29095239	ESCOLA JOAO BAPTISTA CARNEIRO
29094682	ESCOLA PADRE VIEIRA
29094763	ESCOLA REITOR EDGAR SANTOS
29096243	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES

Fonte: http://www.sec.ba.gov.br/escolas/consulta_escolas.htm

Quadro 4 - Escolas Públicas de Ensino Médio do Município de Feira de Santana

Após a realização do levantamento do Censo Escolar 2006 – Secretaria de Educação do Estado da Bahia, encontrei 67 escolas no município de Feira de Santana com o perfil da pesquisa. Surgiu então a necessidade de uma amostra, pois segundo Gil (2006, p. 99):

[...] as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considera-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo [...].

Segundo Minayo (2004, p. 102) uma amostra qualitativa:

(a) privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; (b) considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; (c) entende que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informações possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; (d) esforça-se para que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação conttenham o conjunto das experiências expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

Segundo GIL (2006) existem dois tipos de amostragem uma probabilística que liga com fundamentos matemáticos e estatísticos; e outra, não-probabilística que dependem unicamente de critérios do pesquisador. Minayo (2004) afirma, ainda, que a validade da amostragem está na capacidade que ela pode possuir de objetivar o objeto empiricamente.

Trata-se de uma amostra não-probabilística. Estudamos escolas que possuíam uma **coordenação específica** da disciplina Educação Física e com coordenadores com formação em Educação Física e escolas com **coordenação geral** com coordenadores com formação em Pedagogia. Fiz essa escolha, utilizando o critério de abranger os diferentes modelos de gestão da Educação Física existentes no município. Esse tipo de amostragem é chamada estratificada, pois segundo Gil (2006), caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, tendo como delimitador dos subgrupos propriedades particular inerentes aos mesmos.

Fizemos a opção de estudar as escolas que possuíam a Educação Física coordenada por professores de Educação Física por dois motivos básicos. Primeiro,

acreditar que a Educação Física dentro de uma escola, que possuía uma coordenação específica para essa área de conhecimento, seria de alguma forma mais valorizada. E segundo, por acreditar que coordenadores com formação em Educação Física poderiam lidar melhor com questões tão debatidas na área, como por exemplo: a superação da concepção de atividade pela concepção de componente curricular pela Educação Física E a escolha de escolas com coordenações gerais com formação em Pedagogia partiu da necessidade de saber o papel da Educação Física para esses profissionais e como estão ocorrendo a Educação Física nessas realidades E também para fazer um contraste das diferentes realidades do ensino da Educação Física.

O levantamento de quantas escolas possuíam coordenação específica em Educação Física foi realizado através de contato preliminar com as secretarias de todas as 20 escolas particulares de Feira de Santana que possuíam ensino médio. Encontramos 4 (quatro) escolas com coordenação específica para a área de Educação Física. Destas, optamos pelas 3 (três) escolas que possuíam coordenação específica com formação em Educação Física para compor a pesquisa. A outra escola a coordenação apesar de ter muitos anos de experiência com a disciplina Educação Física, não possuía formação acadêmica em Educação Física.

E para completar a amostra da pesquisa, mais três escolas com coordenação geral: duas escolas públicas de grande porte e além de uma escola particular escolhida de forma aleatória.

Nas incursões a campo pode-se constatar que as escolas públicas não possuíam coordenação específica por disciplina, a coordenação é feita por área de conhecimento, no caso da Educação Física, “Códigos e Linguagens”, sempre assumindo a função de articulador um professor da área. No entanto existe a função do coordenador pedagógico nas escolas.

5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

É importante em uma pesquisa de dimensão qualitativa, ousar e tomar diversas formas de produção de dados, pois, enriquece a análise dos dados e revela de forma mais ampliada a essência do fenômeno pesquisado.

O primeiro contato com as escolas pesquisadas ocorreu por intermédio da entrega de uma “Carta de Apresentação” às escolas (ver apêndice A) para informar e solicitar a efetuação da pesquisa de campo, em anexo a essa carta, foram entregues uma cópia do comprovante de matrícula no mestrado e uma cópia do questionário a ser aplicado aos alunos.

Após o mergulho no tema buscando o diálogo com a literatura específica e balizado pela problemática e objetivos desse estudo, foram realizados três procedimentos metodológicos principais para levantar as informações consideradas importantes para ajudar no processo de elaborações de sínteses recolhidas.

O **primeiro procedimento** consistiu no levantamento da bibliografia e da documentação existente sobre Educação Física no ensino médio e sobre dispensa nas aulas de Educação Física realizando fichamentos e reflexões, o resultado desse procedimento aparecem nos capítulos do referencial teóricos; o **segundo procedimento foi** a construção e aplicação de um questionário; e o **terceiro**, a realização de entrevistas.

5.4.1 Análise Documental

É uma técnica de coleta de dados que segundo Caulley (1981, citado por LÜDKE E ANDRÉ, 1986), busca analisar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Os documentos constituem uma fonte permanente e poderosa que serve de base para diferentes estudos e de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

Busquei analisar dentro da legislação educacional as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio da área de conhecimento Educação Física, a Lei 9394/96 – Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, parte introdutória e o capítulo sobre a Educação Física e a lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 que versa sobre os casos de dispensa das aulas de Educação Física.

É necessário acentuar a importância correta da interpretação das leis, pois segundo Figueiredo (1987, p. 182, citado por MOTTA, 1997, p. 74).

Visto numa primeira apreciação, um corpo de leis é um corpo em estado de repouso. Dotado de uma série de condições lógicas, valorativas e finalísticas, suas virtualidades só podem ser exercitadas, quer no plano teórico, quer da 'praxis', através de uma tarefa preliminar – o ato de interpretação. A interpretação das leis manifesta-se, assim, como a mais crucial tarefa do jurista (e do pesquisador), demandando todo um trabalho de conteúdo da norma jurídica, de seu alcance, em suma, do sentido mais apropriado para corresponder a uma situação de fato, em determinado momento histórico. Evidente que, uma operação dessa natureza, exige profunda reflexão e acurada prudência, as quais, aliadas a uma certa dose de intuição, destinam-se a desvendar o verdadeiro significado do conteúdo normativo e a promover a sua integração no mundo dos fatos.

5.4.2 Questionário

O questionário construído (ver apêndice D) foi de tipo misto, ou seja, perguntas abertas e também perguntas fechadas¹². Cumpriu o primeiro objetivo da pesquisa que era levantar a quantidade de alunos dispensados das aulas de Educação Física no ensino médio nas escolas pesquisadas, os motivos das dispensas, o que gostariam que tivesse nas aulas de Educação Física e quais os conteúdos trabalhados por essa disciplina durante todo o ensino médio. Consta de 06 (seis) questões, sendo a primeira fechada; a segunda, terceira e quarta mistas; e a quinta e sexta questões abertas.

O questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas e tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentidos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999).

Optei por aplicar as questões em turmas de 3º ano. Fiz essa escolha, pois é o último ano do ensino médio e o estudante poderia expor toda sua trajetória referente as aulas de Educação Física, e em especial, as dispensas das mesmas nessa fase de ensino.

Como estratégia para qualificar o instrumento de pesquisa, apliquei um questionário piloto (ver apêndice C) em duas das escolas pesquisadas ao qual perguntava se o aluno participava das aulas oferecidas pela escola.

¹² Caracterizam-se por apresentar ao respondente alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor representa a situação proposta ou seu ponto de vista. (GIL, 1999, p.129-130).

Percebi, com as respostas, que as informações sobre dispensa estavam ficando diluídas em outras respostas que não atendiam ao objetivo da pesquisa, pois alguns alunos colocaram que não participavam das aulas, não por serem dispensados, e sim por não vivenciarem as atividades desenvolvidas na turma, uma espécie de “participação” passiva. O que queria na verdade saber é se o estudante era dispensado de forma institucional pela escola, e não pelo professor, de forma velada como a explicitada acima. Essa etapa não prejudicou a pesquisa, modificamos o questionário perguntado de forma direta se o aluno é dispensado ou não das aulas de Educação Física.

Foi importante incluir, também, uma questão sobre o sexo dos estudantes questionados. Percebi essa necessidade para localizar melhor em que gênero se concentravam mais os pedidos de dispensa. Sabemos que após a aplicação de um questionário piloto deve ser, depois de modificado, aplicado o questionário definitivo.

Não realizei esse procedimento, pois julguei desnecessário visto que foi confirmado pela coordenadora pedagógica de uma das escolas através da entrevista que não ocorrem dispensas em Educação Física no ensino médio nas escolas públicas estaduais.

5.4.3 Entrevistas

Ao definir uma “entrevista de pesquisa” Kahn e Cannell (1962, p. 52, citado por MINAYO, 2004, p. 108) afirma que é uma conversa “a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”

Essas informações fornecidas pelas entrevistas são referentes, segundo Jahoda (1951, p. 152, citado por MINAYO, 2004, p. 108), a:

[...] fatos; idéias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas ou comportamento presente ou futuro; razão conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamento.

Optou-se por entrevistas semi-estruturadas que segundo (TRIVIÑOS, 1994, p. 146) é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Com isso foi organizado um roteiro de entrevista (ver apêndice B) que segundo Minayo (2004) é o instrumento orientador da entrevista e deve ser “o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação” (p.99). Esse roteiro contou com três questões básicas:

1. O que senhor(a) pensa sobre a Educação Física? Qual o papel dela na Escola?
2. Caso o aluno esteja fazendo alguma atividade física fora da escola – dança, ginástica, artes marciais, capoeira, esporte, musculação entre outras - o aluno é dispensado da Educação Física na escola?
3. Por que a escola dispensa da Educação Física os alunos que fazem alguma atividade física fora da escola?

Dentro das escolas pesquisadas, muitos atores sociais poderiam ser entrevistados para ajudar na compreensão da problemática investigada, direção, professores, alunos, funcionários. Porém optei como critério para escolha dos entrevistados, aquele sujeito com uma maior possibilidade de interferência na organização do conhecimento nas escolas, referente a tomada de decisão quanto ao desenho curricular, por isso, decidimos entrevistar os coordenadores pedagógicos, objetivando identificar quais as causas da dispensa dos alunos que participam de atividades física extra-curriculares.

Sabe-se que a organização curricular das escolas, e em maior nível, do Projeto Político-Pedagógico devem ser tarefa de toda comunidade escolar, porém a realidade da escola pública é que em muitas delas é seguido o quadro de disciplinas da parte comum enviado pela Secretaria de Educação do Estado, onde já são estabelecidas as cargas horárias das disciplinas.

É verdade que a escola pode usar de sua autonomia pedagógica e recriar o currículo, porém o que os estudos apontam e o que observei na realidade concreta

é, em alguns casos, especificamente relativos a Educação Física, cada vez mais a sua diminuição dos horários dos estudantes, algumas escolas possuem duas aulas no primeiro e segundo ano e no terceiro ano apenas uma aula¹³, outras com todas as séries do ensino médio com apenas uma aula¹⁴ e em alguns lugares, o que é pior, a retirada total das aulas nos terceiros anos¹⁵.

Já a realidade da escola particular os professores pegam um pacote pronto que é organizado pela direção ou pela coordenação pedagógica. Sabemos que existem tensões nesse processo, não é algo tão estanque e imutável.

Certa vez trabalhando em uma escola particular, na cidade de Feira de Santana, no final do ano, em uma reunião de avaliação, interpelei a diretora sobre o porquê as disciplinas: Educação Física, Inglês, Informática, Religião, Artes eram chamadas de “disciplinas extras”. Argumentei em seguida. O fato é que no ano seguinte mudaram o nome de “disciplinas extras” para “disciplinas específicas”. A pergunta que ficou foi: será que todas as disciplinas não têm suas especificidades? Trago esse relato para mostrar as tensões dentro do currículo e entre os atores escolares.

Foram entrevistados três coordenadores específicos da área de Educação Física com formação inicial na mesma área de três escolas particulares. Além disso foram entrevistadas duas coordenadoras pedagógicas de outras duas escolas participantes da pesquisa, mas que não tinham coordenação específica em Educação Física, uma de escola pública, outra privada como forma de “contraste”, visto que “numa pesquisa qualitativa não se pode fazer comparações”. (LEIRO, 2004, p. 74). As entrevistas foram agendadas com antecedência e realizadas com ajuda de um gravador sendo transcritas logo em seguida.

Segundo Minayo (2004, p.14), na pesquisa em ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto, pois lida com seres humanos que por algum motivo cultural, classe, faixa etária, entre outros, possuem um “substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. Acredito que essa “identidade” foi fundamental no momento das

¹³ Uma escola da cidade de Santo Estevão onde trabalhei com turmas de 1º, 2º e 3º anos, sempre os alunos do e 3º ano reclamavam da existência de apenas uma aula de Educação Física.

¹⁴ Uma escola na cidade de Salvador onde acompanhei estágio de alunos de um curso de graduação em Educação Física.

¹⁵ Uma escola de Feira de Santana visitada durante a pesquisa de campo.

entrevistas, principalmente com os coordenadores específicos, pois possuem, assim como eu, formação inicial em Educação Física.

5.5 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O método de análise adotado nessa pesquisa foi a proposição defendida por Minayo (2004, p. 231), o hermenêutico-dialético, “ele coloca a fala, em seu contexto, para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida.”

A dialética não é, segundo Kosík, (2002, p. 39), “o método da redução da realidade, é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro (racional); é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é no plano abstrato, que é negação da imediatidade, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. (KOSÍK, 2002, p. 36-37)

Para Minayo (2004, p. 232), “O sentido da totalidade se refere tanto ao nível das determinações como, também, ao nível do recurso interpretativo pelo qual se busca descobrir as conexões que a experiência empírica mantém com o plano das relações essenciais” Concordamos com Kosík (2002, p. 18) quando afirma que o conhecimento acontece na separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é primordial, só através dessa separação aparecerá a coerência interna, o caráter específico da coisa.

Segundo Minayo (2004) a interpretação exige elaboração de dois tipos de Categorias: as Analíticas capazes de desvendar as relações essenciais e as

Empíricas e Operacionais capazes de captar as contradições do nível empírico em questão.

Minayo (2004, p. 233) propõe alguns passos para operacionalizar a interpretação das informações colhidas em campo. São eles: A Ordenação dos Dados, a Classificação dos Dados, Análise Final.

O primeiro passo, a “Ordenação dos Dados”, inclui as transcrições das falas dos entrevistados, releitura do material, organização dos relatos em determinada ordem. “Essa fase dá ao investigador um mapa horizontal de suas descobertas no campo” (MINAYO, 2004, p. 235).

Logo em seguida, o segundo passo, a “Classificação dos Dados”, a autora afirma que não é o campo que traz o dado, na medida em que o dado não é “dado”, é “construção”. É fruto, segundo Minayo (2004), da relação: questões teoricamente elaboradas e dirigidas ao campo; e o “processo inconcluso” de perguntas levantadas pelo quadro empírico às referências teóricas do investigador. Esse momento possui duas etapas, a primeira, é a leitura exaustiva e repetitiva do material dos textos produzidos a partir da fase anterior e uma segunda etapa, é a constituição de um “Corpus” ou de vários “Corpus” de comunicações quando não for homogêneo o conjunto das informações.

E finalmente, a “Análise Final”, sendo ela, como diz Minayo (2004, p. 236), “o movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral é o verdadeiro movimento dialético visando ao concreto pensado.” Minayo (2004, p. 236-237) afirma que se deve “partir do caos aparente das informações recolhidas no campo e fazer ao mesmo tempo uma revelação da sua especificidade de concepção e de participação nas concepções dominantes, e mais que isso, de expressão da vida social de mundo do segmento em relação à sociedade dominante.” A autora propõe que a Análise Final deve dirigir-se para uma “vinculação estratégica” à realidade.

5.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A apresentação dos dados está organizada de forma que leve inicialmente o leitor a uma aproximação maior com a realidade encontrada no campo da pesquisa, por conta disso, apresenta a tabulação de alguns dados extraídos do questionário

(aplicado aos alunos) e um quadro utilizado para sistematizar os enunciados emitidos por cada um dos entrevistados que foram submetidos à entrevista (aplicado aos coordenadores).

Segue-se um quadro que busca sistematizar as falas dos informantes. Ele está organizado em três colunas. Na primeira, apresentamos uma classificação para os dados empíricos, na segunda estabelecemos categoriais tomando como referências dados empíricos articulados com os apontamentos acadêmico-científicos e por último na terceira coluna aparecem os enunciados emitidos pelos entrevistados.

5.6.1 A Educação Física nas Escolas: dados sobre a dispensa dos alunos

As informações, tabuladas abaixo, buscam apresentar os dados extraídos do campo da pesquisa, que me levou a reconhecer como a problemática da pesquisa encontra-se nas escolas estudadas. Esses dados foram levantados junto aos alunos do terceiro ano destas respectivas escolas quando submetidos a responder ao questionário.

Um total 269 questionários foram aplicados sendo 74 aplicados com estudantes das escolas públicas e 195 com estudantes das escolas particulares. Relembro que os questionários pilotos não solicitavam o gênero do estudante. Afirmando também que não foram encontrados casos de dispensa dos alunos nas escolas públicas, por conta disso os dados não foram trabalhados de forma estatística.

Número absoluto e porcentagem de alunos (por sexo) das escolas particulares que participaram da pesquisa respondendo o questionário.

Masculino	83	43%
Feminino	112	57%

Porcentagem de alunos (por sexo) dispensados das aulas de Educação Física no 1º ano das escolas particulares investigadas.

Masculino	4,8%
Feminino	8,9%
Total	7,1%

Porcentagem de alunos (por sexo) dispensados das aulas de Educação Física no 2º ano das escolas particulares investigadas.

Masculino	6%
Feminino	11,6%
Total	9,2%

Porcentagem de alunos (por sexo) dispensados das aulas de Educação Física no 3º ano das escolas particulares investigadas.

Masculino	8,9%
Feminino	9,6%
Total	9,2%

Os motivos colocados pelos alunos para a dispensa das aulas eram de várias ordens: desde estarem praticando atividades esportivas, lutas, entre outras atividades físicas até motivos que nada dizem respeito a essas práticas extra-escolares.

As atividades físicas encontradas foram: tênis, karatê, kung-fun, entre outras artes marciais, natação, aeróbica, musculação. Muitos colocaram apenas a palavra “academia”. Os outros motivos encontrados foram: morar em outra cidade, problemas de saúde/doença (entre estes rompimento de ligamento, problemas no joelho, problema da coluna), trabalhar no momento da aula, falta de interesse, estudar para o vestibular, não ter Educação Física no 3º ano e também alguns colocaram que um dos motivos era fazer do curso pré-vestibular no horário da aula.

Quando perguntado aos estudantes sobre quais os conteúdos/conhecimentos que eles gostariam que tivessem nas aulas de Educação Física no ensino médio, os alunos das escolas públicas respondem:

Os professores dão assuntos onde os estudantes não aproveitam nada, parece mais uma aula de Biologia ou até de Química. Deveria haver assuntos interessantes relacionados aos esportes praticados e sobre o corpo e teria que ter mais aula prática.”

“As aulas não deveriam ser em sala de aula, utilizando apenas do entretenimento, e com fins específicos.”

“Atividades esportivas, porque na nossa escola só tem assunto na sala de aula, por isso acontece à dispensa.”

“Na verdade acho que ela deveria ser no turno oposto ao invés de ter 2 horários ocupando o de matérias vestibulísticas.”

“A prática e aprendizado de algumas modalidades esportivas.”

“A utilização do corpo e a valorização da Educação Física na escola”

“As aulas de Edc. Física devem ser disponibilizadas a matérias mais importantes, pois estamos de “olho” no vestibular.”

“Os conteúdos e conhecimentos teriam que ser aplicados em aulas práticas.”

“Assuntos relacionados a Biologia.”

“Condicionamento gerais de exercícios (uso correto)”

“Gostaria que fossem aulas mais práticas.”

“Algumas técnicas que poderiam ser desenvolvidas durante as atividades.”

Já os alunos das escolas particulares comentando sobre a mesma questão afirmam:

“Artes marciais.”

“Aulas de aeróbica”

“Musculação, ou seja, os procedimentos corretos de como malhar.”

“Condicionamento físico.”

“Natação, ciclismo.”

“Como tratar alguém machucado.”

“Ensinos sobre alimentação adequada, além de equilíbrio entre corpo e mente.”

“Regras de esporte, curiosidades do corpo e pronto socorros.”

“Como tratar lesões e contusões.”

“Nenhum, só venho pra jogar futebol.”

“Nutrição, saúde mental e física.”

“Conhecimentos como: saúde, doenças em que ela ameniza, essas coisas.”

“A história do futebol.”

“Funcionamento e resposta do corpo às atividades físicas.”

“Sobre os conhecimentos sobre tais atividades praticadas.”

“Eu fiquei satisfeita apenas com as atividades práticas.”

“Basta as aulas práticas.”

“Trabalhos relacionados ao alongamento físico pré-atividades.”

“Trabalho muscular aprofundado que fornecesse certa base para a execução correta de atividades físicas.”

“Práticas e regras de esportes diferentes.”

“Maior prática. Atividades em outros ambientes com pessoas fora do âmbito escolar.”

“Assuntos ligados à atividade física e conhecimento do corpo.”

“Vôlei.”

Quando perguntado, aos estudantes das escolas públicas, sobre quais tinham sido os conteúdos/conhecimentos trabalhados por eles durante o ensino médio na disciplina Educação Física, respondem:

“Não lembro, pois só existe trabalho e mais trabalhos valendo pto, só p/ passar de ano.”

“Condicionamento físico, alimentação adequada, limites do corpo.”

“Condicionamento físico, alimentação adequada...”

“Exercícios, esportes, alimentação.”

“Vitaminas, saúde, esportes, lazer, os limites do corpo, condicionamento físico.”

“As modalidades esportivas.”

“O sistema digestório, drogas, violência”

“Músculos, DST, adolescência...”

“Nas escolas que estudei, não era abordado nenhum tema, na realidade nem tinha aula, apenas o professor entregava a bola e mandava os alunos jogarem. Não se aproveitava em nada a aula de Educação Física.”

“Dengue, drogas, nutrição, digestão, uma revista foi criada pelos alunos sobre atividades físicas, construção de uma pirâmide alimentar, hipertensão, diabetes, DSTs.”

“Gastronomia, nutrição, digestão, anabolizantes.”

“Corpo humano e funções.”

Quando perguntado, aos estudantes das escolas particulares, sobre quais tinham sido os conteúdos/conhecimentos trabalhados por eles durante o ensino médio na disciplina Educação Física, respondem:

“Trabalhos envolvendo relações desenvolvidas em grupo principalmente,”

“Nenhum.”

“Regras e práticas de alguns esportes.”

“Técnicas esportivas.”

“Somente houve a atividade.”

“Não fiz Educação Física durante o ensino médio.”

“Nada. Somente na recuperação que aprendi alguma porque paguei.”

“Futsal”

“Cardiologia básica, e outras que não acompanhei devido a dispensa.”

“Nenhum.”

“Nenhum, apenas as atividades físicas.”

“Anabolizantes.”

“Fundamentos para a prática de esportes.”

“Os esportes como Handebol, vôlei, etc”

“Esportes.”

“Regras dos esportes e alongamentos.”

“Regras dos esportes, fundamento necessário para a prática dos esportes.”

“A prática (exclusivamente) de esportes de quadra”

“Esportes de quadra, no 1º ano havia aulas de 1º socorros dentre outros assuntos.”

“Aulas iniciais de aeróbica, handball, futsal, volleybal e exercícios de condicionamento físico.”

“Não tive, lá era só baba e vôlei, natação, randebol, esportes no geral.”

“Futsal, Handebol e voleibal.”

“Futsal, handboll, vôlei, dança, aeróbica.”

“Que eu me lembre nenhum.”

5.6.2 A Educação Física nas Escolas: teorizações, elaborações e legitimação da dispensa aos alunos, na ótica dos professores.

Este item, sistematizado em um quadro, apresenta conforme descrito anteriormente, o conteúdo do enunciado extraído da fala dos coordenadores investigados. Essas falas mostram-se bastante heterogênea, não estando sustentadas pelas mesmas razões. Para atender as finalidades desse trabalho apresentamos assim essas falas tomando como referência as categoriais elaboradas

a partir do campo empírico, entretanto, sem deixar de reconhecer os debates acadêmicos e a produção teórico-científica sobre o tema.

Dessa forma, são classificações utilizadas, a saber: A Educação Física Significada pelos sujeitos: Concepção Papel e Legitimidade; A Educação Física no Ensino Médio; Os “lugares vazios” nas aulas de Educação Física do Ensino Médio; e Ter ou não ter dispensa, eis a questão! O que legitima a dispensa. A partir dessa classificação, são estabelecidas categoriais que me ajudaram a organiza o conteúdo das falas dos entrevistados. A primeira das classificações apresentadas traz as categorias: concepção, papel e legitimidade da Educação Física; a segunda classificação as categorias: organização curricular, conhecimento tratado e finalidades; a última classificação traz as categoriais: Atividade ou Componente Curricular; Cultura Imutável: a tradição da dispensa; O “Deus” Mercado; Os atestados: acatamentos e resistências; O desconhecimento do Ordenamento Legal sobre a Educação Física ou sua má interpretação; e “A bola da vez”, o vestibular.

Assim, apresento, abaixo, o quadro das falas dos entrevistados, organizadas por categorias de análise:

<p>A Educação Física Significada pelos sujeitos: Concepção Papel e Legitimidade.</p>	<p>Concepção</p>	<p>[...], a gente só imagina a Educação Física como sendo as atividades práticas, depois quando você vem tendo contato com alguns professores de Educação Física com outras pessoas a gente vai vendo que a Educação física ultrapassa essa questão prática [...]. (ENTREVISTA 1)</p> <p>Na verdade hoje vive esse entendimento da mudança da Educação Física na escola buscando a transformação de criar pessoas críticas (..) a gente quer tirar esse paradigma de que a Educação Física está vinculada a saúde biológica, na verdade é uma imagem de que professor de Educação física tem que estar com uma estética perfeita, com abdômen como uma tábua, tem que estar em movimento, sempre envolvido com o esporte e com a saúde biológica. E a gente pensa em usar a cultura dessa atividade do movimento para que as pessoas enxerguem os valores éticos e sociais que podem ser trabalhados através dessas atividades. Entrevista 4</p> <p>No Ensino Médio, o aluno já vem da Pré escola, do primário, do ensino fundamental II, já vem com a iniciação e quando chega no ensino médio o que está ocorrendo agora? Os colégios estão colocando um dia na semana. O que é que o professor de Educação Física fará com este aluno um dia na semana? Ele não pode dar uma atividade física porque ele vai deixar o aluno quebrado, deixar o corpo dolorido, então ele tem que fazer um lazer. Mais um dia só para aluno que está com energia, cheio de adrenalina, ele podia está numa quadra praticando um esporte, fazendo uma dança, fazendo uma ginástica, ginástica rítmica. Entrevista 5</p>
--	------------------	--

	Papel	<p>(...)a Educação física ocupa um espaço com os menores é a questão de agrupamento, relação com outro, do respeito ao outro, que é a formação inicial, no ensino fundamental 2 eu diria que vai um pouco além, além do agrupamento, que eles já tomam partido do time, do que gostam mais, começam a elencar qual as modalidades de esportes que gostam mais gostam, até chegar no ensino médio, aqui no ensino médio como a carga de trabalho é maior a Educação Física funciona mesmo como uma oportunidade de lazer, como muitos não tem tempo de fazer uma academia uma coisa assim eles tem essa oportunidade de na aula de Educação Física de extravasar. Entrevista 2</p> <p>(...)uma função muito importante, porque é aonde a gente consegue unir mais os alunos em torno de uma atividade que eles gostam de fazer, que é prazerosa que traz um certo benefício físico, orgânico pra saúde e que ao mesmo tempo socializa, a gente consegue quebrar muitas barreiras entre eles que nas outras disciplinas é muito mais difícil de conseguir Entrevista 3</p> <p>(...) o esporte na escola poderia oferecer para se criar um aluno mais crítico, um aluno que possa entender a história do outro, o porque daquela atividade,o porque daquele esporte naquela escola, o porque da educação física está voltada ainda as competições inter colegiais e não a participação da maioria e, oportunizar a todos a terem acesso a prática que pode ser benéficas na parte biológica Entrevista 4</p>
--	-------	--

	Legitimidade	<p>(...) há saberes imbuídos e que esses saberes se referem a questões teóricas que devem ser adotados na prática, então aqui, nessa escola eu comecei a perceber a importância do estudo da anatomia, inclusive de osso, músculos de possíveis problemas que podem ser ocasionados por falta de orientação, eu percebo aqui nessa escola, que realmente há interação entre a teoria e prática e que inclusive a Educação Física tem se tornado uma disciplina interligada com os projetos da escola. Entrevista 1</p> <p>(...) o esporte nesse aspecto aí tem uma importância muito grande, porque todos os alunos que fazem parte do esporte que participam, que participam de jogos eles criam uma afinidade maior com o próprio colégio, com os próprios colegas, com os próprios professores Eu acho muito importante esse lado, talvez assim até no momento não se perceba essa importância toda! Mais quando estão chegando no 3º ano, vão saindo da escola, vão percebendo o benefício que eles levaram daquela vivência pra vida, a maturidade que aquilo trouxe, a forma de se relacionar com aquelas pessoas, isso é muito importante! Entrevista 3</p> <p>(...) precisa fazer um trabalho, pra uma mudança significativa, um trabalho em comum que não é fácil já que em toda rede particular aqui do município a gente encontra hoje apenas três ou quatro escolas que tem uma coordenação de Educação Física Entrevista 4</p> <p>(...) Enquanto em outros Países, Cuba por exemplo, que, você sabe que a Educação Física é primordial para a formação da pessoa, psicológico da pessoa, o desenvolvimento integral do aluno, o caráter da pessoa. A Educação Física é primordial para esse desenvolvimento, então infelizmente no nosso colégio foi execrado. Entrevista 5</p>
--	--------------	--

<p>A Educação Física no Ensino Médio</p>	<p>Organização curricular</p>	<p>“()de duas formas: é feito um trabalho teórico, de estudo mesmo, não apenas de atividade física (...). E temos também aqui os esportes com a princípio três categorias que é: futsal, handebol, voleibol com um amigo da escola e também temos também o GRD que é Ginástica Rítmica e dança(...)Tanto o primeiro , quanto o segundo e terceiro ano todos três são duas aulas para cada turma, então cada turma tem na sua matriz curricular duas aulas,específicas,(...) onde deve ser trabalho o aspecto teórico e o aspecto prático. A gente tenta é superar essa ausência, né, que a uma falta de aula, deveria se ter mais aula então pra se ter mas aula a gente tenta suprir com o esporte. Tem que ter aulas práticas no mesmo turno que eu acho uma incoerência,(...) Entrevista 1</p> <p>funciona assim, tem as turmas de Educação Física, então todos os alunos da 5º série ao 3º ano eles fazem parte de uma turma dessa de Educação Física, então a gente faz uma composição, as vezes assim,de 7º a 8º,1º e 2º ano a depender da quantidades de alunos a gente faz essa composição que fique mais ou menos que fique com uma faixa etária próxima dentro de um grupo mais homogêneo. E aí tem a carga horária no turno oposto,(...) e paralelo a isso existem as oficinas de esporte que é o que a gente chama de escolinha.Essas oficinas elas são cursos livres, o aluno que quiser, que tiver interesse, que quiser se aprofundar mais num aprendizado numa modalidade específica ele se escreve nessa escolinha e aí ele vai freqüentar as aulas dessa escolinha (...)muitos alunos que eles fazem as duas coisas ele faz Educação Física com a turma dele e faz a escolinha que ele escolheu Entrevista 3</p> <p>No fundamental conseguimos mudar alguma coisa. Jogamos no mesmo turno.(...) com o ensino médio continuamos com as aulas no turno oposto, optando por atividades esportivas. (...)Mais a forma que funcionamos hoje que não é a forma adequada com aula de esporte que é a aula de vôlei de Handei, aula de futsal, que é uma Educação Física voltada para o esporte e não para a formação que a gente tem intenção de mudar! (...) Os alunos poderiam ter essas aulas buscando facilitar a vida dos pais e deles no turno normal das disciplinas aonde a gente teria maior acesso as informações diversas da Educação Física (...)Entrevista 4</p> <p>(...)a nossa atividade que a nossa atividade ainda é deficiente.É um dia só na semana no turno oposto apesar de ser uma aula germinada. Mais o número de alunos também implica num trabalho deficiente porque a uma carência deles em realmente fazer a cultura do movimento, em praticar uma atividade física a ser lúdica ou recreativa.e aqueles que jogam tem isso como uma atividade recreativa e essa atividades internas agente chama de cultura e esporte envolvendo o tema esporte e Educação Física vem a melhorar Entrevista 4</p> <p>(...)nós temos uma direção, uma filosofia do colégio, eles gostam, eles adoram atividades físicas, esporte, tanto é que nosso colégio é campeão baiano de handebol e nós aqui em Feira de Santana em jogos estudantis, estamos sempre em 1º lugar. Temos o profissional realmente voltado para o esporte (...)Entrevista 5</p>
--	-------------------------------	---

		<p>Nós temos um intercâmbio muito grande com as outras disciplinas, nós fazemos esse intercâmbio muito grande. É de uma validade que você nem imagina! Tanto para o professor quanto para o aluno. Entrevista 5</p> <p>(...)funciona no mesmo turno, só que nós vamos para quadra ,vamos para o ginásio do esporte.damos a iniciação do esporte e a tarde no turno oposto nós temos o esporte, a primazia do esporte é feita no turno oposto,mas de manhã também nós damos iniciação a todos os alunos.Todos os nossos alunos na 1º unidade pratica a coordenação motora, a gente não trabalha com bola na primeira unidade a partir da 2º unidade todos os alunos passaram por voleibol, na 3º unidade handebol e na 4º unidade futsal, (...) Entrevista 5</p> <p>Acontece no mesmo turno, sendo um dia.Uma aula por semana. Isso a gente sente muito!Os alunos também sentem muito!O aluno do 3º ano faz esporte se ele quiser, os professores também ele faz ,eles gostam, fazem o futsal, fazem o handebol,tínhamos ginástica Olímpica com o professor (...).Então o 3º ano eles faz se quiser.Como o nosso aluno já tem um histórico desde o primário de praticar esporte ,eles fazem! O 3º ano faz. o esporte, agora,Educação Física não têm! Entrevista 5</p> <p>E o 3º ano eliminou-se dos colégios.Praticamente foi eliminado, então ele faz se quiser o esporte. Entrevista 5</p> <p>Nós temos o professor (...)que é de handebol que foi para Brasília representando a Bahia.Foi Feira de Santana, o colégio (...) representando a Bahia na direção do professor (...) como professor, nós temos o professor (...)na parte de Futsal, temos a professora (...)na parte de voleibol e temos a professora de recreação (...).Então o nosso colégio eu sou uma felizarda, eu sempre fui envolvida em esporte, eu fui da seleção Baiana de voleibol, então aqui a gente prima muito isso.O esporte! Entrevista 5</p>
Conhecimento tratado		<p>(...)é feito um trabalho teórico, de estudo mesmo, não apenas de atividade física, mas a própria anatomia do ser humano, como também, é feita a atividade prática. E temos também aqui os esportes com a princípio três categorias que é: futsal, handebol, voleibol com um “amigo da escola” e também temos também o GRD que é Ginástica Rítmica e dança(...) Entrevista 1</p> <p>onde os alunos fazem essa atividade onde a gente tem aulas recreativas, aulas de iniciação esportiva Entrevista 3</p> <p>(...)a forma que funcionamos hoje que não é a forma adequada com aula de esporte que é a aula de vôlei de Handei, aula de futsal Entrevista 4</p> <p>Todos os nossos alunos na 1º unidade pratica a coordenação motora, a gente não trabalha com bola na primeira unidade a partir da 2º unidade todos os alunos passará por voleibol, na 3º unidade handebol e na 4º unidade futsal, (...) Entrevista 5</p>

	Finalidades	<p>vai introduzindo porque no mês de outubro a gente tem um evento grande que envolve toda a escola que se chama a Movimentação Olímpica e essa Movimentação Olímpica eles jogam todas as modalidades, eles participam de jogos de gude, de baleado, de um jogo que foi um jogo criado lá dentro da escola que chama-se pique ball, que é um tipo diferente de baleado,então eles participam disso tudo!E a gente nas aulas de Educação Física vai preparando eles durante o ano para esse evento. Entrevista 3</p> <p>A escola aqui não tinha coordenação, a escola aqui não tinha coordenação, então a coisa estava assim, participação em eventos, campeonatos, participando objetivando meramente o esporte de rendimento, técnicas esportivas. (...) Entrevista 4</p> <p>(...) aonde a gente pode passar para eles diversas culturas corporais, culturas do movimento, passar para eles de uma forma crítica, aonde eles pudessem investigar o porque da existência dessa, de onde surgiram essas, de como se utilizar e de como chegar a esse conhecimento sem você está precisando ensiná-los de um forma meramente repetitiva de absolver uma coisa que existe.Na verdade a gente precisa que o aluno crie, tenha a possibilidade de desenvolver sua autonomia, enquanto a gente bota ele pra ser um mero repetidor de movimento, isso qualquer técnico, qualquer ex atleta poderia passar essas informações. Então, o objetivo maior seria esse. Já que a gente conseguiu nesses três anos no ensino Fundamental, melhorar isso no ensino médio Entrevista 4</p> <p>(...) ele vai ver ali o qual (os esportes) lhe dar mais prazer de praticar,qual o que ele assimila mais. Entrevista 5</p>
--	-------------	--

<p>Os “lugares vazios” nas aulas de Educação Física do Ensino Médio</p>	<p>Atividade Componente Curricular ou</p>	<p>Ele pode ser dispensado da aula de educação Física ou não! Isso aí é critério dele. Tem muitos alunos que eles fazem as duas coisas ele faz Educação Física com a turma dele e faz a escolinha que ele escolheu Entrevista 3</p> <p>(...) quando você oferece, por exemplo, aulas de esporte no turno oposto você está dando possibilidades de ele está fazendo esporte três vezes na semana num local de esporte e até você não tem como convencer os pais e você não está correto neste aspecto, sendo que aqui você dá um dia na semana lá ele dá três porque que eu vou proibir dele fazer lá! Então como eu estou errado aqui, eu não posso abrir mão desse atestado porque eu estou tirando a possibilidade deste menino de fazer a mesma coisa três vezes na semana. Entrevista 4</p> <p>(...) nós dispensamos, como eu estou lhe dizendo, porque o que nós queremos é que o aluno tenha a oportunidade de fazer uma atividade física seja na escola com handebol, com o vôlei, com o futsal, futebol de campo, seja na academia. Entrevista 2</p> <p>(...) como hoje a gente funciona de uma forma que a Educação Física voltada para aquelas aulas de esporte, a gente entende que não é justo a gente deixar que ele faça seu esporte três vezes por semana lá enquanto aqui eu só ofereço uma! Então se ela faz três, e não há uma perspectiva transformadora, não está trabalhando nas concepções novas da Educação Física, a não ser nas realizações de eventos, na questão do lidar nos entraves surgidos dessas aulas do esporte, dessa questão do respeito das diferenças, das participações, da cooperação de todos, nesse aspecto nas nossas aulas de esporte existe um trabalho muito forte dos professores, mas ainda não é o que se prega as novas abordagens, as novas concepções da Educação Física, por isso, por essa questão a gente está ainda não fazendo de uma forma desejada (...) Entrevista 4</p> <p>Você há de convir que a Educação Física escolar é uma coisa totalmente diferente de uma atividade física em uma academia. Você tem que tomar cuidado com um adolescente, uma criança ao colocar dentro de uma academia.</p> <p>(..). E o adolescente, no desejo de ficar bonito, só se preocupa com a beleza estética, não se preocupa com a saúde, então ele faz de tudo para ficar com o corpo bombado, é totalmente diferente. Mas se a academia tem credibilidade, eu não vejo o porque. Eu fico muito receosa! Eu prefiro que o aluno faça mesmo no colégio. A academia é uma coisa à parte. É coisa muito diferente, é uma musculação diferente, então eu prefiro o colégio que tem sua atividade escolar. Então eu acho muito diferente uma atividade escolar para uma academia. Entrevista 5</p>
---	---	--

	<p>cultura imutável: a tradição da dispensa</p>	<p>Mas temos uma dificuldade muito grande sobre esse negócio de atestado, há uma pressão grande dos pais, as outras escolas recebem! (...)Mesmo os coordenadores, porque se você faz uma mudança na sua escola e não respeita, que é também um respeito da situação local, a cultura local de uma forma impactante sem conscientização a escola perde. Então o trabalho é de conscientizar as outras escolas para a gente trabalhar juntos, comungar, buscar uma forma de melhorar essas mazelas da escola que acontecem no ensino Médio.</p> <p>Entrevista 4</p> <p>(...)você vai bater de testa com os pais dos alunos que já vem nessa cultura.Aqui já é uma escola que tem alunos do 2º grau que chegam com hábitos das outras escolas Entrevista 4</p> <p>Os alunos poderiam ter essas aulas buscando facilitar a vida dos pais e deles no turno normal das disciplinas aonde a gente teria maior acesso as informações diversas da Educação Física e não abrindo mão das aulas do turno oposto para que a gente não fuja da cultura da cidade que aí já vem a questão capitalista.A gente vive do aluno, o aluno paga a escola, então, existe uma cultura forte dessa Intercol aonde a escola tem equipes representativas [...] Entrevista 4</p> <p>Como isso é uma coisa cultural e não existe nenhuma lei que, realmente tornasse claro, irregular, dispensar então a escola para não criar atrito com o seu “cliente”, elas foram mantendo a dispensa(...) Entrevista 3</p> <p>Na escola que eu trabalho o 3º ano segue o mesmo regulamento da 5ª série.O aluno do 3ºano tem que fazer atividade, inclusive a gente tem uma frequência muito grande! E as equipes que participam dos jogos tem muitos alunos do 3º ano, eles já vem participando desde o ensino fundamental e seguem até o ensino médio. Entrevista 3</p> <p>(...)pelo próprio funcionamento que a gente ainda não conseguiu mudar.Quando o pessoal que ainda está vindo do fundamental começar a entrar no ensino médio já que a gente fez essa modificação no mesmo turno com atividades diversas com o pessoal do fundamental apenas um ano ou dois anos eu implantei em 2005, 2006, então esses meninos que vão vir da 5ª série já conscientizados das atividades em sala, das atividades em quadra ,mais com uma outra expectativa,então vai ser mais fácil eles se adaptarem a essas mudanças no 2º grau agente vai ter problemas apenas com aqueles alunos que vieram de outras instituições(...) Entrevista 4</p>
--	---	--

<p>Ter ou não ter dispensa, eis a questão! o que legitima a dispensa</p>		<p>As dispensas na Educação Física é por recomendação médica e há alunos que eles são considerados atletas amadores e pedem dispensa por estar em academia por estar atuando em outro setor então é feita essa dispensa na parte prática mas não na parte teórica Entrevista 1</p> <p>Temos duas formas de dispensa: uma delas seria o caráter médico, nos temos alunos com de asma, questão muscular eu já tive caso de aluno com torção com rompimento de ligamento e tem a questão quem faz academia. Entrevista 2</p> <p>Existe, a escola aceita que o aluno faça uma atividade física em alguma instituição, em alguma academia, em alguma instituição específica de atividade física e que ele leve um atestado. Entrevista 3</p> <p>Ainda é aceito, agora a gente conseguiu através da própria conscientização dos pais, em 2004 nós recebemos em torno de 78,79 atestados em 2006 nós tivemos no máximo 32,33 atestados (...) Entrevista 4</p> <p>Não.No nosso colégio não!A gente respeita muito o regimento do colégio. Então nós não dispensamos para academia,a não ser um atestado médico,aí sim a gente libera, fora isso não!Além disso, ele faz no mesmo turno. Porque liberar ele da Educação Física? Vamos supor, ele está numa academia.Não implica em nada!Não está fazendo no mesmo turno dele, a gente não vai dispensar.A não ser o atestado médico.1º e 2º ano também. Entrevista 5</p>
--	--	--

	O "Deus" Mercado	<p>(...)não receber o atestado é que a gente implica numa questão mercadológica (...) Entrevista 4</p> <p>o colégio não deixa de ser uma empresa e toda empresa ele tem que ter uma certa relação com o seu cliente que não crie uma certa insatisfação, que imponha uma coisa rigorosa com o seu cliente. Então, como essa dispensa existe desde que a Educação Física era no turno oposto nas escolas públicas existia essa quantidade de atestado que eram dispensados (...) Entrevista 3</p> <p>(...)a escola acaba optando por aceitar pra evitar bater de frente e perder até o cliente, porque de repente a escola B ou C aceita, então eu vou sair daqui e vou matricular meu filho lá! Entrevista 3</p> <p>(...)por questões mercadológicas onde as outras instituições todas aceitam, a gente não bate de frente e resolve aceitar esses atestados com algumas restrições, atestados de algumas instituições que venham a ter alguma legalidade Entrevista 4</p> <p>(...)dificulta um pouco essa transformação, principalmente na rede particular onde você tem outros fatores a considerar, que é o mercado, que é a forma que vem funcionando esse setor da Educação Física escolar, da Educação escolar Entrevista 4</p> <p>(...)muitos colégios particulares também que não dão muita credibilidade à Educação Física acatou, achou ótimo porque reduziu a carga horária, outros colégios fizeram um convênio com algumas academias. Então o aluno ao invés de fazer no colégio o aluno ia fazer na academia. O colégio liberava o professor de Educação Física, não tinha mais professor de Educação Física, não tinha mais o professor de Educação Física, não se tinha mais esse gasto e aí esse aluno ia fazer academia. Se a academia era uma academia séria ele mandaria a frequência desse aluno. Mais e se a academia não for séria? Se ela só se preocupar com a mensalidade do aluno? Ela vai mandar naturalmente a frequência do aluno. Entrevista 5</p>
--	------------------	---

	<p>Os atestados: acatamentos e resistências</p>	<p>(...)nos colhemos o atestado e fazemos o controle disso, (...) Entrevista 2</p> <p>(...)Só que esse atestado ele só é aceito num período de cinco dias úteis após o término do mês. Se o aluno não apresentar esse atestado essas faltas não são abonadas, então pra ele ser dispensado da educação física ele tem realmente que comprovar que ele está fazendo uma atividade física. Entrevista 3</p> <p>(...)Não é assim, porque eu não quero fazer na escola, faço ginástica ou musculação, não! Tem alguns desses 20% aproximadamente que realmente necessitam fazer uma atividade específica, natação, assim... Entrevista 3</p> <p>(...)E ainda assim alguns tiveram que fazer um acordo porque não trouxeram atestados e nós tivemos que desenvolver algumas atividades com eles (...) Entrevista 4</p> <p>(...)a gente ainda recebe alguns atestados com algumas restrições, buscando manter contato com essas entidades que enviam estes atestados até quem não tem muito haver com a escola mais estas entidades tem algum vínculo com alguma legalidade de entidades que fiscalizam. Entrevista 4</p> <p>(...)o nosso colégio no início liberávamos para academias e clubes. Daí aconteceu um campeonato aqui em Feira de Santana que tinha natação, quando eu fui buscar aqueles alunos que faziam natação naqueles clubes, ninguém sabia nadar! Imagine a situação que eu fiquei! Quando fomos perguntar a esses alunos o porquê, disseram que pagavam e não iam lá, então a partir daí foi que o (colégio) começou a não liberar porque a gente sentiu que não tinha finalidade pra isso. Entrevista 5</p> <p>Eu comecei em 82 e me formei em 85, quando comecei a trabalhar na escola pública eu era estudante ainda! Então observe, desde aquele período existiu isso, a aula era no turno oposto e existia licença, às vezes a gente fazia uma turma com 50 e só freqüentavam em torno de 30, 35, o resto era dispensado. Levava um atestado! Entrevista 3</p> <p>(...)como eu te disse 90% dos atestados da academia são das meninas, os meninos fazem academia mas não pedem dispensa. Entrevista 2</p> <p>Ele é dispensado, mais alguns preferem fazer e tem muito que levam atestado, por exemplo faz Karatê, levam atestado do Karatê e quando você vai no diário para abonar aquelas faltas ele não teve uma falta naquela unidade, ele não abandona a Educação Física justamente por aquele vínculo que se cria com os colegas e professores. Entrevista 3</p> <p>(...)eu já tive a experiência de reduzir bastante, porque quanto mais a atividade é prazerosa, quanto mais a atividade é interessante para o aluno, o aluno está sentindo que está melhorando, ele está tendo um desenvolvimento, ele deixa de dar o atestado, e prefere fazer a atividade. Entrevista 3</p>
--	---	---

	<p>O desconhecimento do Ordenamento Legal sobre a Educação Física ou sua má interpretação</p>	<p>(...) não existe nenhuma lei que realmente tornasse claro irregular dispensar então a escola para não criar atrito com os seu cliente elas foram mantendo a dispensa (...)Eu acho que só se houvesse uma lei em que dissesse o aluno só seria dispensado por um problema médico. Aí se houvesse essa redação bem rigorosa a direção da escola teria um respaldo para exigir. Mais enquanto é uma coisa flexível, em relação à dispensa, em aceitar o atestado, (...)Entrevista 3</p> <p>Por um lado ela (a Educação Física) cresceu, mas na Bahia ela mudou muito em colégios na parte escolar, porque com a nova lei que o professor de Educação Física que se formou para estar em campo ele se transformou em um professor sem programa nenhum em sala de aula. Então ele fica num horário normal de aula, vamos supor: da matemática para Educação Física, ele nem vai para Educação Física, ele permanece na aula, então o que o professor de Educação Física vai fazer?Vai fazer um trabalho, pedir um trabalho.Você acha isso normal, o aluno de Educação Física em aula de outras matérias continuar na mesma sala fazendo Educação Física escrevendo ou estar em quadra, fazendo ginástica, participando de voleibol, de handebol, uma atividade física? Então é mais prazeroso pro aluno está em quadra participando. Então, na Bahia a uns dez anos pra cá, na época da secretária Mendonça ela mudou!O professor de Educação Física teve que ir para sala de aula ao invés de está em quadra. (...) a gente está restrito a sala de aula, sem nenhuma possibilidade. Entrevista 5</p>
	<p>“A bola da vez”, o vestibular.</p>	<p>Aqui no ensino médio em específico é por uma questão de tempo. Os meus alunos tem uma carga horária maior de estudo tanto na escola como em casa por conta do vestibular. Isso é impossível não fazer. Como eles têm o tempo mais curto. Então eles acabam fazendo uma opção . Entrevista 2</p> <p>(...) a gente teve um aproveitamento muito grande a nível de vestibular, nos últimos três anos. E,a maioria são “atletas”, aqueles que representam a escola nos jogos. Contradizendo o que dizem: o aluno é estudante. Se for a escola todas as tardes para treinar não será um bom aluno.Deve tirar notas baixas._A gente prima pela formação geral do aluno, então faz parte da formação do aluno não só o conteúdo e sim a organização, saber dividir o tempo dele, ter responsabilidade com as duas coisas, com o estudo e com o esporte. Ter responsabilidade com os horários do treinamento mais também com as atividades que tem que se desenvolver na parte dos estudos, eu presenciei muito isso, os alunos tem uma responsabilidade muito grande com as coisas que eles fazem. Se ele vem sendo formado assim ele tende a ser um adulto responsável. Entrevista 3</p>

Quadro 5 – Falas dos entrevistados, organizadas por categorias de análise.

5.7 ANÁLISE DOS DADOS

A presente análise buscou compreender a totalidade dos dados coletados junto ao campo empírico da pesquisa sem perder de vista os objetivos postos para esse trabalho. Entretanto, cabe a este estudo antes de investir diretamente na compreensão da dispensa das aulas de educação física, contextualizar as bases onde se sustentam à concepção de educação física, suas finalidades/papel e o que a legitima essa disciplina no contexto escolar pesquisado, para assim entender as significações por eles produzidas sobre a realidade desta mesma dispensa.

Um outro aspecto importante a ser considerado, para essa contextualização, é a apreensão da forma, como a Educação Física está organizada, como o conhecimento é tratado, e também, quais as suas finalidades, enquanto disciplina, nas escolas de ensino médio estudadas.

5.7.1 A Educação Física significada pelos sujeitos: Concepção Papel e Legitimidade.

Podemos perceber na fala dos entrevistados distintos olhares para o que seja a Educação Física, o conhecimento que ela trata e suas finalidades que a legitima no contexto escolar. Ao serem interrogados sobre o que pensam e o papel destinado à Educação Física na escola, os entrevistados apresentaram formas de significar a Educação Física que expressam as diversas concepções historicamente constituídas sobre essa área de conhecimento. Essa compreensão leva em conta, desde a compreensão da Educação Física como área do conhecimento que trata da aptidão física, sendo reconhecida como atividades no currículo escolar, até a compreensão, a nosso ver, mais renovadora de compreender essa disciplina como componente curricular, merecendo desta forma, ser reconhecida na escola com o mesmo valor das demais disciplinas.

O entrevistado quatro (4) traz em sua fala um discurso que atribui a Educação Física a responsabilidade de tratar na escola da aptidão física dos alunos. Associado a essa perspectiva sustenta-se em fragmentações históricas na Educação Física, a

relação corpo e mente, a fragmentação teoria e prática, entre outras. Isso pode ser percebido quando esse sujeito expressa:

O que é que o professor de Educação Física fará com este aluno um dia na semana? Ele não pode dar uma atividade física porque ele vai deixar o aluno quebrado, deixar o corpo dolorido, então ele tem que fazer um lazer (ENTREVISTADO 4).

Assim, podemos perceber que embora esse entrevistado sustente sua concepção de Educação Física na perspectiva da prática da atividade física, diante das condições reais e concretas da forma como a Educação Física está organizada, hoje, na escola em que atua o professor orienta sua prática com a mesma disciplina adotando como nos traz Darido (2005), uma pedagogia do abandono, reconhecendo o momento da aula de Educação Física como momento de lazer. Lazer aqui entendido numa compreensão restritiva de tempo livre, de fazer algo que sirva para preparar os alunos para o restante das “atividades sérias” da escola. No específico dos alunos do ensino médio a preparação para o vestibular.

Uma compreensão, ainda presa a essa forma de ver a Educação Física, mas que já apresenta questionamentos. Esses questionamentos aparecem na fala do entrevistado um (1). Esse entrevistado, embora tente ver a Educação Física para além de sua condição de experiência prática, fortalece ao mencionar teoria e prática uma fragmentação entre ambas.

[...], a gente só imagina a Educação Física como sendo as atividades práticas, depois quando você vem tendo contato com alguns professores de Educação Física com outras pessoas a gente vai vendo que a Educação física ultrapassa essa questão prática [...] (ENTREVISTA 1).

A idéia que queremos mostrar, a partir da análise da fala desse entrevistado, pode ser mais bem compreendida quando em outro trecho de sua fala ele expressa:

[...], é feito um trabalho teórico, de estudo mesmo, não apenas de atividade física, mas a própria anatomia do ser humano, como também, é feita à atividade prática.

Nessa perspectiva, não só teoria e prática são vistas de forma dicotomizadas como também esses mantêm naturezas distintas, ou seja, o conteúdo teórico é um, o conteúdo anátomo-biológico e o conhecimento prático vivenciado é outro, o conteúdo esportivo, ginástico, entre outros.

Outra perspectiva que se contrapõe as supracitadas pode ser encontrada na fala do entrevistado quatro (4):

Na verdade hoje vive esse entendimento da mudança da Educação Física na escola buscando a transformação de criar pessoas críticas [...]. A gente quer tirar esse paradigma de que a Educação Física está vinculada à saúde biológica (ENTREVISTA 4).

Ao mesmo tempo em que expressaram uma concepção de Educação Física, os coordenadores entrevistados fizeram referências ao papel destinado a Educação Física nas escolas estudadas. Ora esse papel reitera a concepção explicitada, ora esse papel se contradiz.

[...] aqui no ensino médio como a carga de trabalho é maior a Educação Física funciona mesmo como uma oportunidade de lazer, como muitos não têm tempo de fazer uma academia uma coisa assim eles tem essa oportunidade de na aula de Educação Física de extravasar. (ENTREVISTA 2)

[...] uma função muito importante, porque é aonde a gente consegue unir mais os alunos em torno de uma atividade que eles gostam de fazer, que é prazerosa, que traz um certo benefício físico, orgânico pra saúde e que ao mesmo tempo socializa, a gente consegue quebrar muitas barreiras entre eles que nas outras disciplinas é muito mais difícil de conseguir. (ENTREVISTA 3)

[...] o esporte na escola poderia oferecer para se criar um aluno mais crítico, um aluno que possa entender a história do outro, o porque daquela atividade, o porque daquele esporte naquela escola, o porque da Educação Física está voltada ainda as competições inter-colegiais e não a participação da maioria. E oportunizar, a todos, a terem acesso a prática que pode ser benéfica na parte biológica. (ENTREVISTA 4)

No que se refere à legitimidade dos conhecimentos/saberes da Educação Física os entrevistados afirmam.

[...] há saberes imbuídos e que esses saberes se referem a questões teóricas que devem ser adotados na prática, então aqui, nessa escola eu comecei a perceber a importância do estudo da anatomia, inclusive de osso, músculos de possíveis problemas que podem ser ocasionados por falta de orientação, eu percebo aqui nessa escola, que realmente há interação entre a teoria e prática e que inclusive a Educação Física tem se tornado uma disciplina interligada com os projetos da escola. (ENTREVISTA 1)

[...] o esporte nesse aspecto aí tem uma importância muito grande, porque todos os alunos que fazem parte do esporte, que participam de jogos eles criam uma afinidade maior com o próprio colégio, com os próprios colegas, com os próprios professores. Eu acho muito importante esse lado, talvez assim até no momento não se perceba essa importância toda, mas quando estão chegando no 3º ano, vão saindo da escola, vão percebendo o benefício que eles levaram daquela vivência pra vida, a maturidade que aquilo trouxe, a forma de se relacionar com aquelas pessoas, isso é muito importante! (ENTREVISTA 3)

[...] precisa fazer um trabalho, pra uma mudança significativa, um trabalho em comum que não é fácil já que em toda rede particular aqui do município a gente encontra hoje apenas três ou quatro escolas que tem uma coordenação de Educação Física (ENTREVISTA 4)

[...] em outros Países, Cuba, por exemplo, que você sabe que a Educação Física é primordial para a formação da pessoa, psicológico da pessoa, o desenvolvimento integral do aluno, o caráter da pessoa. A Educação Física é primordial para esse desenvolvimento, então infelizmente no nosso colégio foi execrado. (ENTREVISTA 5)

5.7.2 A Educação Física no Ensino Médio

5.7.2 .1 Organização Curricular

Sobre a organização Curricular busquei dividir a análise da seguinte forma. Quanto a oferta da Educação Física e/ou seus conteúdos de ensino. Os colégios

possuem turmas de esporte e Educação Física ou a Educação Física é o próprio esporte. Vejamos falas que traduzem essas realidades.

[...]Je paralelo a isso existem as oficinas de esporte que é o que a gente chama de escolinha.Essas oficinas elas são cursos livres, o aluno que quiser, que tiver interesse, que quiser se aprofundar mais num aprendizado numa modalidade específica ele se escreve nessa escolinha e aí ele vai freqüentar as aulas dessa escolinha [...] muitos alunos que eles fazem as duas coisas ele faz Educação Física com a turma dele e faz a escolinha que ele escolheu .(ENTREVISTA 3)

[...] vamos para o ginásio do esporte, damos a iniciação do esporte e a tarde no turno oposto nós temos o esporte, a primazia do esporte é feita no turno oposto,mas de manhã também nós damos iniciação a todos os alunos. (ENTREVISTA 5)

[...]a forma que funcionamos hoje que não é a forma adequada com aula de esporte que é a aula de vôlei de Handei, aula de futsal, que é uma Educação Física voltada para o esporte e não para a formação que a gente tem intenção de mudar! [...] Os alunos poderiam ter essas aulas buscando facilitar a vida dos pais e deles no turno normal das disciplinas aonde a gente teria maior acesso as informações diversas da Educação Física. (ENTREVISTA 4)

Percebe-se na fala de um dos coordenadores a fragmentação entre o trabalho teórico e prático, muitas vezes o conteúdo que é ministrado nas aulas teóricas é diferente do ministrado nas aulas práticas. É notória e percebido que existe por parte do coordenador entrevistado uma interpretação equivocada sobre o que seria a Educação Física como componente curricular e de como ela deveria ser ministrada.

Ao estar no mesmo turno nas escolas públicas, decorrente dos Parâmetros do Ensino da Educação Física da Bahia, se instituiu, de forma equivocada, que ela deveria ser em sala de aula, ou que deveria ter uma aula teoria e outra prática. A entrevistada 1 reforça minha argumentação quando dicotomiza teoria e prática: “*Tem que ter aulas práticas no mesmo turno, que eu acho uma incoerência, [...]*”. Freire (1989) nos alerta que quando se matricula uma criança (nesse caso adolescentes) não é matriculada a cabeça dele, e sim o corpo inteiro. Na realidade muitas escolas não estão preparadas para ter aulas de Educação Física em turno algum, visto a

deficiência estrutural para as aulas, quadras, vestiários; além de materiais esportivos. Isso não é muito diferente nas escolas particulares.

o pensamento e a reflexão humana não surgem do nada; pensamos e refletimos a partir de alguns acontecimentos, ou mesmo de suposições que podemos fazer, mas sempre a partir de algo concreto e significativo decorrente da produção material da nossa existência. Dessa forma, teoria e prática são indissolúveis porque uma só tem razão de ser em interação dialética com a outra (GUERRA, 2001, p. 30)

Quanto ao horário de existência das aulas de Educação Física ela pode estar no mesmo turno das demais disciplinas ou em turno oposto. Como foi comentado anteriormente, as escolas públicas em sua grande maioria, no Estado da Bahia, realizam suas aulas de Educação Física no mesmo turno, seguindo orientação da Secretaria de Educação do Estado. Contudo, encontramos uma única escola particular onde os alunos têm aula no mesmo turno dos demais componentes curriculares.

[...]funciona no mesmo turno, só que nós vamos para quadra [...]sendo um dia. (ENTREVISTA 5)

Já as outras escolas pesquisadas, o horário das aulas de Educação Física é em turno oposto as demais disciplinas.

[...] funciona assim, tem as turmas de Educação Física, então todos os alunos da 5ª série ao 3º ano eles fazem parte de uma turma dessa de Educação Física, então a gente faz uma composição, as vezes assim, de 7º a 8º, 1º e 2º ano a depender da quantidade de alunos a gente faz essa composição que fique mais ou menos que fique com uma faixa etária próxima dentro de um grupo mais homogêneo. E aí tem a carga horária no turno oposto, [...] (ENTREVISTA 3)

Apresenta-se em uma das entrevistas tensões no sentido de mudar essa realidade, senão vejamos:

No fundamental conseguimos mudar alguma coisa. Jogamos no mesmo turno. [...] com o ensino médio continuamos com as aulas no turno oposto. (ENTREVISTA 4)

Percebemos nessa fala que existem pensamento mais progressistas e críticos quanto ao lugar da Educação Física nas escolas, a questão é sairmos das lutas individuais e pesarmos enquanto categoria profissional.

Quanto a quantidade de aulas ministradas de Educação Física encontramos uma variedade de práticas, desde escolas que ofereciam duas aulas por semana, germinadas¹⁶ ou não, outras apenas uma aula ou mesmo não ofereciam a Educação Física substituindo pelas Escolinhas/Oficinas de Esporte, isso foi discutido a poucos instantes. Vejamos algumas falas:

Tanto o primeiro quanto o segundo e terceiro ano, todos três, são duas aulas para cada turma, então cada turma tem na sua matriz curricular duas aulas específicas. (ENTREVISTA 1)

[...]a nossa atividade ainda é deficiente.É um dia só na semana [...]apesar de ser uma aula germinada. Mas o número de aulas também implica num trabalho deficiente porque a uma carência deles em realmente fazer a cultura do movimento, em praticar uma atividade física a ser lúdica ou recreativa. (ENTREVISTA 4)

Uma aula por semana. Isso a gente sente muito!Os alunos também sentem muito! (ENTREVISTA 5)

5.7.2.2 Conhecimento Tratado

O conhecimento tratado nas aulas de Educação Física no ensino médio nas escolas estudadas possui um caráter esportivizado. Percebemos nas falas dos entrevistados que ainda predomina nas escolas a esportivização da Educação Física, senão vejamos:

[...] temos também aqui os esportes com a princípio três categorias que é: futsal, handebol, voleibol com um amigo da

¹⁶ Por aulas germinadas entende-se aulas seguidas/fundidas realizadas no mesmo dia.

escola e também temos também o GRD que é Ginástica Rítmica e dança[...] (ENTREVISTADO 1)

Ainda para análise, percebi na falas dos coordenadores, que essa prática esportiva vem associada a um modelo de organização do conhecimento esportivo onde primeiro, treina-se as habilidades motoras e depois se faz as vivências esportivas. Identificamos a presença de poucos esportes, apenas os mais institucionalizados e considerados tradicionais, ocorrendo nas palavras do entrevistado 3, “aulas de iniciação esportiva”. Percebemos melhor essa lógica na fala de um outro entrevistado:

Todos os nossos alunos na 1º unidade pratica a coordenação motora, a gente não trabalha com bola na primeira unidade a partir da 2º unidade todos os alunos passará por voleibol, na 3º unidade handebol e na 4º unidade futsal, [...] (ENTREVISTADO 5)

Por outro lado encontramos na fala de um aluno algo que vai em oposição a esse planejamento sistematizado que citamos acima:

“Nas escolas que estudei, não era abordado nenhum tema, na realidade nem tinha aula, apenas o professor entregava a bola e mandava os alunos jogarem. Não se aproveitava em nada a aula de Educação Física.”

Porém encontrou-se na fala de um dos entrevistados uma postura crítica frente a essa esportivização das aulas de Educação Física, comenta [...] *a forma que funcionamos hoje, que não é a forma adequada, com aula de esporte que é a aula de vôlei, de handei, aula de futsal (ENTREVISTADO 4).*

Aparece ainda em uma das falas que “[...] *é feito um trabalho teórico, de estudo mesmo, não apenas de atividade física, mas a própria anatomia do ser humano [...]*” (ENTREVISTADO 1). As aulas teóricas com conhecimentos que muitas vezes fogem da esfera dos conteúdos específicos da Educação Física escolar, a exemplo do citado acima “anatomia” estão acontecendo freqüentemente nas escolas públicas, justificando-se pelo fato da Educação Física ser no mesmo horário das demais disciplinas.

Isso ao meu ver, ocorre por dois motivos: um equívoco de interpretação da diretriz do Estado da Bahia sobre a organização curricular e por falta de formação acadêmica dos profissionais da Educação Física que ministram aulas.

Sobre o primeiro motivo, a organização curricular do ensino médio do Estado preconiza aulas no mesmo turno, mas não determina o local das aulas, se terão que ser em sala de aula ou outros espaços como quadras, pátios, campos, etc. Sobre o segundo motivo, percebemos que os profissionais estão sendo formados sem uma base teórica consistente sobre quais seriam os conteúdos da Educação Física dentro da escola. A frase obtida em um dos questionários aplicados em uma das escolas públicas é bem ilustrativa:

Os professores dão assuntos onde os estudantes não aproveitam nada, parece mais uma aula de Biologia ou até de Química. Deveria haver assuntos interessantes relacionados aos esportes praticados e sobre o corpo e teria que ter mais aula prática.”

Concordo com Soares (1996, p. 07) quando afirma que é:

[...] importante não acreditar que tudo o que há em nossa formação vai se transformar em conhecimento a ser ensinado aos alunos de uma escola. Há campos e níveis de conhecimento que dão suporte, base, apoio, sustentação àquilo que o professor ensina, mas que não se constituem em conteúdo de ensino.

Não podemos transformar as aulas de Educação Física nas escolas em aulas de anatomia, fisiologia, cinesiologia, nutrição, emergências em Educação Física ou mesmo num discurso filosófico ou sociológico. São todos conhecimentos fundamentais para nossa formação, no entanto não são conteúdos específicos da Educação Física escolar. Isso reforça o argumento da falta de formação acadêmica dos profissionais da Educação Física.

5.7.2.3 Finalidades da Educação Física

A finalidade da Educação Física no ensino médio para a maioria dos entrevistados é a preparação para prática esportiva, ou participar de eventos esportivos ou para escolha de um determinado esporte, como vemos nas falas seguintes:

[...] a gente nas aulas de Educação Física vai preparando eles durante o ano para esse evento. (ENTREVISTADO 3).

A escola aqui não tinha coordenação, então a coisa estava assim, participação em eventos, campeonatos, participando objetivando meramente o esporte de rendimento, técnicas esportivas. [...] (ENTREVISTADO 4).

[...] ele vai ver ali o qual (o esporte) lhe dar mais prazer de praticar, qual o que ele assimila mais. (ENTREVISTADO 5).

Porém um entrevistado aponta uma outra perspectiva frente aos objetivos:

[...] aonde a gente pode passar para eles diversas culturas corporais, culturas do movimento, passar para eles de uma forma crítica, aonde eles pudessem investigar o porquê da existência dessa, de onde surgiram essas, de como se utilizar e de como chegar a esse conhecimento sem você está precisando ensiná-los de um forma meramente repetitiva de absolver uma coisa que existe. Na verdade a gente precisa que o aluno crie, tenha a possibilidade de desenvolver sua autonomia, enquanto a gente bota ele pra ser um mero repetidor de movimento, isso qualquer técnico, qualquer ex-atleta poderia passar essas informações. Então, o objetivo maior seria esse. Já que a gente conseguiu nesses três anos no ensino Fundamental, melhorar isso no ensino médio (ENTREVISTADO 4).

5.7.3 Ter ou não ter dispensa, eis a questão! O que legitima a dispensa

Quando perguntado aos coordenadores se existia dispensa em Educação Física na escola encontramos falas no sentido de dispensar por recomendação médica. No que se refere a problemática central dessa pesquisa, as dispensas das aulas pelo fato dos alunos estarem fazendo alguma atividade física em academias, clubes, e outros, os seguintes resultados foram encontrados, quase todas as escolas dispensam os alunos. 9% (em média) dos alunos pesquisados são dispensados das aulas de Educação Física, no terceiro ano, por realizarem atividades físicas.

Existe, a escola aceita que o aluno faça uma atividade física em alguma instituição, em alguma academia, em alguma instituição específica de atividade física e que ele leve um atestado. (ENTREVISTADO 3)

Ainda é aceito, agora a gente conseguiu através da própria conscientização dos pais, em 2004 nós recebemos em torno de 78, 79 atestados em 2006 nós tivemos no máximo 32, 33 atestados [...] (ENTREVISTADO 4)

Apenas uma única escola não aceita dispensa por prática de alguma atividade física extra-escolar como substituição as aulas de Educação Física.

Não. No nosso colégio não!A gente respeita muito o regimento do colégio. Então nós não dispensamos para academia, a não ser um atestado médico,aí sim a gente libera, fora isso não!Além disso, ele faz no mesmo turno. Porque liberar ele da Educação Física? Vamos supor, ele está numa academia. Não implica em nada!Não está fazendo no mesmo turno dele, a gente não vai dispensar. A não ser o atestado médico.1º e 2º ano também. (ENTREVISTADO 5)

5.7.3.1 Os Atestados: Acatamentos e Resistências

O instrumento que permite e endossa a dispensa é o atestado. O entrevistado 3, afirma que quando começou a trabalhar na escola pública ainda estudante no início da década de 80 do século passado,

[...]a aula era no turno oposto e existia licença, as vezes a gente fazia uma turma com 50 e só freqüentavam em torno de 30, 35, o resto era dispensado. Levava um atestado!

Os atestados **não são aceitos** apenas por uma escola particular pesquisada. Abaixo estão falas que vão ao sentido de acatar os atestados:

[...] nós colhemos o atestado e fazemos o controle disso, [...](ENTREVISTADO 2)

[...] Só que esse atestado ele só é aceito num período de cinco dias úteis após o término do mês. Se o aluno não apresentar esse atestado essas faltas não são abonadas, então pra ele ser dispensado da educação física ele tem realmente que comprovar que ele está fazendo uma atividade física. (ENTREVISTADO 3)

[...] a gente ainda recebe alguns atestados com algumas restrições, buscando manter contato com essas entidades que enviam estes atestados até quem não tem muito haver com a escola mais estas entidades tem algum vínculo com alguma legalidade de entidades que fiscalizem. [...](ENTREVISTADO 4)

Porém outras falas apontam resistências tanto da coordenação pedagógica em aceitar os atestados, como por parte dos alunos.

A coordenação de uma escola pesquisada percebeu que não deveria dispensar os alunos por não ter controle sobre o que é ensinado de conteúdos fora da escola, muito menos do aprendizado dos educandos.

[...] o nosso colégio no início liberávamos para academias e clubes. Daí aconteceu um campeonato aqui em Feira de Santana que tinha natação, quando eu fui buscar aqueles alunos que faziam natação naqueles clubes, ninguém sabia nadar! Imagine a situação que eu fiquei! Quando fomos perguntar a esses alunos o porquê, disseram que pagavam e não iam lá, então a partir daí foi que o (colégio) começou a não liberar porque a gente sentiu que não tinha finalidade pra isso. (ENTREVISTADO 5)

Também existem resistências dos próprios alunos que mesmo dando o atestado continuam a participar das aulas.

[...] tem muitos que levam atestado, por exemplo: faz Karatê, levam atestado do Karatê e quando você vai no diário para abonar aquelas faltas ele não teve uma falta naquela unidade ,ele não abandona a Educação Física justamente por aquele vínculo que se cria com os colegas e professores. (ENTREVISTADO 3)

5.7.4 Os “Lugares Vazios” nas Aulas de Educação Física do Ensino Médio

Foram encontrados muitos motivos que levam os coordenadores pedagógicos a dispensarem os alunos das aulas de Educação Física foram a partir das falas dos entrevistados foram criadas categorias de análise de serão expostas a seguir.

5.7.4 .1 Atividade ou Componente Curricular

Nas falas dos entrevistados encontra-se indício do entendimento da Educação Física na escola ainda enquanto Atividade Curricular. Vimos no segundo capítulo que só a partir de 1996 a Educação Física ganhou no texto legal a expressão “Componente Curricular” e ganha status de área de conhecimento, Anterior a essa lei, a Educação Física era vista como atividade, um fazer meramente prático. Podemos constatar a seguir que após um pouco mais de 10 anos da promulgação da LDB, ainda existem falas que vão ao sentido de enxergar a Educação Física como atividade na escola.

*[...] nós dispensamos, como eu estou lhe dizendo, porque o que nós queremos é que **o aluno tenha a oportunidade de fazer uma atividade física seja na escola com handei, com o vôlei, com o futsal, futebol de campo, seja na academia.** (ENTREVISTADO 2).*

*Ele pode ser dispensado da aula de Educação Física ou não!**Isso aí é critérios deles**, tem muitos alunos que eles*

fazem as duas coisas, ele faz Educação Física com a turma dele e faz a escolinha que ele escolheu.(ENTREVISTADO 3).

*quando você oferece, por exemplo, aulas de esporte no turno oposto você está dando possibilidades de ele está fazendo esporte três vezes na semana num local de esporte e até você não tem como convencer os pais, e você não está correto neste aspecto, sendo que aqui você dá um dia na semana, lá ele dá três. Porque que eu vou proibir dele fazer lá! Então como eu estou errado aqui, eu não posso abrir mão desse atestado porque **eu estou tirando a possibilidade deste menino de fazer a mesma coisa três vezes na semana.** (ENTREVISTADO 4).*

Os entrevistados colocam que dispensam os alunos justificando com os termos “oportunidade” “possibilidade” O entrevistado 2 afirma a oportunidade do aluno fazer uma atividade física ou fora ou dentro da escola, mas que faça. O 4 entrevistado afirma a possibilidade do aluno fazer mais vezes esportes fora da escola, visto que na escola é apenas uma vez por semana. O entrevistado 3 afirma que é critério dos alunos decidir caso façam escolinha de esporte dentro da escola se vão ou não freqüentar as aulas de Educação Física. Trazemos mais uma vez a afirmação de Soares (1996) quando diz:

O aluno “escolhe” Vôlei e passa sete anos na escola “jogando” Vôlei. Ou então o professor “escolhe” Handebol e o aluno passa anos “jogando” Handebol. Imaginemos o professor de Língua Portuguesa, por exemplo “escolher” “análise sintática” e trabalhar somente com análise sintática, ou o aluno “escolher” “redação”. Se estamos na escola, devemos dar um tratamento escolar ao conteúdo e, sobretudo dar lugar a abrangência que ele possa ter. (p.11)

Dar a abrangência e tratamento escolar aos conteúdos nos remete a voltarmos para as questões da oportunidade e da possibilidade. Numa escola em que tanto faz o aluno fazer “Educação Física” dentro ou fora dela, essa oportunidade estará sendo restrita a vivência de poucas práticas corporais. Já a possibilidade de fazer o esporte dentro da escola e dentro das aulas de Educação Física não tira o direito do aluno de realizar outras vivências fora da escola, ou mesmo nela, não apenas três vezes na semana, mas com a possibilidade de fazê-las todos os dias.

Porém percebo na fala de um dos coordenadores a diferenciação entre o trabalho realizado em uma academia e o trabalho realizado na escola, ainda que em um viés biológico:

Você a de convir que a Educação Física escolar é uma coisa totalmente diferente de uma atividade física em uma academia [...]. E o adolescente no desejo de ficar bonito, só se preocupa com a beleza estética, não se preocupa com a saúde, então ele faz de tudo para ficar com o corpo bombado, é totalmente diferente. [...] A academia é uma coisa à parte. É coisa muito diferente, é uma musculação diferente, então eu prefiro o colégio que tem sua atividade escolar. Então eu acho muito diferente uma atividade escolar para uma academia. (ENTREVISTADO 5).

5.7.4.2 Cultura Imutável: A Tradição da Dispensa

O termo tradição é englobado pelo termo cultura, porém não são sinônimos. As tradições têm por princípio se perpetuarem durante o tempo, a cultura pode ou não. Ela é mutável, fluida, envolvente, dinâmica. Por cultura não se entende algo estanque.

Trago essa categorização “cultura imutável” para lidar com uma explicação dada por alguns entrevistados sobre os motivos de dispensarem os alunos. Essas são algumas falas:

Mas temos uma dificuldade muito grande sobre esse negócio de atestado, a uma pressão grande dos pais, as outras escolas recebem. [...] Mesmo os coordenadores, porque se você faz uma mudança na sua escola, e não respeita a cultura local, de uma forma impactante sem conscientização, a escola perde. (ENTREVISTADO 4)

[...] você vai bater de testa com os pais dos alunos que já vem nessa cultura. Aqui já é uma escola que tem alunos do 2º grau que chegam com hábitos das outras escolas (ENTREVISTADO 4)

Como isso é uma coisa cultural e não existe nenhuma lei que, realmente tornasse claro, irregular, dispensar então a escola

para não criar atrito com os seu cliente elas foram mantendo a dispensa [...] (ENTREVISTADO 3)

O entrevistado 4 releva a intenção de colocar as aulas de Educação Física do ensino médio no mesmo turno das demais disciplinas, mas “[...] *não abrindo mão das aulas do turno oposto para que a gente não fuja da cultura da cidade*”.

Essa, percebo, é uma tentativa de romper com o tradição na cidade de Feira de Santana das aulas de Educação Física nas escolas particulares serem em turno oposto. É possível modificações em culturas escolares já instituídas. A fala a seguir é ilustrativa:

[...] gente fez essa modificação no mesmo turno com atividades diversas com o pessoal do fundamental apenas um ano ou dois anos eu implantei em 2005-2006, então esses meninos que vão vir da 5º série já conscientizados das atividades em sala, das atividades em quadra ,mas com uma outra expectativa,então vai ser mais fácil eles se adaptarem a essas mudanças no 2º grau a gente vai ter problemas apenas com aqueles alunos que vierem de outras instituições [...].(ENTREVISTADO 4)

A fala do entrevistado 3 é outra demonstração de rompimento com a tradição instituída de permitir que as turmas dos 3º anos sejam automaticamente dispensadas das aulas de Educação Física.

Na escola que eu trabalho o 3º ano segue o mesmo regulamento da 5º série.O aluno do 3ºano tem que fazer atividade, inclusive a gente tem uma freqüência muito grande! E as equipes que participam dos jogos tem muitos alunos do 3º ano, eles já vem participando desde o ensino fundamental e seguem até o ensino médio. (ENTREVISTADO 3)

Concordo com o coordenador 4 quando esse afirma que para uma mudança na cultura escolar referente a não aceitação de atestados é necessário “*conscientizar as outras escolas para a gente trabalhar juntos, comungar, buscar uma forma de melhorar essas mazelas da escola que acontecem no ensino médio.*”

5.7.4.3 “A Bola da Vez”, O Vestibular

“Na verdade acho que ela deveria ser no turno oposto ao invés de ter 2 horários ocupando o de matérias vestibulísticas.”

“As aulas de Edc. Física devem ser disponibilizadas a matérias mais importantes, pois estamos de “olho” no vestibular.”

Estas foram frases retiradas dos questionários aplicados aos alunos. Algo bastante preocupante. O vestibular é um momento de decisão na vida de muitas pessoas, define rumos a tomar, carreiras a seguir, porém o ensino médio não tem como função formar para o vestibular, e sim formar para o trabalho e para a vida. Seguem duas falas para reflexão colhidas durante as entrevistas:

*Aqui no ensino médio em específico é por uma questão de tempo. Os meus alunos têm uma carga horária maior de estudo tanto na escola como em casa por conta do vestibular. Isso é impossível não fazer. Como eles têm o tempo mais curto. Então eles acabam fazendo uma opção .
(ENTREVISTADO 2)*

*[...] a gente teve um aproveitamento muito grande a nível de vestibular, nos últimos três anos. E a maioria são “atletas”, aqueles que representam a escola nos jogos. Contradizendo o que dizem: o aluno é estudante. Se for a escola todas as tardes para treinar não será um bom aluno. Deve tirar notas baixas. A gente prima pela formação geral do aluno, então faz parte da formação do aluno não só o conteúdo e sim a organização, saber dividir o tempo dele, ter responsabilidade com as duas coisas, com o estudo e com o esporte. Ter responsabilidade com os horários do treinamento mais também com as atividades que tem que se desenvolver na parte dos estudos, eu presenciei muito isso, os alunos tem uma responsabilidade muito grande com as coisas que eles fazem. Se ele vem sendo formado assim ele tende a ser um adulto responsável.
(ENTREVISTADO 3)*

Vemos que as falas se distanciam ao tratar a Educação Física dentro do contexto escolar quanto a questão do vestibular. Penso que a segunda fala avança no aspecto de perceber a importância da formação geral do aluno para a vida englobando o conhecimento sobre a cultura corporal, porém o entrevistado não percebe o esporte enquanto conteúdo e a Educação Física enquanto área de

conhecimento da escola quando afirma que “*prima pela formação geral do aluno, então faz parte da formação do aluno não só o conteúdo e sim a organização, saber dividir o tempo dele, ter responsabilidade com as duas coisas, com o estudo e com o esporte*”.

5.7.4.4 O “Deus” Mercado

Um dos motivos que entendo ser fundamental para as dispensas dos alunos é o fator mercado, ele traz consigo a questão de **competitividade** e da **lucratividade**.

Competitividade quando o dirigente ou coordenador aceita os atestados porque as outras escolas aceitam. Lucratividade quando para aumentar a mais-valia da empresa (escola) são reduzidos postos de trabalho e muitos professores ou têm suas cargas horárias diminuídas ou mesmo são demitidos. Vemos essas questões nas seguintes entrevistas:

O colégio não deixa de ser uma empresa e toda empresa ele tem que ter uma certa relação com o seu cliente que não crie uma certa insatisfação, que imponha uma coisa rigorosa com o seu cliente. Então, como essa dispensa existe desde que a Educação Física era no turno oposto nas escolas públicas existia essa quantidade de atestado que eram dispensados. [...] a escola acaba optando por aceitar pra evitar bater de frente e perder até o cliente, porque de repente a escola B ou C aceita, então eu vou sair daqui e vou matricular meu filho lá!
(ENTREVISTADO 3)

[...] por questões mercadológicas onde as outras instituições todas aceitam, a gente não bate de frente e resolve aceitar esses atestados com algumas restrições, atestados de algumas instituições que venham a ter alguma legalidade.
(ENTREVISTADO 4)

[...] muitos colégios particulares também que não dão muita credibilidade a Educação Física acatou, achou ótimo porque reduziu a carga horária, outros colégios fizeram um convênio com algumas academias. Então o aluno ao invés de fazer no colégio o aluno ia fazer na academia. O colégio liberava o professor de Educação Física, não tinha mais professor de Educação Física, não se tinha mais esse gasto e aí esse aluno ia fazer academia. Se a academia era uma academia séria ele

mandaria a freqüência desse aluno. Mas e se a academia não for séria? Se ela só se preocupar com a mensalidade do aluno? Ela vai mandar naturalmente a freqüência do aluno. (ENTREVISTADO 5)

5.7.4.5 O Desconhecimento do Ordenamento Legal da Educação Física ou sua má interpretação

O desconhecimento do ordenamento legal sobre a Educação Física ou sua má interpretação é outro motivo que acredito ser importante destacar nas falas dos entrevistados que interfere no atual estágio das dispensas dos alunos nas aulas de Educação Física.

Seguem falas que tratam da questão do vestibular colhidas nas entrevistas:

[...] não existe nenhuma lei que realmente tornasse claro irregular dispensar então a escola para não criar atrito com os seus “clientes” elas foram mantendo a dispensa [...] Eu acho que só se houvesse uma lei em que dissesse o aluno só seria dispensado por um problema médico. Aí se houvesse essa redação bem rigorosa a direção da escola teria um respaldo para exigir. Mais enquanto é uma coisa flexível, em relação à dispensa, em aceitar o atestado, [...] (ENTREVISTADO 3)

Por um lado ela (a Educação Física) cresceu, mas na Bahia ela mudou muito em colégios na parte escolar, porque com a nova lei que o professor de Educação Física que se formou para estar em campo ele se transformou em um professor sem programa nenhum em sala de aula. Então ele fica num horário normal de aula, vamos supor: da matemática para Educação Física, ele nem vai para Educação Física, ele permanece na aula, então o que o professor de Educação Física vai fazer? Vai fazer um trabalho, pedir um trabalho. Você acha isso normal, o aluno de Educação Física em aula de outras matérias continuar na mesma sala fazendo Educação Física escrevendo ou estar em quadra, fazendo ginástica, participando de voleibol, de handebol, uma atividade física? Então é mais prazeroso pro aluno está em quadra participando. Então, na Bahia a uns dez anos pra cá, [...] ela mudou! O professor de Educação Física teve que ir para sala de aula ao invés de está em quadra. [...] a gente está restrito a sala de aula, sem nenhuma possibilidade. (ENTREVISTADO 5)

Um conhecimento se faz presente na escola por dois grandes movimentos a legalidade e a relevância social no contexto escolar. Se uma coordenação pedagógica não tem clara ou mesmo desconhece as leis que regem a Educação e a Educação Física, em particular, no Brasil, como poderá argumentar a permanência da mesma para todos os alunos do ensino médio? Como vimos o entrevistado 3 afirma que não existe nenhuma lei que torne claro a irregularidade da dispensa, como vimos anteriormente, o Decreto-Lei nº 10.793/03 isenta da prática da Educação Física vários alunos e alunas, entre eles encontram-se os trabalhadores com jornada superior a seis horas; mulheres com prole; maiores de 30 anos; pertencentes ao serviço militar; portadores de deficiência. Portanto existe sim regulamentação clara sobre os casos de dispensa.

6. CONSIDERAÇÕES “FINAIS”¹⁷: Sínteses e Proposições

Durante esse momento final do trabalho procurarei fazer uma síntese apontando os achados da pesquisa e levantar algumas proposições, no sentido de se alterar a realidade das escolas quanto as dispensas.

6.1 OS ACHADOS DA PESQUISA

A legislação educacional não proíbe que o professor não seja da escola, porém é bem clara, quando fala da obrigatoriedade da Educação Física enquanto componente curricular nas escolas do ensino básico, com isso, indo de encontro a idéia de dispensar os alunos e alunas que entregam atestado de frequência em alguma atividade física. Identificamos que muitas escolas particulares dispensam os alunos do terceiro ano de forma generalizada e outros alunos através de atestado de frequência em atividades física, enquanto que as escolas públicas por possuírem aulas no mesmo turno das demais disciplinas não dispensam os alunos, porém vimos nos questionários aplicados aos alunos que muitos deles não frequentam de forma efetiva as aulas. Em médio 9% dos alunos do terceiro ano são dispensados pelas escolas pesquisadas da realizarem de aulas de Educação Física, sendo maior o número de dispensas no gênero feminino.

Retomo algumas considerações feitas, em artigo publicado em 2004, cujo título é “Educação Física: a resignificação de uma prática a partir do acompanhamento pedagógico”:

É um contra-senso se falar de educação de qualidade se essa educação de qualidade não atinge o ser humano, como um todo, em seus aspectos: cognitivo, social, motor e afetivo. Nega-se para esses cidadãos a possibilidade de conhecer e vivenciar diferentes manifestações da cultura corporal (jogos, lutas, esportes, ginástica, danças...) produzidas pela humanidade no decorrer dos tempos. Afinal para que serve a escola, se não

¹⁷ Digo “finais” aspeado, pois apenas começou o diálogo e as problematizações sobre esse assunto, muito há de ser escrito e debatido sobre o tema.

para difundir, ressignificar e transformar conhecimentos dos nossos antepassados? Estamos negando essa possibilidade de conhecer aos nossos alunos, e os supervisores têm um papel fundamental nessa busca pelo conhecimento. (NUNES, 2004)

Foram encontrados diversos motivos para a ocorrência das dispensas nas aulas de Educação Física são eles: a preocupação dos alunos e das direções das escolas com o vestibular; a cultura instituída de se aceitar as dispensas dos alunos por fazerem alguma atividade esportiva entre outras atividades da cultura corporal fora da escola; o desconhecimento da legislação atual por parte dos coordenadores pedagógicos (formados em Pedagogia e em Educação Física); a concepção, ao meu ver, equivocada de alguns coordenadores sobre o que viria a ser a Educação Física dentro da escola, muitas vezes confundido-a com uma atividade não sendo vista como um componente curricular; o próprio sistema capitalista, onde há mais-valia com o ensino, transformando a Educação numa mercadoria e a Educação Física dentro disso é apenas custo, nunca investimento no ser humano.

6.2 PROPOSIÇÕES

É preciso primeiramente consultar o Conselho Estadual de Educação sobre a questão das dispensas nas aulas de Educação Física fazendo posteriores denúncias de irregularidades em algumas escolas frente a LDB no que tange esse assunto.

Foi encontrada durante a pesquisa uma escola que poderia dizer, de forma administrativa, uma organização adequada: possui aulas de educação física enquanto componente curricular durante o mesmo período das outras aulas, não aceitava atestado de participação em atividades físicas e esportivas para dispensa da aula, apenas atestado médico, e além disso, oferecia em turno oposto, escolinhas: vôlei, futsal, handebol, basquete, capoeira, artes marciais, dança. Todas essas atividades já incluídas no valor normal da mensalidade, sendo a participação voluntária. Deve-se pensar em algumas experiências próximas desta.

É preciso, também, haver uma maior fiscalização da Secretaria de Educação/Direc sobre as escolas particulares e também sobre as públicas que não

dispensam os alunos das aulas, mas não oferecendo os conteúdos, estão da mesma forma, subtraindo desses jovens, o direito ao acesso a cultura corporal produzida pela sociedade.

Maior envolvimento dos sindicatos dos professores, tanto o SINPRO como a APLB, sobre essas problemáticas, que podem atingir professores das mais diversas áreas, em particular, os problemas inerentes a área de Educação Física.

Não adianta como vem ocorrendo nos últimos encontros de professores de Educação Física promovidos pela APLB (Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado da Bahia), ficar discutindo esporte da escola ou esporte na escola, sendo que muitos dos professores que ensinam essa disciplina nem possuem formação na área muitos são professores de outras disciplinas que pegam Educação Física para completar a carga horária e outros mal possuem o magistério e são contratados pelo REDA (Regime Especial de Direito Administrativo). Além de outros problemas que afetam diretamente na qualidade da aula como estrutura física das escolas. Muitas não possuem espaços para as práticas corporais, outras possuem espaços depedrados, não possuem vestiário ou estão sem funcionar, não possuem matérias esportivos e recreativos. Deveriam, nesses encontros, serem priorizadas essas questões, apontando um plano de ação do sindicato no sentido de lutar pela solução desses problemas. Esses debates, além da temática central dessa pesquisa, as dispensas nas aulas de Educação Física, devem ser levantados pelo SINPRO (Sindicato dos professores da rede particular da Bahia) e pela APLB.

Os cursos de Formação de Professores de Educação Física devem abrir debates sobre o campo profissional e a atuação nele, não adianta ficarmos idealizando, nos cursos de formação, um local para a prática pedagógica que não existe na realidade, precisamos sim lutar para construir a realidade desejada. E essa luta só se dá no campo da práxis, uma práxis revolucionária.

Trazendo a fala de um dos coordenadores entrevistados, ele nos diz:

“Mas a gente tem que ir de gota em gota, enchendo o copo. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura!”

Concluo essa pesquisa acreditando na frase dita acima, que traz em si a necessidade de mudança, mas que isso, de tomada de uma outra postura frente a essa e a outras problemáticas da nossa área de conhecimento. Precisamos ser tão duros quanto a pedra e sábios como a água que busca sempre o melhor caminho de correr.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Estevan Augusto de Barros; GONÇALVES JUNIOR, Luiz. A educação física escolar na cidade de Araraquara - Brasil: possibilidades geradas com a lei de diretrizes e bases. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8., 2000, Lisboa (Portugal). **Anais...** Lisboa (Portugal): 2000. (no prelo)

ATTA, Dilza. O acompanhamento pedagógico do trabalho escolar. **Revista de Educação CEAP, Salvador**, ano 10 , n. 36, p. 19 – 29, mar./maio, 2002.

BRACHT, Valter. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Revista Movimento**, ano 4, n. 12, p. 14 – 24. 2000.

BRACHT, Valter. **Legitimidade da Educação Física II: o retorno**. Vitória, ES: LESEF/CEFD/UFES, 1999. Mimeo.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Brasília, DF: MEC / SEF, 1998. 114p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio**, volume 1- Secretaria de Educação Básica. Linguagens, códigos e suas tecnologias: Brasília, DF:MEC, 2006, p.239

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 19. Ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 10.793 de 1º de Dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.see.rj.gov.br/coie/NOVIDADES/110793.pdf>>,. Acesso em: 10 out., 2006.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado, 2007. Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/>>. Acesso em: 10 out., 2006.

BUENO, Maria Sylvia Simões. Revisitar a minha ação supervisora: estratégia para explicitar e discutir caminhos e perspectivas da supervisão de ensino, em território Paulista, na virada do milênio. In : MACHADO, Lourdes Marcelino. **Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio**. São Paulo: Pioneira, 2000.

CAULLEY, D. N. **Document Analysis in Program Evaluation** (Nº 60 na série Paper and Report Series of the Research on Evaluation Program). Portland, Or. Northwest Regional Educational Laboratory, 1981.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 2002.

CORRÊA, Ivan Lívindo de Senna & MORO, Roque Luiz. **Educação física escolar: reflexões e ação curricular**. Ijuí: ed. Unijuí, 2004.

CURY. Carlos Roberto Jamil. **Legislacao educacional brasileira**. DP&A, 2000.

DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **MOTRIZ**, v.5, n.2, dez., 1999, p.138–145. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n2/5n202Darido.pdf>>. Acesso em: 10 nov., 2006.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. **Perspectivas da Educação Física escolar**. Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 5-25, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina . **Educação Física na Escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, Suraya Cristiana. A Educação Física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 18, nº 01, p. 61–80, jan./mar. 2004.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição. (Org.). **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FONTES, Rejane de Souza & VIANA, Simone Rodrigues. Supervisão e Orientação: outras palavras necessárias. **Presença Pedagógica**, v. 9 n. 49, p. 55-61, jan./fev. 2003.

FIGUEIREDO, Fran Costa. **Metodologia constitucional: técnicas de elaboração e técnicas de interpretação**. Brasília, DF: Itamarati, 1987.

FREIRE, João Batista. **Educação do corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo, Scipione, 1989.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides Jose - **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes.2000, p. 77-108.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do capital assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 6. ed., Petrópolis: Vozes,2002, p. 25-54.

FUSARI, José Cerchi. Formação contínua de educadores na escola e em outras situações. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira (Org). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2002.

GALVÃO, Z. **Educação física escolar: razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados**: Monografia (Especialização em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1993.

GAMBINI, W. J. J. **Motivos da desistência em aulas de educação física no segundo grau**.. 1995. Monografia (Graduação em Educação Física) - Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, UNESP, Rio Claro, 1995.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e historia da educacao brasileira**. Tamboré - Barueri -SP : Manole, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Educação e mídia esportiva: representações sociais das juventudes**. 2004, 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 110 p

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Andréa Soares; ARAÚJO, Silvana Martins de. Esporte escolar: conteúdo da educação física ou atividade terceirizada? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, CONBRACE, 14, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

MOREIRA, A.F. B.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, A.F. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In: MOREIRA, A.F. (Org.) **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

NUNES, Fábio Santana. **Terceirizar a educação física escolar: isso é legal?** 2003. Monografia (Especialização em Metodologia em Educação Física e Esporte) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.

NUNES, Fábio Santana. Educação Física: a ressignificação de uma prática a partir do acompanhamento pedagógico. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 10, n. 71, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd71/ef.htm>>. Acesso em: 06 maio 2007.

OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de, Da Educação Física à Cinesiologia Humana. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1. , 2006, São Paulo. **Anais...**
Disponível em: <[http://www.confef.org.br/ARQUIVOS/I_CONGRESSO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA DA EDUCACAO FISICA.pdf](http://www.confef.org.br/ARQUIVOS/I_CONGRESSO_INTERNAZIONALEPISTEMOLOGIADAEDUCACAOFISICA.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2007.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: américa latina, estados unidos e europa**. Blumenau: FRUB, 1999.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro et al. Da impropriedade de substituir a Educação Física da escola por atividades físicas e/ou esportivas realizadas em academias, clubes, escolinhas. **Pensar a Prática**, n. 3., p. 127-132, jul./jun. 1999-2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, S. B. R. **Educação física: o paradoxo da sua negação**. 1996:. Monografia (Graduação em Educação Física) - Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, UNESP Rio Claro 1996.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. Campinas: Autores Associados, 2002.

RESENDE, Helder Guerra de. Concepções em torno da relação teoria-prática e suas possíveis implicações no âmbito acadêmico e profissional. In: Seminário Perspectivas em Educação Física Escolar, 2(1):25-35, 2001. **Anais...**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996

SOARES, Carmem Lucia et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física** São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; VAGO, Tarcísio Mauro. O ensino de Educação Física em face da nova LDB. In: COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (Org.). **Educação Física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses**. Ijuí: Sedigraf, 1997. p. 121-141.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 109-136.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. **Cad. CEDES**, v.19., n.48, p. 30-51, ago. 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. “O ‘esporte na escola’ e o ‘esporte da escola’: Da negação radical para uma relação de tensão permanente. Um diálogo com Valter Bracht”. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1995.

VASQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

ZONTA, Ana F. Z.; BETTI, Mauro; LIZ, Luciano C. Dispensa das aulas de educação física: os motivos de alunas do ensino médio. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. 8., 2000, Lisboa. **Livro de Resumos...** Lisboa : Gráfica 2000, 2000.

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER
GRUPO MEL – MÍDIA/MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E LAZER**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Sou Fábio Santana Nunes formado em Educação Física pela UEFS, professor da UNEB (Campus de Jacobina) e aluno do Mestrado em Educação da UFBA onde estou realizando uma pesquisa que tem como temática central “a dispensa dos estudantes das aulas de Educação Física do ensino médio nas escolas de Feira de Santana”. Gostaria de contar com a colaboração dessa instituição de ensino no sentido de fazer parte da pesquisa.

Como instrumentos de coleta de dados para a pesquisa utilizamos entrevistas com direção e coordenação pedagógica e questionário aplicado aos alunos do 3º ano. Vale ressaltar que as informações colhidas com essa pesquisa não serão veiculadas de forma que possam ser identificadas as escolas, muito menos, as pessoas participantes das entrevistas e dos questionários.

Posteriormente entrarei em contato para saber do aceite em participar da pesquisa e para agendar as entrevistas e a aplicação dos questionários. Segue em anexo cópia da minha guia de matrícula no mestrado e do questionário a ser aplicado aos estudantes.

Agradeço desde já pela colaboração. Atenciosamente,

Fábio Santana Nunes

fabiosanunes@bol.com.br

(75) XXXXXXXXX

(71) XXXXXXXXX

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS COORDENADORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER**

GRUPO MEL – MÍDIA/MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E LAZER

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

1. O que senhor(a) pensa sobre a Educação Física? Qual o papel dela na Escola?
2. Caso o aluno esteja fazendo alguma atividade física fora da escola – dança, ginástica, artes marciais, capoeira, esporte, musculação entre outras - o aluno é dispensado da Educação Física na escola ?
3. Por que a escola dispensa da Educação Física os alunos que fazem alguma atividade física fora da escola?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PILOTO APLICADO AOS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER
GRUPO MEL – MÍDIA/MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E LAZER

Caro aluno:

Sou Fábio Santana Nunes professor de Educação Física e aluno do Mestrado em Educação da UFBA. Estou fazendo uma pesquisa sobre “a dispensa dos estudantes das aulas de Educação Física no ensino médio”. Gostaria que participasse desse estudo respondendo esse pequeno questionário:

Você participa das aulas de Educação Física oferecidas pela Escola?

()Sim ()Não

Caso tenha assinalado “ Não” qual o motivo da dispensa?

Você participou das aulas de Educação Física oferecidas pela Escola onde estudava no 1º ano e 2º ano?

()Sim, só 1º ano ()Sim, só 2º ano ()Sim, 1º ano e 2º ano ()Não

Qual o motivo da dispensa?

Quais os conteúdos/conhecimentos que você gostaria que tivessem nas aulas de Educação Física no ensino médio?

Caso tenha participado ou ainda participe, quais foram os conteúdos/conhecimentos trabalhados com você durante o ensino médio na disciplina Educação Física?

Obrigado por colaborar!!!

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DEFINITIVO APLICADO AOS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER
GRUPO MEL – MÍDIA/MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E LAZER

Caro aluno:

Sou Fábio Santana Nunes professor de Educação Física e aluno do Mestrado em Educação da UFBA. Estou fazendo uma pesquisa sobre “a dispensa dos estudantes das aulas de Educação Física no ensino médio”. Gostaria que participasse desse estudo respondendo esse pequeno questionário:

Questionário

1. Qual o seu sexo?

() Masculino () Feminino

2. Você é dispensado(a) das aulas de Educação Física oferecidas pela Escola no **3º ano**?

() Sim () Não

Caso tenha assinalado “SIM” qual o motivo da dispensa?

3. No **1º ano**, você foi dispensado(a) das aulas de Educação Física oferecidas pela Escola?

() Sim () Não

Caso tenha assinalado “SIM” qual o motivo da dispensa?

4. No **2º ano**, você foi dispensado(a) das aulas de Educação Física oferecidas pela Escola?

() Sim () Não

Caso tenha assinalado “SIM” qual o motivo da dispensa?

5. Quais os conteúdos/conhecimentos que você gostaria que tivessem nas aulas de Educação Física no ensino médio?

6. Quais foram os conteúdos/conhecimentos trabalhados com você durante o ensino médio na disciplina Educação Física?

Obrigado por colaborar!!!

ANEXO A - LEI Nº 10.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 10.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003.**

Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole.

....." (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no ano letivo seguinte à data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque